SEXTA-FEIRA
24 de abril de 2026
Ano 52, Nº 17.276
www.jornaldebrasilia.com.br
Assinaturas: 0800-612221

R$ 1

Jornal de Brasília

40 ANOS DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

Autonomia de Brasília é concretizada

Um governo para chamar de nosso

Autonomia não se faz sem Parlamento

Improvisos e favores

Governador e distritais são eleitos

Na quinta e última reportagem da série que homenageia os 66 anos da capital, **JBr** conta como foi a primeira eleição direta para o Buriti, que deu a vitória em 1990 a Joaquim Roriz e definiu os nomes dos 24 deputados do Distrito Federal que compuseram a primeira legislatura da Câmara Legislativa do DF. Foi a terceira ida dos brasilienses às urnas em apenas cinco anos. ›4 e 5

RETOMADA

Comércio varejista aquecido no DF

Volume de vendas avançou 1,7% em fevereiro deste ano na comparação com janeiro e superou a média nacional, de 0,6%. Em relação ao mesmo mês de 2025, o crescimento foi de 4,8%. Cenário indica a normalização do setor após esvaziamento da cidade no início de 2026, segundo a Fecomércio-DF. ›2

TJDFT volta a impedir venda de imóveis para capitalizar BRB ›3

Troca de guarda no comando da PMDF

Coronel Rômulo Palhares assumiu o cargo anteriormente ocupado por Ana Paula Barros Habka. Solenidade ocorreu ontem com a presença da governadora Celina Leão. ›6

JOEL RODRIGUES/ AGÊNCIA BRASÍLIA

Fim de semana de grandes shows na cidade

Festival Música Urbana leva, neste sábado, ao palco do Nilson Nelson, Capital Inicial, Nando Reis e Chico Chico ›17

DIVULGAÇÃO

RETOMADA DO COMÉRCIO VAREJISTA

Vendas avançam no DF

Pesquisa aponta um avanço de 1,7% no mercado em fevereiro deste ano em relação ao mês anterior

ISABELE MENDES
redacao@grupojbr.com

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

No Distrito Federal, crescimento das vendas foi de 4,8% na comparação com fevereiro do ano passado

O volume de vendas do comércio varejista no Distrito Federal avançou 1,7% em fevereiro de 2026 na comparação com janeiro, já descontados os efeitos sazonais – flutuações regulares e previsíveis na demanda, comportamento ou ambiente, ocorrendo em períodos específicos – segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisados e divulgados pela Fecomércio-DF. O resultado reverte a leve retração de 0,3% registrada no início do ano e sinaliza uma retomada da atividade econômica na capital.

Na comparação com fevereiro de 2025, o crescimento foi de 4,8%, enquanto o acumulado em 12 meses chega a 4,1%. O desempenho do DF supera a média nacional, onde o varejo cresceu 0,6% no mês, 0,2% na comparação anual e 1,4% no acumulado.

"A alta nas vendas sinaliza a normalização do comércio depois do esvaziamento típico de janeiro. Ainda assim, o desempenho mais contido no acumulado dos últimos meses está associado ao comprometimento da renda das famílias com dívidas, à inflação e ao encarecimento do crédito, em um contexto de inadimplência elevada", afirma o presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire.

Maior renda per capita

O economista e professor da Universidade de Brasília (UnB) César Bergo destaca que características locais favorecem o desempenho. "Brasília tem a maior renda per capita do país e uma infraestrutura de serviços em expansão, com novos espaços comerciais e requalificação de áreas, o que fortalece o varejo", avalia.

saibamais

» **Ainda de acordo com dados do IBGE, o volume de serviços no Distrito Federal também cresceu. Foi registrada uma alta de 0,8% em fevereiro de 2026, na comparação com o mês anterior. O resultado sucede a retração de 2,2% registrada em janeiro.**

» **Na comparação com fevereiro de 2025, o avanço foi de 4,5%. No acumulado em 12 meses, o setor registra expansão de 8,1%. Considerando o desempenho no ano, o crescimento chega a 8,3% frente ao mesmo período anterior.**

Apesar do cenário positivo, o economista faz um alerta. "O endividamento das famílias e as altas taxas de juros continuam sendo um gargalo importante. Isso compromete o consumo e pode desacelerar o setor nos próximos meses", pontua.

Para ele, há também uma mudança no comportamento do consumidor. "As famílias estão mais cautelosas e exigentes na hora de gastar, o que impacta principalmente setores não essenciais", completa.

Consumidor mais estratégico

Essa mudança já é percebida no comércio. O segmento "Outros artigos de uso pessoal e doméstico", que engloba lojas de departamento, óticas, joalherias, entre outros, teve um crescimento de 18,7% com relação ao ano passado.

Na avaliação da gerente de marketing da Lojas Diniz – grupo das Óticas Diniz –, Izabela Bazilio, a avaliação é de que o consumidor está mais estratégico nas compras. "Hoje o consumidor faz muita busca, ele procura em outros lugares, com outras procedências e, antes de fechar, faz muitos orçamentos, então tá sempre buscando o preço."

Izabela Bazilio conclui afirmando que o meio digital é uma grande ferramenta para levar até o consumidor final informações sobre os produtos ofertados. "Estamos sempre investindo em inovações para que o nosso principal consumidor consiga ter acesso a essas informações", destaca a gerente.

Entre os outros segmentos, os produtos farmacêuticos e de perfumaria ficaram em segundo lugar com +11,0%, seguidos por: móveis e eletrodomésticos (+ 10,7%) e supermercados (+ 5,7%).

Por outro lado, setores como informática (- 40,6%), vestuário (-8,0%) e combustíveis (- 4,4%) registraram retração na pesquisa.

Avanço que traz desafios

Para o empresário e especialista em alta performance Rafic Junior, o avanço nas vendas também traz desafios internos para as empresas. "O crescimento sem estrutura é uma grande armadilha", afirma.

Rafic também chama atenção para a pressão sobre as equipes. "A sobrecarga é silenciosa. O colaborador passa a produzir mais sem receber mais suporte, e isso corrói a cultura da empresa. Para evitar isso, é preciso investir em processos, contratação antecipada e comunicação clara", diz.

O varejo ampliado, que inclui veículos e materiais de construção, também apresentou crescimento de 1,2% na comparação mensal, mas ainda com avanço mais tímido no acumulado em 12 meses (+ 0,6%).

No cenário nacional, 17 das 27 unidades da federação registraram crescimento nas vendas em fevereiro, enquanto nove apresentaram retração.

Para especialistas, o desafio agora é transformar a retomada em crescimento sustentável, equilibrando o aumento da demanda com a capacidade operacional das empresas e as limitações do cenário econômico (*Com informações da Fecomércio-DF*).

VACINE-SE!

Alerta para a variante K da Influenza

LUIZA MELO
luizamelo@grupojbr.com

Devido ao avanço da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) em todo o país, o Distrito Federal acendeu um alerta. A principal preocupação está relacionada à variante K do vírus Influenza A (H3N2), que pode evoluir para a síndrome.

Até o dia 14 de abril, a capital federal havia registrado 67 casos de SRAG causados pelo vírus, incluindo um óbito.

A médica intensivista do Hospital Santa Marta Adele Vasconcelos destaca a importância da campanha de vacinação. Além disso, campanhas educativas com a população e estrutura adequada nas unidades de saúde para evitar superlotação são algumas ações que também podem ser implementadas para buscar a diminuição dos casos.

"Pensando que pode haver um aumento do número de casos e um aumento do número de internações, o governo pode fazer uma programação de como vai ser esse atendimento e comunicar rapidamente com muita transparência. Também é preciso orientar corretamente a população e evitar o pânico", acrescenta.

Prevenção

Apesar da uma nova variante – fenômeno natural que ocorre anualmente – é preciso manter as mesmas condutas de prevenção da gripe, explica a médica. Para prevenir a contaminação é preciso manter a vacinação em dia, higienizar as mãos com frequência, evitar locais fechados e cheios, usar máscara ao menor sintoma gripal e evitar contato com pessoas contaminadas.

Toda a população pode se vacinar nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Distrito Federal. As crianças devem estar acompanhadas pelos pais ou responsáveis. Para realizar o procedimento, é necessário levar um documento de identificação válido e o cartão de vacina.

Jornal de Brasília
Fundado em 10 de dezembro de 1972
Editora JORNAL DE BRASÍLIA Ltda.
CNPJ - 08.337.317/0001-20
TELEFONE GERAL: (61) 3343-8000
ENDEREÇO: SRTVS - QD 701 - Conjunto E - Bloco 1 - Sala 408
Edifício Palácio do Rádio I - Brasília - DF - CEP.: 70.340-907
Instituto Verificador de Comunicação IVC

Preço da assinatura (DF e GO):
ANUAL: R$ 260,00 – SEMESTRAL: R$ 135,00
Vendas avulsas (DF e GO): R$ 1,00
Vendas avulsas (Outros Estados): R$ 3,00
Classificados: (61) 99637-6993
Sucursal São Paulo: (11) 5097-6777
Dep. Comercial: (61) 3343-8180
Sucursal Rio de Janeiro: (21) 3459-8848
Atendimento ao leitor: (61) 3343-8012 e 3343-8134
Atendimento ao assinante: (61) 3253-9257 e 3254-3947

EDITOR CHEFE - IMPRESSO
Ricardo Nobre (ricardo.nobre@grupojbr.com)
EDITOR CHEFE - ON LINE
Lindauro Gomes (lindauro.gomes@grupojbr.com)
Telefones: (61) 3343-8000 e 3343-8100
E-mail: redacao@grupojbr.com

EDITORES
Carolina Freitas (carolina.freitas@grupojbr.com)
Elisa Costa (elisa.costa@grupojbr.com)
Iury Alves (iury.alves@grupojbr.com)
Ivana Antunes (ivana.antunes@grupojbr.com)
Thiago Morais (thiago.morais@grupojbr.com)
Vítor Mendonça (vitor.mendonca@grupojbr.com)

A Editora Jornal de Brasília Ltda. não comercializa diretamente os exemplares do jornal ao público, fazendo-o unicamente por meio de bancas de jornais devidamente credenciadas e com a empresa juridicamente constituída que, por sua vez, revendem os exemplares por meio de vendedores avulsos, com idade acima de 16 anos, conforme norma legal vigente, por ela diretamente contratados. As assinaturas são vendidas diretamente na sede social da empresa ou por intermédio das pessoas físicas ou jurídicas para isso autorizadas.

SOCORRO AO BRB

Justiça volta a suspender plano

Pela segunda vez, TJDFT impede o uso de imóveis do GDF para ajudar a capitalizar o banco

LUIZA MELO
luizamelo@grupojbr.com

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT) suspendeu, mais uma vez, o uso de imóveis públicos para capitalizar o Banco de Brasília (BRB). A decisão foi proferida nessa quinta-feira pelo desembargador Rômulo de Araújo Mendes, que afirmou que usar as áreas para socorrer o banco configura desvio legal de finalidade dos locais.

A liminar também alega que, caso as operações previstas na lei sejam autorizadas, elas podem causar danos ao patrimônio público, a serviços e a bens ambientais. A medida judicial atende a um pedido do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), que defende que a lei sancionada pelo Governo do Distrito Federal (GDF) seria inconstitucional.

A norma entrou em vigor em março e garante que o GDF – controlador do BRB – utilize imóveis públicos como garantia para realizar um aporte na instituição. O BRB enfrenta uma crise financeira após um rombo bilionário causado pela compra de carteiras fraudulentas do Banco Master. As transações são avaliadas em R$ 12 bilhões. A sanção da lei é uma das tentativas de recuperar a solidez e credibilidade do banco.

Na lista, constam nove imóveis que podem ser vendidos, transferidos, usados como garantia em empréstimos ou na estruturação de fundos de investimento. Como o DF não possui hoje recursos suficientes para fazer um aporte, a lei permite ao Executivo distrital contratar até R$ 6,6 bilhões para operações de crédito com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) ou com instituições financeiras.

Um terço do total estimado (R$ 2,3 bilhões) provém de uma área de 716 hectares designada como "gleba A", também conhecida como Serrinha do Paranoá. A região abriga nascentes que fazem parte do abastecimento hídrico do DF.

PAULO H. CARVALHO/AGÊNCIA BRASÍLIA

Liminar alega que projeto para socorrer o BRB causaria danos ao patrimônio público, a serviços e a bens ambientais

Segundo o desembargador, a venda dos imóveis representa risco concreto de dano a esses recursos, avaliados como essenciais para a população, com possível exploração econômica decorrente da alienação da área.

"A lei impugnada, ao permitir a alienação do bem público de relevantíssimo interesse para a proteção ambiental, flexibiliza de modo amplo, sem qualquer delimitação, a proteção jurídica desse bem, reduzindo o grau de tutela que está assegurado pelo ordenamento anterior e permitindo sua submissão a lógicas patrimoniais e financeiras dissociadas da função ecológica", diz o documento.

O governo, no entanto, já sinalizou que retiraria a Serrinha do Paranoá da lista de imóveis que serão concedidos para capitalizar a instituição. Durante uma agenda institucional na capital federal, ainda na quinta-feira, a governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP) disse que vai recorrer da nova decisão proferida pelo TJDFT.

Histórico

É a segunda vez que o TJDFT decide suspender a norma. Em março, no mesmo mês que foi sancionada, a lei foi alvo da primeira medida judicial. Uma ação civil pública ajuizada por Ricardo Cappelli, Cristovam Buarque, Rodrigo Dias, entre outros, pedia a suspensão da lei que tratava do socorro ao BRB.

O órgão chegou a suspender a lei, mas a decisão foi derrubada pelo desembargador Roberval Belinati, que atendeu um recurso apresentado pelo GDF na época. Algum tempo depois, o PSOL e o Partido Verde protocolaram um pedido para a retirada da Serrinha do Paranoá da lista de imóveis.

Neste último caso, a Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal chegou a conceder a tutela de urgência, mas a liminar também foi derrubada.

40 ANOS DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE BRASÍLIA

Um governo para chamar de nosso

Em 1990, mantendo a sequência de acontecimentos político-eleitorais inéditos, o Distrito Federal foi às ruas para eleger seu primeiro governador

OLAVO DAVID
olavo.david@grupojbr.com

Numa situação ainda inusitada na política nacional, o povo brasileiro voltaria às urnas menos de um ano após a eleição presidencial de 1989. Eram apenas 11 meses de diferença entre o 15 de novembro anterior e o 3 de outubro que marcou a primeira ocasião em que as atuais 27 unidades federadas votaram simultaneamente – menos para presidente, pois Fernando Collor, em tese, cumpriria mandato até 1994.

De qualquer forma, governadores, senadores, deputados federais e estaduais seriam eleitos naquele pleito, que marcaria, também, uma corrida inédita para deputados distritais. Na quinta e última reportagem do especial em homenagem aos 40 anos da emancipação política do Distrito Federal, no contexto dos 66 anos de Brasília, o **Jornal de Brasília** agora destrincha a eleição de 1990.

Velhos conhecidos da política candanga se encontrariam novamente, mas desta vez nas urnas. Cinco partidos, com as respectivas coligações, apresentaram candidaturas ao Palácio do Buriti. Era a busca pela primeira posse como governador eleito na capital da República, e gente de peso queria se marcar na História.

"Eu até queria concorrer a governador, mas eu fui convencido pelo [Joaquim] Roriz a concorrer mais na frente", conta Valmir Campelo. Ex-governador biônico, Roriz assumiu o cargo em 1988 e renunciou já em 1990 justamente para tentar reconquistá-lo nas urnas.

Candidato pelo Partido Trabalhista Renovador (PTR), era um dos postulantes que disputariam os 893,6 mil eleitores aptos. Carlos Saraiva e Saraiva (PT), Maurício Corrêa (PDT) – eleito para o Senado em 1986 –, o também ex-governador biônico Elmo Serejo (PL) e Adolfo Lopes (PTdoB) concorriam ao governo.

Campelo ficou para a disputa ao Senado na chapa de Roriz. Outros cinco candidatos competiam com ele: Lauro Campos (PT), Lindberg Cury (PMDB), Pompeu de Sousa (PSDB) Roosevelt Beltrão (PMN) e Dagoberto Sérvulo de Oliveiro (PTdoB). Era apenas uma vaga.

Cabe explicação: nas eleições de 1986, apenas as chapas dos candidatos mais votados ao Senado garantiriam mandato de oito anos, restando ao outro uma legislatura semelhante à dos deputados, de quatro anos. Desta forma, Pompeu concorreu novamente em 1990 por sua chapa ter sido a terceira colocada no pleito anterior.

A partir daí, a campanha rodou as ruas. O alvo preferencial de Roriz era Serejo, até por considerar o apelo que o concorrente tinha, pelo mandato à frente do Governo do Distrito Federal (GDF) e marcas que eram disputadas entre os dois, sobretudo no que diz respeito a obras realizadas no DF. Tamanha era a disputa que uma personagem foi criada: Santelmo Urubulino, que, em algumas passagens, olhava para o céu e reivindicava autorias: "Olha a lua, fui eu que fiz!"

A vontade soberana do povo

A população candanga vivia um êxtase político e eleitoral. Para uma cidade que nunca havia votado, foram três eleições em um período de cinco anos, entre 1986 e 1990. Agora, iria eleger representantes para cuidar do dia a dia da cidade, das questões que não chegavam aos olhos e ouvidos do Senado – onde, até 1986, eram depositadas as vontades do povo candango.

"As coisas já vinham andando, já iam se conformando. Tomavam formas diferentes", aponta Yesmin Sarkis, uma das eleitoras daquele pleito. "Sempre nesse processo, as pessoas com esperança, animadas, querendo acertar", pontua.

A empolgação do DF se traduziu em números. Por aqui, no dia 3 de outubro daquele 1990, houve comparecimento de 86,9%, o equivalente a 776,9 mil pessoas, superior à média nacional, que ficou em 85,8%, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entre as unidades federadas, ficou atrás apenas de São Paulo (91,4%), Rio Grande do Sul (90,8%), Rio de Janeiro (90%) e Santa Catarina (89,7%). Ao contrário do que se viu em 1986, a apuração se deu de forma mais tranquila, sem grandes intercorrências.

Roriz conquistou pouco mais de 360 mil votos, o que lhe garantiu a vitória em primeiro turno. Carlos Saraiva (PT) ficou em segundo ao desbancar candidatos mais experientes, como o próprio Elmo Serejo – que terminou em terceiro, com 61,4 mil votos – e Maurício Corrêa, que amealhou 94,2 mil registros.

Natural de Luziânia, uma cidade que faz parte da história de Brasília mesmo antes da construção da capital, Roriz se tornava naquele dia o primeiro governador eleito do Distrito Federal. Da mesma chapa, Valmir Campelo garantiu a vaga no Senado com 290,4 mil votos, mais de 80 mil a mais que o segundo colocado, Lauro Campos (209,7 mil).

A eleição para a Câmara dos Deputados também trouxe algumas surpresas, ainda que Augusto Carvalho, o mais votado em 1990, já tivesse construído boa base eleitoral e de militância, graças à atuação de base, como descrito nas reportagens anteriores, e à conquista da autonomia política, na Assembleia Constituinte. Foram 42,9 mil votos no membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Na sua esteira vieram nomes como Paulo Octávio, do PRN (38,2 mil), Osório Filho, do PFL (34,9 mil), Jofran Frejat, do também do PFL (22,7 mil) e Sigmaringa Seixas, do PSDB (12,8 mil). Benedito Domingos, do PTR, Francisco dos Santos e Maria Laura Pinheiro, ambos do PT, completaram a bancada candanga. Resolvidos o Executivo candango e a representação federal do DF, era hora de se voltar ao Legislativo local. Como já visto durante essa série de reportagens especiais, sequer havia autonomia política para Brasília até 1988, quando da promulgação da Constituição Federal.

Por óbvio, também não havia local para abrigar parlamentares eleitos pelo povo candango para sua própria representação. Já eleito, Roriz demonstrou preocupação com a legislatura brasiliense – ainda que haja controvérsias quanto ao empenho do Executivo para a consolidação da Câmara Legislativa, com polêmicas a respeito do orçamento para a Casa ou realização de concurso para servidores. De qualquer forma, o GDF viabilizou a reforma e ocupação do prédio no final da Asa Norte da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), extinta em 1990.

Uma posse para a eternidade

Roriz, tendo como vice Márcia Kubitschek, tomou posse em 1º de janeiro de 1991 e já teve logo de cara o seu primeiro desafio. A comemoração, marcada para as imediações do Palácio do Buriti, na Zona Central da cidade, foi atrapalhada pela forte chuva que acometeu a capital no alvorecer daquele ano.

A alternativa pensada antes, com base nas previsões de tempestade que já estampavam os jornais, era o ginásio Nilson Nelson – curiosamente, a sede da primeira apuração eleitoral de Brasília, em 1986. Só que o aguaceiro acabou por derrubar a cobertura do ginásio, que felizmente estava vazio naquele momento.

Até mesmo a queima de fogos e shows com artistas populares naquele momento (a exemplo da dupla sertaneja Leandro e Leonardo, que, àquela época, já haviam recebido um disco de ouro, um de platina e três de diamante, superando em 1990 o número de 4,6 milhões de discos vendidos) foram cancelados.

Além do governador, estiveram na solenidade nomes que se consagraram na política candanga, como José Roberto Arruda, Paulo Octávio, Luiz Estevão, Tadeu Filippelli, Valmir Campelo e Benedito Domingos.

REPRODUÇÃO DE VÍDEO

Eleito no primeiro turno com mais de 360 mil votos, Joaquim Roriz tomou posse como primeiro governador eleito do Distrito Federal em 1º de janeiro de 1991

Autonomia não se faz sem Parlamento

As eleições de 1990 já tinham sua importância por levar o primeiro governador eleito ao Buriti, mas outro aspecto foi crucial naquele pleito: a eleição de 24 pessoas para a primeira legislatura do Distrito Federal.

Era o processo derradeiro na consolidação da autonomia política candanga, de uma cidade gerida segundo interesses alheios à administração brasiliense. A partir daquele ano, porém, Brasília passava a se sentar à mesa para discutir os próprios problemas, com seus próprios parlamentares eleitos por sua própria população.

Como visto em reportagens anteriores, a promulgação da Constituição Federal de 1988 (a "cidadã") trouxe diversas garantias à população. Elas iam desde os direitos políticos à punição para a subversão do Estado Democrático de Direito – ou mesmo suas tentativas. Em meio a tantos artigos, caputs e incisos, estava ali também a certeza de que o DF seria representado por uma Casa parlamentar, à semelhança do que ocorre nos estados "comuns" com as assembleias legislativas, ainda que também semelhantes às câmaras de vereadores, nos municípios. Por isso, inclusive, a união das terminologias.

De certa forma, 1986 abriu uma porteira: os candangos se apaixonaram por eleições. O que era uma paixão platônica, quase proibida, virou amor. Tanto é que 406 candidaturas foram registradas no TSE, número que só seria batido em 1998. Entre eles, estava Maria de Lourdes Abadia, que havia migrado do PFL para o PSDB.

"Na campanha de 90 era como se a gente tivesse num país, comparado à Constituinte, mas a construção da Lei Orgânica do Distrito Federal é como se estivéssemos vendo o rosto por quem você estava fazendo aquelas leis", pontua a ex-governadora.

Era, de fato, um salto no desconhecido, pois nem mesmo um regimento interno havia. Muitos na disputa sequer sabiam qual seria, exatamente, a função de um deputado distrital – ou, em última instância, os limites de atuação que o mandato teria. Com tantos candidatos, os votos se pulverizaram, chegando ao máximo de 19,1 mil, em Pedro Celso, e ao mínimo de quatro registros, em Emerson Máximo Pereira. Ambos os candidatos eram do PT. Carlos Albertos Torres (PCB), que concorrera ao Senado constituinte em 1986, garantiu a segunda maior votação, com 14,5 mil votos.

Terceira colocada naquele pleito, Abadia entrou na primeira legislatura graças aos 13,6 mil votos em seu nome. "No meu caso, eu sabia o que era importante, que ia beneficiar as cidades-satélites", lembra. "Tem essa diferença de você ter a sua família dentro da sua casa e ter os parentes mais distantes, os primos, os cunhados, as noras", explica. Neste caso, seria preciso primeiro arrumar o lar para que a família pudesse se instalar.

Além de Celso, Torres e Abadia, outros 21 parlamentares teriam de se debruçar, a partir de 1ª de janeiro de 1991, sobre a elaboração das regras do parlamento candango.

Paralelamente à eleição de Roriz, outros 24 candidatos foram eleitos para compor a primeira legislatura da Câmara Legislativa do Distrito Federal

ISAAC AMORIM/ARQUIVO CLDF

Ainda sem sede, os primeiros distritais tomaram posse no auditório Petrônio Portella, do Senado

Improvisos e favores

Assim como no começo da cidade, marcado por tendas improvisadas e muita criatividade dos candangos pioneiros, a primeira legislatura da CLDF começou como um puxadinho do Senado Federal. Mesmo antes da posse, na véspera do ano novo de 1991, Wanderley Vallim, que assumiu o GDF com a renúncia de Roriz para a disputa das eleições, descerrou a placa da primeira sede da Câmara Legislativa, localizada no final da Asa Norte, em prédio da extinta Embrater, como mencionado na página anterior. Mesmo assim, a posse estava marcada para um lugar significativo.

A cerimônia se deu no auditório Petrônio Portella, do Senado, com os 24 legisladores empossados naquele recanto onde, tempos atrás, Brasília era parcamente representada por uma comissão mais ou menos alheia aos problemas da cidade, como já vimos. Presidente da comissão do Distrito Federal, Mauro Benevides discursou e vaticinou que a Casa Alta via "concluída sua tarefa de inquestionável magnitude relacionada com a vida legislativa de Brasília".

Os eleitos discursaram e foram diplomados. E começaram-se os trabalhos. A primeira grande missão era o Regimento Interno da CLDF. Até a conclusão, em junho daquele ano, foram adotadas as mesmas regras usadas no Senado. Pouco depois do regimento, os parlamentares se mudaram para a primeira sede do Legislativo distrital, que, teoricamente, era provisória. Ao cabo, foram 20 anos de trabalhos por lá, até que a atual sede fosse inaugurada, em 2010, no Eixo Monumental.

De certa forma, o primeiro projeto de lei aprovado pela CLDF deu vazão ao desejo de autonomia que levou os candangos às urnas em 1986. Não passou despercebido pelos primeiros legisladores de Brasília que a cidade, desde sua construção, tinha um papel importante para a região. Foi a partir de 1960, com a inauguração da nova capital, que os interiores de Minas Gerais e Goiás, mais próximos, tiveram acesso a um Brasil que, antes, parecia não lhes abraçar.

Assim, o Poder Executivo encaminhou e a Casa aprovou a criação da Secretaria de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno para cuidar dos arredores da capital, de onde, inclusive, imigrara o agora governador do Distrito Federal.

Outras proposições foram consideradas na primeira semana de trabalhos, como o Projeto de Resolução (PR) 1/1991, que estabeleceu a composição do pessoal dos gabinetes dos deputados distritais; o regimento interno, já mencionado, veio em seguida.

ARQUIVO CLDF

Primeira sede da CLDF funcionou no antigo prédio da Embrater, no fim da Asa Norte

Nomes de peso

Dentre os eleitos constam figurões da política candanga. Além de Abadia, que chegou à chefia do Executivo, disputaram – e conquistaram – vaga na Câmara Legislativa Geraldo Magela e Agnelo Queiroz, ambos do PT. O primeiro se tornou uma liderança histórica da sigla na capital, influente até hoje, enquanto Queiroz, assim como Abadia, chegou ao Palácio do Buriti nas décadas seguintes. Jorge Cauhy, eleito pelo PL, ficou na CLDF até 2005, ano de sua morte, sendo até hoje um dos recordistas de mandatos no parlamento local. A Vila Cauhy, no Núcleo Bandeirante, leva o nome do parlamentar a partir de uma homenagem feita por colegas em forma de lei.

COPA JUNINA

Nova experiência para eventos

Conceito lançado pelo CICB une o clima das festas típicas com o Mundial de futebol

AMANDA KAROLYNE
amanda.karolyne@grupojbr.com

AMANDA KAROLYNE /JORNAL DE BRASÍLIA

Lançamento contou com ambientação temática, incluindo barracas juninas, bandeirinhas e totem com a réplica da taça da Copa do Mundo

A combinação do clima de Copa do Mundo com a tradicional festa junina resultou na Copa Junina, uma nova experiência ofertada pelo Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB) para eventos corporativos e sociais.

O lançamento do novo conceito foi realizado nessa quinta-feira. Clientes e parceiros convidados puderam vivenciar os elementos que compõem a proposta.

A iniciativa nasce como um movimento estratégico que reposiciona o calendário de eventos durante grandes acontecimentos globais. A Copa deixa de ser um obstáculo e passa a ser incorporada como parte central da experiência, criando momentos mais envolventes e memoráveis para empresas e também para celebrações privadas.

O projeto reforça o posicionamento do CICB como um hub de experiências completas, oferecendo não apenas o espaço, mas um conceito pronto para execução com padrão elevado de entrega.

O lançamento contou com ambientação temática completa, incluindo barracas juninas, bandeirinhas e estamparia típica.

O evento também contou com uma estrutura profissional de som e iluminação em LED, banda ao vivo, cenografia imersiva e uma experiência gastronômica assinada pelo buffet El Bosque, com releituras sofisticadas de pratos típicos juninos.

Para a equipe de reportagem do **Jornal de Brasília**, Bruno Barbosa, representante da comunicação do CICB, explicou que a Copa Junina é uma proposta que une os dois eventos culturais mais amados pelo brasileiro.

De acordo com Bruno, existe uma crença no mundo corporativo que leva muitas pessoas a acreditar que empresas não conseguem realizar eventos durante a Copa do Mundo, mas essa experiência vem na contramão desse pensamento. "A gente quer mostrar que é possível unir o seu evento corporativo ou o evento social com a Copa do Mundo. É mais uma forma de unir o útil ao agradável", destacou.

Ele acredita que todo mundo espera uma Copa do Mundo para poder torcer, assim como espera chegar o período do ano em que começam as festas juninas. "A gente aproveitou essas duas oportunidades para fazer eventos mais interativos, mais diferentes."

SERVIÇO

Valores e formato de contratação

- **O** investimento varia de acordo com o número de participantes:
- **De** 50 a 100 pessoas: R$ 318 por pessoa
- **De** 101 a 300 pessoas: R$ 263 por pessoa
- **De** 301 a 500 pessoas: R$ 235 por pessoa
- **Acima** de 500 pessoas: R$ 199 por pessoa

Edição limitada e foco em exclusividade

O formato de eventos da Copa Junina será oferecido por tempo limitado, com número restrito de datas disponíveis. A estratégia busca garantir controle de qualidade na execução e reforçar o caráter exclusivo da experiência.

Segundo Bruno Barbosa, os eventos com essa proposta serão oferecidos entre maio e julho, para aproveitar desde o início do campeonato mundial até o fim, bem como para pegar o período de festividades juninas e julinas.

Após o lançamento institucional, o formato já está disponível para contratação por empresas e também para eventos sociais privados.

De acordo com o Centro Internacional de Convenções do Brasil, a proposta abre espaço inclusive para quem deseja transformar o próprio aniversário em uma experiência fora do padrão, unindo celebração, entretenimento e uma atmosfera exclusiva que dificilmente seria replicada em ambientes convencionais.

O sabor da festa

Para unir a energia da torcida pela seleção brasileira e os tradicionais quitutes da festa junina, quem assina o cardápio é o chef João Filho, do El Bosque Buffet. Segundo ele, a proposta visa fazer essa união das festas culturais em um ambiente descontraído com comidas típicas, espetinhos, canjica, quentão e cachorro-quente.

"A proposta é uma união do El Bosque Buffet com o CICB, onde já vai ter todo o espaço decorado, um ambiente já composto com todos os itens que uma festa junina precisa." O evento de lançamento, de acordo com o chef, foi um piloto para demonstrar e divulgar o trabalho.

Ao longos dos meses, o local será ainda mais personalizado com decoração mista, que mistura elementos juninos e elementos que também que remetem ao Mundial de futebol, além de um espaço para assistir aos jogos.

POLÍCIA MILITAR

Palhares assume comando-geral

A cerimônia de troca de comando-geral da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) movimentou a capital federal nessa quinta-feira. Lideranças políticas e representantes do alto escalão da corporação marcaram presença na Academia de Polícia Militar de Brasília para acompanhar a solenidade. Entre eles, estava a governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP).

A comandante Ana Paula Barros Habka passou o posto da PMDF para o coronel Rômulo Palhares. Com ingresso na corporação em 1995, o novo comandante possui trajetória consolidada, marcada por atuação destacada em funções operacionais, estratégicas e de inteligência. Ao longo da carreira, comandou unidades especializadas, chefiou o Centro de Inteligência e integrou o alto comando, destacando-se entre os quadros mais qualificados da instituição.

O novo comandante defendeu o fortalecimento da instituição e enfatizou o simbolismo da troca de gestão. "É uma missão desafiadora comandar a bicentenária Polícia Militar do Distrito Federal, a Polícia Militar da capital da República e de todos os brasileiros", disse.

JOEL RODRIGUES/AGÊNCIA BRASÍLIA

Celina Leão parabenizou o novo comandante Rômulo Palhares

Segundo o comandante, o combate à violência contra a mulher será uma prioridade da nova gestão. Durante a fala, Palhares também detalhou algumas das iniciativas capitaneadas pela PM.

"Nós vamos inaugurar uma sala lilás no Aeroporto de Brasília. Temos um projeto para outras 23 salas nos nossos batalhões de área que têm contato direto com a comunidade. Esses espaços são espaços humanizados e adequados, onde as mulheres poderão ser recebidas com privacidade e terão tratamento humanizado por policiais militares especializados", explica.

A governadora afirmou que a troca foi feita após um diálogo prévio entre os integrantes. "A Polícia Militar precisa ter estabilidade. Tenho certeza que os índices, que são muito positivos nessa área da segurança pública, vão continuar", declarou.

Sob lágrimas, Ana Paula se despediu. "A gente fez uma família aqui, né? Quando eu entrego o comando a uma pessoa comprometida, que acompanhou e que sabe dos problemas ainda a serem avançados, isso me dá uma tranquilidade muito grande", disse.

Ines249

REFORÇO NA SEGURANÇA

RICARDO STUCKERT / PR

Lula participou da Feira Brasil na Mesa, realizado pela Embrapa, em Planaltina, no Distrito Federal

Governo nomeia mil agentes da PF

Lula diz que chamou delegados que estariam "fingindo trabalhar" para combater crime organizado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta quinta-feira que pediu ao ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva, para chamar todos delegados que estão fora da Polícia Federal, e agentes que, segundo o presidente, estão "fingindo trabalhar" para, atuarem no combate ao crime organizado.

Lula afirma que essa será a primeira vez que todos os cargos da Polícia Federal serão ocupados por servidores, com o objetivo de fortalecer o combate ao crime organizado. Nesta quarta-feira, o presidente assinou um decreto convocando mil novos agentes para reforçar o enfrentamento às organizações criminosas.

"Ontem eu mandei o ministro da Justiça fazer uma nota convidando todos os delegados da Polícia Federal que estão fora da Polícia Federal. Só vai ficar fora aqueles que forem secretários de Estado", afirmou o presidente. "Mas, aqueles agentes ou delegados que estão aí, em outro lugar, fingindo que estão trabalhando e não estão trabalhando, todos vão ter que voltar, porque nós vamos derrotar o crime organizado".

O presidente deu a declaração no evento Feira Brasil na Mesa, realizado pela Embrapa, em Planaltina, no Distrito Federal. Este foi o primeiro evento público de Lula após o retorno de uma agenda por países da Europa.

O combate ao crime organizado é considerado um assunto estratégico para o governo, pelo impacto que pode ter nas eleições de outubro. Conforme indicam as pesquisas eleitorais, a segurança pública tende a ser uma das principais pautas do pleito.

Com o decreto de Lula, o governo federal autoriza a nomeação de mil servidores para o quadro da Polícia Federal. A medida foi publicada em edição extra do *Diário Oficial da União*.

Em nota, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos informou que a autorização contempla candidatos aprovados no concurso público da PF realizado em 2021, "permitindo a convocação além do número de vagas originalmente previsto no edital".

"Com isso, o governo amplia o aproveitamento do certame e acelera a recomposição do efetivo da corporação", destacou a pasta.

Críticas a Trump

Durante o evento, Lula também fez novas críticas ao presidente dos Estados Unidos. Ele afirmou que irá levar jabuticaba para o presidente da China, Xi Jinping, e para Donald Trump, para "acalmá-lo".

"Agora, quando eu viajar vou levar um pezinho de jabuticaba para o Xi Jinping, e para o Trump para acalmar ele. Jabuticaba é calmante. Vou levar maracujá", afirmou Lula. "O Brasil tem um potencial extraordinário, mas muitas vezes nós não sabemos aproveitar", acrescentou.

Lula já havia ironizado Trump em julho do ano passado, afirmando que iria levar jaboticabas ao presidente porque quem come a fruta não fica de "mau humor" e "não precisa de briga tarifária"

"Eu vim chupar jabuticaba de manhã, porque duvido que alguém que chupe jabuticaba fique de mau humor. Vou levar jabuticaba para você, Trump, e você vai perceber que o cara que come jabuticaba de manhã, num país que só ele dá, não precisa de briga tarifária, precisa de muita união e muita relação diplomática", afirmou Lula na época em tom de ironia.

O governo Donald Trump tem sinalizado a intenção de que facções criminosas brasileiras, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), sejam classificadas como organizações terroristas. A iniciativa é rejeitada pelo governo Lula e por especialistas, que entendem que a mudança poderia ser pouco eficiente na prática e gerar efeitos que podem afetar até o mercado financeiro.

saibamais

» **A Feira Brasil na Mesa, na unidade Embrapa Cerrados, em Planaltina, apresenta tecnologias, produtos e experiências desenvolvidas a partir da pesquisa agropecuária no país. A feira vai até amanhã.**

» **O evento também celebra os 53 anos da Embrapa, empresa pública que tem o objetivo de transformar conhecimento em soluções para diferentes cadeias produtivas do campo.**

SEM PALANQUE

Minas se tornou campo minado para Flávio Bolsonaro

Minas Gerais se tornou uma espécie de campo minado para o pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL), avaliam aliados do Centrão ouvidos pela reportagem. Nenhum dos cenários postos para o senador é visto hoje como o ideal para garantir a vitória no estado, considerado crucial para a eleição nacional.

Atualmente, Flávio não tem um palanque garantido em Minas. Apoiar o governador Matheus Simões (PSD) é visto com receio porque o atual chefe do Executivo estadual não empolga nas pesquisas. O senador Cleitinho (Republicanos), favorito até o momento, é classificado como inconsistente por uma ala do PL, e uma candidatura própria é considerada um tiro no escuro.

Flávio tenta atrair o ex-governador Romeu Zema (Novo) para ser seu vice. Caso tenha sucesso, seria levado a apoiar o governador Matheus Simões na tentativa de reeleição.

Outro fator que gera receio sobre uma aliança com Simões é a recente filiação do senador Carlos Viana ao PSD. Dessa forma, o atual governador precisaria escolher entre o pré-candidato do PL ao Senado – o deputado Domingos Sávio – e Marcelo Aro (PP), ex-articulador político de Zema, para a segunda vaga.

A avaliação no PL é que a chegada de Viana congestiona a eleição para o Senado, visto que ele já tem uma vantagem presumida por concorrer à reeleição. Dessa forma, Simões não poderia abraçar, ao mesmo tempo, o candidato Domingos Sávio e Marcelo Aro.

A opção vista com mais viabilidade eleitoral, neste momento, seria apoiar uma candidatura do senador Cleitinho, que se coloca como opção da direita bolsonarista. Aliados de Flávio, como o deputado Nikolas Ferreira (PL), porém, desestimulam uma aliança com o congressista.

A avaliação é que Cleitinho não tem alinhamento de fato com as pautas bolsonaristas e que, uma vez eleito, poderia se tornar um concorrente na própria direita. O PL chegou a cogitar filiar o senador para lançá-lo ao governo, mas a resistência de Nikolas e outras lideranças da sigla impediu.

Interlocutores da legenda relatam receio diante do que consideram uma natureza imprevisível do senador do Republicanos, que por vezes se aproximou do bolsonarismo e, em outras ocasiões, se distanciou.

Em outubro passado, Cleitinho entrou em rota de colisão com o PL ao afirmar que sua dívida com Jair Bolsonaro já estaria "paga", apesar de respeitá-lo. O senador havia sido questionado se apoiaria um nome indicado pelo ex-presidente na corrida ao Palácio do Planalto. Após repercussão negativa, o parlamentar pediu desculpas.

Diante desse cenário de incertezas, integrantes do PL indicam que o provável, atualmente, é lançar uma candidatura própria ao governo. O nome do partido para concorrer ao Palácio Tiradentes é o do ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) Flávio Roscoe, que se filiou em março.

A segunda vaga do PL ao Senado foi reservada para uma composição, podendo ser ocupada por um nome a ser indicado por Cleitinho ou Simões, caso Flávio decida apoiar um dos dois. Cleitinho deu sinais de que concorrerá e tenta atrair Marcelo Aro para sua chapa.

LUCIANO MARTINS/ATO PRESS/ESTADÃO CONTEÚDO

Flávio sonha com o ex-governador Romeu Zema na sua chapa

DoAltoDaTorre

Eduardo Brito
edubrito.252525@gmail.com

Buriti investe na Ceilândia e Sol Nascente

PAULO H. CARVALHO/ AGÊNCIA BRASÍLIA

A governadora Celina Leão autorizou licitação para a execução de obras de infraestrutura no Sol Nascente, com intervenções também voltadas ao reforço do sistema de drenagem em Ceilândia. O investimento estimado é de R$ 22,7 milhões. O projeto contempla serviços essenciais para a consolidação da infraestrutura urbana, incluindo pavimentação, implantação de meios-fios, construção de calçadas, sinalização horizontal e execução de sistemas de drenagem com dispositivos dissipadores, seguindo normas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, o Dnit. "Nosso objetivo é não deixar nenhuma rua do Sol Nascente sem infraestrutura de qualidade; além disso, vamos reforçar o sistema de drenagem de Ceilândia, que hoje está subdimensionado para atender as reais necessidades da população", explica o secretário de Obras e Infraestrutura, Valter Casimiro (*na foto com Celina*).

Atenção da Polícia Federal se volta para fundos estaduais

Enquanto o Banco de Brasília se dedica à capitalização já precificada, embora ainda complexa, a atenção das investigações da Polícia Federal pode lhe dar certo alívio: está agora priorizando os rombos deixados por fundos de pensão de servidores que aplicaram no mesmo Banco Master. Três deles são estaduais. Os mais complicados são o Amazonprev, a Fundação Fundo Previdenciário do Estado de Amazonas, com o maior rombo, de R$ 751,1 milhões de déficit financeiro entre as contribuições de servidores civis; e o Amprev, Amapá Previdência, com R$ 394,9 milhões de déficit financeiro entre as contribuições de servidores, principalmente militares. A complicação cai no colo do ex-governador Wilson Lima, que renunciou ao governo do Amazonas e ainda nutre esperanças de concorrer ao Senado, e a gestores do Amapá. O terceiro governo estadual complicado é o Rio de Janeiro, mas seu rombo é menor e o ex-governador Cláudio Castro anda sumido. Além deles, nada menos do que 18 prefeituras, entre elas a de Campo Grande, também aplicaram no Master e viram seu dinheiro sumir.

Michelle tem seu lado multipartidário

Cada vez mais candidata a senadora – e ainda muda com relação à Presidência da República – a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, do PL, fechou apoio a candidatas de outros partidos para as eleições proporcionais. Citou "o incrível trabalho pelo DF" da ex-secretária de Justiça e Cidadania Marcela Passamani, do MDB, e desejou sorte à pré-candidatura dela a deputada distrital. "Que Deus abençoe no novo desafio", comentou. Fez elogios idênticos a Andrea Pontes, esta do seu PL, atleta paralímpica da Seleção Brasileira de Paracanoagem. Para deputada federal, já elogiou Cristiane Britto, que foi ministra da Mulher de Jair Bolsonaro, é apadrinhada da senadora Damares Alves, e concorre pelo Republicanos. Como presidente do PL Mulher, Michelle restringe seu apoio a mulheres. É o caso da governadora Celina Leão, que concorre à reeleição pelo PP, como de Bia Kicis, com quem faz dobradinha para o Senado. E, para evitar dúvidas, Michelle não esconde sua rejeição até mesmo a candidatos que seriam aliados nominais, caso do senador Izalci Lucas, que pleiteia o Buriti pelo PL.

Briga de foice por vagas do PT

SINPRO DF

Faltam menos de seis meses para as eleições e a federação composta por PT, PV e PCdoB ainda está em guerra interna para fechar a chapa de deputados federais. Pelas regras em vigor, a federação tem direito a nove candidaturas à Câmara. Delas, o PT terá direito a cinco vagas, ficando o PV com duas – uma delas para o atual deputado Reginaldo Veras – e o PCdoB com outras duas. A dificuldade está em que o PT tem muito mais candidatos do que vagas reservadas. Ao menos três podem ser reservadas para mulheres e já estão na fila a sindicalista Rosilene Correia (*foto*), que disputou o Senado na eleição passada, mais a ex-reitora da UnB Márcia Abraão e a militante histórica Vanessa é o Bicho. Problema mesmo está nas vagas para homens, onde se acotovelam o ex-governador Agnelo Queiroz, os ex-deputados Geraldo Magela e Roberto Policarpo, a drag queen Ruth Venceremos e o antigo quadro Marivaldo Pereira, que deixou cargo no Ministério da Justiça em busca de uma chance.

Falta negociar cabeça de chapa

Para os cargos majoritários, o PT não encontra mais problemas. Já definiu seu candidato ao Buriti, o ex-distrital Leandro Grass, e a candidata ao Senado, Érika Kokay. Os dois estavam lado a lado no lançamento do outro nome majoritário: a outra vaga de senadora ficará com Leila Barros, do PDT, que busca a reeleição. A dificuldade é outra. A frente de esquerdas se dividiu e há um segundo candidato ao Buriti, o ex-interventor Ricardo Cappelli, que tem apoio fechado do PSB e que circula com desenvoltura no Palácio do Planalto, onde é tratado com extrema simpatia pelo presidente Lula. Até agora não há sinais de que qualquer um dos dois pretenda abrir mão em favor do outro.

Tentando relançar legado tucano

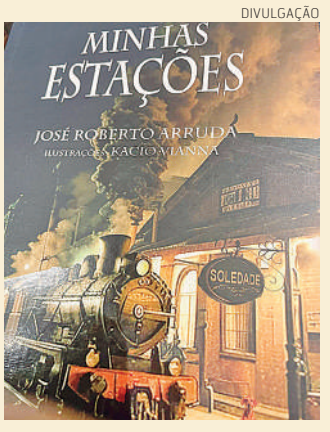
Filho do ex-governador Mário Covas, um dos maiores símbolos do PSDB, Mário Covas Neto tem intensificado uma agenda nacional para difundir os valores históricos da sigla. Há um mês, veio a Brasília, onde participou de um encontro online transmitido para tucanos de todo o país. No início de abril, esteve em Goiânia e, neste sábado, retorna à capital federal, para falar ao Circuito da Democracia – etapa Distrito Federal, evento promovido pelo Instituto Teotônio Vilela para formação política e fortalecimento da base partidária no DF. A iniciativa, conduzida pela presidente do PSDB brasiliense, a distrital Paula Belmonte, reunirá novos tucanos e pré-candidatos do partido em um movimento de organização e preparação para as eleições. Estreante no circuito de palestras, o diretor de estudos e pesquisas do ITV é profundo conhecedor da história, dos princípios e do legado do PSDB.

Comunicação e estratégia

A programação do evento tucano em Brasília combina conteúdo político e técnico: passa pela formação partidária com Mário Covas Neto, também tio do falecido prefeito Bruno Covas, avança para orientações jurídicas sobre pré-campanha, mergulha em estratégia digital e comunicação eleitoral, e fecha com direcionamento prático sobre campanha e atuação nas regiões administrativas. Veteranos e novos tucanos estarão reunidos para alinhar discurso, evitar erros jurídicos e preparar candidaturas mais competitivas já na largada do processo eleitoral.

Pronto o livro de Arruda

DIVULGAÇÃO



Spoiler de final de semana: já está pronto o novo livro do ex-governador José Roberto Arruda, candidatíssimo a retornar ao Buriti. Chama-se *Minhas Estações* e traz na capa (*foto*) a locomotiva que atendia sua cidade natal e era operado pelo pai ferroviário. Mas não se trata exatamente de um livro de memórias, pelo menos não no sentido pleno da palavra. São poesias compostas cuidadosamente por Arruda em seus tempos afastados de eleições. Embora tenham, sim, conteúdo histórico, mostram mais os pensamentos nutridos pelo ex-governador durante esse período, trazendo sempre visão de futuro e uma esperança.

Segurança maior com Lula

A deputada brasiliense Érika Kokay, do PT, aproveitou debate na Câmara sobre integrantes de facções criminosas cumprirem pena apenas em presídios federais para defender a tese de que o governo Lula combate a insegurança de forma mais eficaz que o rival Jair Bolsonaro. De acordo com Érika, "o Sistema Penitenciário Federal não contou com a contribuição do Governo Bolsonaro, pois Bolsonaro não construiu nenhum presídio federal. Os quatro presídios federais foram construídos no Governo Lula, mais um foi construído no Governo Lula e inaugurado no Governo Temer. Jair Bolsonaro não construiu nenhum". Érika não ficou por aí. De acordo com a deputada, "ele foi o presidente que mais trocou superintendentes da Polícia Federal, trocou mais do que o Governo Dilma e o Governo Lula juntos e ainda disse para o Brasil inteiro ver que tem que trocar mesmo para proteger seus amigos, para proteger seus familiares". Mas, Érika lembrou, Bolsonaro disse que, "se não pudesse trocar o superintendente, trocaria o chefe dele e, se não pudesse trocar o chefe dele, trocaria o chefe do chefe". De tudo isso, a deputada concluiu que "quem está enfrentando o crime organizado neste país é Luiz Inácio Lula da Silva".

William Waack

redacao@grupojbr.com

Centro da questão

Determinar o que é centralidade e o que é lateralidade faz toda diferença. Mas é ali que o STF se enredou. Disso depende a leitura da realidade e, portanto, como agir diante dos fatos.

Na visão de enorme parcela do público, o que hoje constitui a centralidade na crise de credibilidade (portanto, de legitimidade) do STF não passa de lateralidade na visão de pequeno grupo dentro da Corte. Estamos falando do comportamento individual de integrantes do Supremo.

Mais ainda: como capturaram a instituição em defesa própria, sem terem conseguido – ou nem sequer se declararem dispostos – explicar de maneira convincente ligações com o escândalo do Master documentadas por fatos incontroversos, e não por ilações.

Pode-se argumentar que códigos de conduta ou maior "proximidade" com a sociedade alterem muito pouco as proporções da crise de confiança na instituição, portanto são perda de tempo, mas esse não é o ponto. O STF rachou não em função do que fazer diante da crise, mas – e isso é decisivo – em função da compreensão da natureza da crise.

Para a ala personificada em torno de Gilmar Mendes, o comportamento individual de integrantes (especificamente Alexandre de Moraes e Dias Toffoli) é "lateralidade", conforme declarou em recente entrevista à *Band*. Em outras palavras, não é o que realmente pesa, nem deveria estar no centro das atenções.

Nessa visão das coisas, não há nada de novo no fronte: uma nova versão de "lavajatismo", associada à imprensa burra (ou comprada) e à tradicional bandidagem do Legislativo, mais o bolsonarismo, fabricaram a tal crise de legitimidade.

Num escândalo turbinado também pela malandragem de outros banqueiros, que lucraram muito vendendo papéis que sabiam serem podres, ao Supremo só restaria, então, utilizar seus supremos poderes e resistir.

Numa linguagem bem simples, o capitão do Titanic, ao bater no iceberg, mandou o engenheiro averiguar a avaria no casco e concluiu que ia afundar.

Os capitães do STF (tem vários, nem sempre de acordo entre si) acham que nem bateram num iceberg, enquanto o restante da ponte de comando tem dificuldades de avaliar os danos no casco, embora reconheçam que a nau está difícil de navegar e parece adernada.

O ineditismo dessa crise prossegue criando mais ineditismos. Como se antecipava, o STF virou fator eleitoral de peso, e está sendo atacado do PL ao PT, e fornecendo bandeiras fáceis para candidatos à Presidência. Quem busca a reeleição, obedecendo ao instinto desse tipo de animal político, já pulou fora do barco.

Dentro da instituição, esses fatos reforçaram as duas visões da realidade, que são irreconciliáveis. Não há mais volta a algum tipo de status quo ante.

**Jornalista e apresentador do Programa WW, da CNN.*

FORÇAS ARMADAS

Alívio na degradação

Guerra no Oriente Médio dá impulso à Marinha, que recebe a primeira fragata em 46 anos

A Marinha receberá hoje a primeira fragata construída no Brasil desde 1980. A entrada em operação da F200 Tamandaré é a culminação de mais um capítulo do atribulado processo de compras militares no país, e coincide com uma nova perspectiva para a Força.

Com isso, na terça-feira passada, o presidente Lula anunciou, na Alemanha, que a encomenda de quatro fragatas da classe Tamandaré do estaleiro germânico Thyssenkrupp será dobrada. Ainda está longe das estimadas 12 a 16 unidades que a Marinha gostaria de ter, mas é uma mudança em potencial.

"Esse cenário internacional reforça a necessidade de que países com grande dependência do comércio marítimo, como o Brasil, disponham de capacidades navais adequadas", disse o subchefe de estratégia do Estado-Maior da Armada, almirante Sandro Baptista Monteiro. A análise foi publicada neste mês pela Agência Marinha de Notícias.

A Força vive um processo acelerado de degradação, simbolizado com a retirada de seus navios de missões no exterior – só há seis fragatas na categoria de embarcação principal de combate do referencial Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, e elas estão obsoletas e quase sempre indisponíveis.

O restante da frota inclui 45 navios costeiros ou de patrulha, outros 42 de apoio, 2 de desembarque anfíbio, entre outros.

Além da questão das rotas, há as riquezas: além da chamada Amazônia Azul, os 5,7 milhões de km² de mar já sob sua responsabilidade, o Brasil pleiteia junto à ONU novas áreas com potencial de exploração das desejadas terras raras.

O anúncio de Lula agora enfrenta a realidade de um ano eleitoral e da execução orçamentária dos militares, que contam com o projeto sancionado no ano passado que prevê gasto de até R$ 5 bilhões anuais fora da meta fiscal com projetos prioritários – caso da Tamandaré.

À gambiarra fiscal se soma o problema estrutural do gasto militar brasileiro, que vê cerca de 80% das verbas serem destinadas ao pagamento de ativos e inativos.

No caso da fragata, o andamento não registrou atrasos maiores, ao contrário do que ocorreu em programas como o do caça Gripen, de resto mais complexo.

O projeto foi lançado em 2017 e dois anos depois a Thyssenkrupp, aliada à Embraer e outras empresas nacionais, venceu e licitação. O contrato foi assinado em 2020 e, por ora, o atraso nas entregas dos navios está em apenas um ano – o último deve entrar em operação em 2029.

O projeto foi viabilizado por uma manobra fiscal ainda no governo Michel Temer (MDB), que capitalizou a Emgepron, empresa de projetos navais da Marinha, e retirou restrições do antigo teto de gastos.

O Tribunal de Contas da União chegou a contestar o drible, mas ele foi em frente. Ainda assim, o dispêndio ocorreu de forma soluçante, ainda que Lula tenha incluído o programa no Novo Programa de Aceleração do Crescimento.

Segundo o sistema de acompanhamento de gastos federais do Senado, dos R$ 15,8 bilhões autorizados de 2019 a 2025, em valores corrigidos, só 60,7% foram de fato usados. Mas o ritmo está melhorando: em 2025, foram gastos R$ 2,4 bilhões dos R$ 2,5 bilhões à mão.

MARINHA DO BRASIL/DIVULGAÇÃO

A Fragata F200 tem sistemas modernos de combate e guerra eletrônica

Salto no tempo

Do ponto de vista tecnológico, a Tamandaré é um salto no tempo em relação à classe que ela vai substituir, a Niterói. A fragata União, que entrou na frota em 1980, havia sido o último navio do tipo feito no país. Depois disso, houve modelos menores, corvetas, cuja mais recente, a Barroso, entrou na Força em 2008 após 14 anos desde o início de sua construção.

A F200 começou a ser feita em 2022, foi ao mar dois anos depois e, agora, está pronta para uso. Ela desloca 3.455 toneladas, um pouco menos do que os navios da classe Niterói, mas embarca muito mais tecnologia – tem sistemas modernos de gestão de combate, troca de dados e guerra eletrônica.

Pode lançar mísseis como o novo modelo brasileiro Mansup, cujo projeto foi comprado pelo grupo emirati Edge, e o tradicional Exocet francês. Tem um canhão principal de 76 mm e pode levar um helicóptero em seu convés de voo.

Ela ainda é um navio de combate mais leve e menos poderoso do que os destróieres, esteio da força naval americana, por exemplo. Mas representam, ao lado dos quatro submarinos de origem francesa em fase final de construção, a chegada da Marinha ao século 21.

A Força comemora a transferência tecnológica para a Embraer e sua subsidiária Atech, mas também o fomento aos cerca de mil pequenos e médios fornecedores. A nacionalização do projeto alemão chega a 40%, segundo os militares.

Há ganhos estimados em R$ 500 milhões em impostos pagos, além da geração de 23 mil empregos, 2 mil deles diretos, até o fim do contrato atual, em 2029. O anúncio da segunda leva de fragatas, se confirmado, também afasta por ora o fantasma da desativação do estaleiro em Itajaí (SC), onde os navios são feitos (*Da Folhapress*).

CASO MASTER

Vorcaro faz exames e retorna à PF

O banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, foi levado ao hospital e passou por exames em Brasília nesta quinta-feira. Ele ingressou no DF Star por volta das 12h50 e ficou no local até às 14h15. Depois, retornou para a Superintendência da Polícia Federal, onde está preso preventivamente por suspeita de fraudes na gestão da instituição financeira.

A saída foi autorizada na quarta-feira pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, após o banqueiro ter relatado se sentir mal. Vorcaro recebeu atendimento médico na prisão e relatou ter urinado sangue. Mendonça determinou que a escolta de Vorcaro seria feita por agentes da Polícia Federal.

Ele passou por uma série de exames rotineiros e, segundo informação da *CNN Brasil*, caso os exames apontem um problema de saúde grave, a defesa avalia encaminhar ao STF um pedido de prisão domiciliar.

Delação

Vorcaro estava preso na penitenciária federal em Brasília mas, no dia 19, foi transferido de helicóptero para a Superintendência da PF na capital federal.

A defesa argumentou que a transferência era necessária porque o funcionamento da penitenciária dificultava as conversas com Vorcaro e as eventuais negociações do acordo de delação premiada com os investigadores da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da própria PF.

OPINIÃO

ARTIGOS

Brasília: traços que contam histórias e marcam vidas

Celebrar o aniversário de Brasília é reconhecer a grandiosidade de uma cidade única. Planejada com linhas modernas e cheias de significado, ela encanta moradores e visitantes. Cada traço do seu desenho urbano carrega história, ousadia e inovação.

Caminhar por suas avenidas largas é sentir a liberdade que ela proporciona. Os monumentos imponentes refletem a identidade de um povo que acredita no futuro. Brasília não é apenas a capital do país, é símbolo de esperança e recomeço. Seus céus amplos e horizontes abertos inspiram sonhos todos os dias.

A cidade reúne diferentes culturas, sotaques e histórias de vida. Aqui, cada pessoa encontra um pedaço de si em meio à diversidade. O mês de aniversário reforça o orgulho de quem vive nessa terra. As celebrações trazem à tona o sentimento de pertencimento. É um momento de lembrar o quanto a cidade evoluiu ao longo dos anos. Mas também de refletir sobre os desafios que ainda existem. Brasília pulsa vida em cada canto, do Plano Piloto às regiões administrativas.

Seus traços arquitetônicos são reconhecidos no mundo inteiro. A obra de seus idealizadores permanece viva em cada detalhe. É impossível não se encantar com a harmonia entre natureza e urbanismo. O Lago Paranoá, por exemplo, traz leveza e beleza à paisagem. A cidade acolhe quem chega com oportunidades e novos caminhos. Muitos vêm em busca de sonhos e acabam criando raízes profundas.

O espírito de Brasília é feito de coragem e determinação. Aqui, histórias são escritas todos os dias. O mês de aniversário reforça a importância de cuidar desse patrimônio. Valorizar a cidade é também preservar sua essência. Brasília é feita de pessoas que lutam, trabalham e acreditam.

Cada traço da cidade revela um pouco dessa força coletiva. É um lugar onde o passado e o futuro caminham juntos. Celebrar Brasília é celebrar conquistas e possibilidades. É reconhecer sua beleza, mas também sua importância para o país. E, acima de tudo, é sentir orgulho de fazer parte dessa história.

SANDRO ANDRADE DE SOUZA,
historiador

Colaboração premiada sob pressão

A recente cobertura midiática sobre investigações de grande repercussão nacional revela um padrão preocupante: a divulgação contínua de informações relacionadas a negociações de acordos de colaboração premiada ainda em curso. O fenômeno não é novo, ao contrário, remete diretamente ao modus operandi observado durante a Operação Lava Jato. A diferença é que, desta vez, os problemas já são conhecidos.

A colaboração premiada, prevista na Lei nº 12.850/2013, não constitui um meio de prova em si, mas um meio de obtenção de prova. Essa distinção não é meramente conceitual: dela decorre a necessidade de rigor formal na sua condução. O instituto exige controle, documentação e, sobretudo, respeito ao regime legal de sigilo.

O sigilo, aliás, não é acessório, é condição de validade. As tratativas, os termos do acordo e seus anexos devem permanecer resguardados até decisão judicial em sentido contrário. A própria estrutura normativa delimita com precisão os papéis institucionais: o juiz não negocia, não participa da construção do acordo e não atua como parte. Sua função é restrita à homologação, ocasião em que deve verificar a legalidade, a regularidade e a voluntariedade do colaborador, nos termos do artigo 4º, §§ 6º e 7º, da Lei nº 12.850/2013.

Diante desse desenho legal, a circulação pública de informações sigilosas, muitas vezes com riqueza de detalhes levanta dúvidas inevitáveis. Se o acordo ainda não foi homologado, a publicidade é, em princípio, incompatível com o regime jurídico do instituto. E mais: a exposição precoce pode contaminar não apenas a investigação, mas a própria higidez da prova a ser produzida.

Durante a Lava Jato, vieram à tona relatos de produção de anexos em ambientes informais, com acesso a meios externos de comunicação e sem padronização clara de registro. Posteriormente, a doutrina passou a apontar riscos relevantes, como a dificuldade de rastreamento dos elementos probatórios e a possibilidade de questionamentos quanto à sua integridade.

A colaboração premiada é, sem dúvida, instrumento relevante no enfrentamento à criminalidade complexa. Mas sua legitimidade depende estritamente da observância das regras que a estruturam. Fora desse marco, o que se produz não é eficiência investigativa, é prova vulnerável.

FERNANDA PEREIRA DA SILVA,
advogada Criminal, doutoranda em Direito Constitucional

CHARGE

CARTAS DO LEITOR

Corrida que tocou meu coração

Hoje peguei um Uber e me surpreendi com o motorista, tão jovem, falando a palavra de Deus. Em meio à correria do dia, aquela atitude me trouxe paz e reflexão.

Achei muito bonito ver um jovem com esse tipo de propósito hoje em dia. Foi uma conversa simples, mas que marcou o meu coração. Saí daquela corrida renovada e com mais fé.

BEATRIZ OLIVEIRA,
Cruzeiro - DF

Almoço especial

Fiquei muito feliz em saber que amanhã os restaurantes comunitários vão ter um cardápio especial. Eu sempre almoço no restaurante do Gama, já que trabalho no shopping ao lado. É um lugar que faz parte da minha rotina e me ajuda bastante no dia a dia.

Saber que teremos algo diferente traz até mais ânimo para a semana. Além de acessível, a comida é bem feita e acolhe muita gente como eu. Essas iniciativas mostram cuidado com a população. Já estou ansiosa para o almoço de amanhã.

BRENDA RODRIGUES,
Gama - DF

Até onde vai a crueldade humana

Fiquei profundamente indignada ao ver na TV o caso de uma esposa que envenenou o próprio marido dentro de um hospital. É difícil acreditar que alguém seja capaz de tamanha frieza em um lugar onde se busca cura e esperança.

Sinto um aperto no coração ao pensar no quanto falta amor e respeito pela vida humana. Essas notícias me revoltam e me fazem questionar até onde pode chegar a maldade. Só desejo que a justiça seja feita e que casos assim não se repitam.

RAFAELA ALMEIDA,
Sobradinho - DF

CARTAS PARA A REDAÇÃO: cartas@grupojbr.com
SRTVS - QD 701 - Conjunto E - Bloco 1 - Sala 408
Edifício Palácio do Rádio I - Brasília - DF - CEP.: 70.340-907

As charges, artigos e comentários publicados nesta página são a opinião de seus autores. E não refletem necessariamente a opinião deste jornal

Ines249

BRASIL

ESTADO DO RIO

Vereador do Rio é morto em ataque

Germano Silva de Oliveira, conhecido como Maninho de Cabuçu, foi baleado na tarde de quarta

REPRODUÇÃO

Morte de Maninho do Cabuçu foi confirmada na madrugada de ontem

O vereador de Nova Iguaçu (RJ) Germano Silva de Oliveira, 58 anos, conhecido como Maninho de Cabuçu (MDB), morreu na madrugada desta quinta-feira após ser baleado em um atentado na tarde de quarta no município da Baixada Fluminense.

A morte foi confirmada pela Câmara Municipal e por perfis do vereador nas redes sociais. Cabuçu é o bairro onde o parlamentar construiu sua trajetória política.

Segundo a Polícia Civil, o caso foi inicialmente registrado na 56ª DP (Comendador Soares) e encaminhado para a Delegacia de Homicídios da Baixada Fluminense depois da confirmação da morte do vereador.

Agentes analisam imagens de câmeras de segurança que registraram o atentado. "Outras diligências estão em andamento para identificar a autoria e esclarecer as circunstâncias do crime", acrescentou a Polícia Civil.

A Polícia Militar afirmou que foi acionada para a ocorrência de disparo de arma de fogo na rua Afonso Celso, na região de Riachão. Conforme a PM, o vereador foi levado para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Cabuçu e, posteriormente, para o Hospital Geral de Nova Iguaçu.

Trajetória política

Casado e pai de três filhos, Maninho estava no segundo mandato de vereador. "Os vereadores reforçam a necessidade de rigorosa apuração dos fatos pelas autoridades competentes e esperam que os responsáveis por este ato de violência sejam identificados e presos o mais rápido possível", disse a Câmara Municipal ontem.

O velório de Maninho foi ainda na tarde dessa quinta e ocorreu das 13h às 16h, na Câmara Municipal. O enterro foi às 17h no cemitério de Nova Iguaçu. Segundo a câmara, foi decretado luto de cinco dias em razão da morte do parlamentar (*Da Folhapress*).

MC POZE, MC RYAN SP

Habeas corpus para funkeiros não foi suficiente para soltura

A Polícia Federal (PF) pediu à Justiça a prisão preventiva (sem prazo) de Ryan Santana dos Santos, o MC Ryan, de Marlon Brendon Coelho Couto da Silva, o MC Poze do Rodo, e demais envolvidos na Operação Narco Fluxo. A investigação aponta a existência de uma organização criminosa sofisticada para lavagem de dinheiro de apostas e rifas ilegais, que teria movimentado R$ 1,6 bilhão.

O novo pedido de prisão foi confirmado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. No fim da tarde de ontem, a 5ª Vara da Justiça Federal em Santos, em São Paulo, aceitou o pedido da PF e decretou a prisão preventiva.

O pedido de prisão preventiva de todos os envolvidos ocorre após o Superior Tribunal de Justiça (STJ) conceder habeas corpus a todos os presos da operação sob a justificativa de que a manutenção da prisão é ilegal, já que o a PF havia solicitado a prisão por cinco dias e não por 30, como determinado pelo juiz. Os investigados estão presos desde o dia 15.

Fernando Henrique Cardoso, advogado do MC Poze, afirmou que o novo pedido de prisão feito pela PF não apresenta nenhum fato novo.

"Já nos manifestamos nos autos indicando o caráter inusitado do pedido, requerendo ao juízo que não corrobore com essa tentativa oblíqua de subverter uma decisão do Superior Tribunal de Justiça e ao Ministério Público que apure eventuais crimes de abuso de autoridade, em especial pelo vazamento das imagens do cumprimento da prisão temporária na residência de nosso constituinte", afirmou.

Felipe Cassimiro, que representa o MC Ryan, criticou o pedido de prisão feito apenas após a concessão do habeas corpus por parte do STJ.

"Causa perplexidade o caráter manifestamente extemporâneo do pedido. Se estivessem, desde antes, os requisitos da preventiva, por que não foi ela requerida no momento oportuno? Espera a defesa que a medida seja indeferida e a decisão Superior do Tribunal de Justiça efetivamente cumprida."

Operação Narco Fluxo

A Operação Narco Fluxo prendeu nomes conhecidos do universo do funk e das redes sociais, como o MC Ryan, o MC Poze e o dono da página Choquei, uma das maiores de entretenimento do país.

A investigação acusa os indiciados de lavagem de dinheiro e evasão de divisas. A operação cumpriu 39 mandados de prisão, além de ordens de busca e apreensão e bloqueio de bens dos envolvidos (*Da Folhapress*).

MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA

MINISTÉRIO DA DEFESA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

EXTRATO DE EDITAIS DE LICITAÇÃO

Pregões Eletrônicos (SRP) nº 90001/2026 e 90002/2026 - UASG 720000 (Processos nº 61074.000991/2026-07 e 61074.001770/2026-48)

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios (hortifrutigranjeiros e frigorificados). Editais: https://bit.ly/4tXCR2v e https://bit.ly/4u1LOrC. Data de início de recebimento de propostas: 17/04/2026, no site www.gov.br/compras. Início da etapa de lances: 05/05/2026, às 10h00h.

VICTOR LUIZ BRAZ DE ALMEIDA
Capitão de Mar e Guerra (IM)
Ordenador de Despesas

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.
COMPANHIA FECHADA
CNPJ 04.631.430/0001-62 - NIRE nº 5330000656-3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 25ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Estão convocados os acionistas da **ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.**, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada na Sede da Energética Corumbá III S.A., no SIA Trecho 3/4, Lotes 625/695, Bloco "A", Sala 204, Guará - DF, no **dia 30 de abril de 2026**, em primeira chamada às dez horas e em segunda chamada às dez horas e trinta minutos, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2025; **2.** Aprovação da destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos do exercício de 2025; e **3.** Aprovação da remuneração dos conselheiros e diretores para o ano de 2026; **4.** Eleição do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração da Energética Corumbá III. **INSTRUÇÕES GERAIS** Os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação nas Assembleias deverão ser depositados na Sede Social da ECIII, fone (61) 3043-8777, com antecedência mínima de 02 (dois) dias da ocorrência da Assembleia. Brasília - DF, 22 de abril de 2026. **JORGE RÊGO -** Presidente do Conselho de Administração.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL
Brasília, 22 de Abril de 2026
Edital de Convocação para Audiência Pública

O Deputado Roosevelt Vilela, no uso das minhas atribuições regimentais e legais, e considerando o disposto no artigo 5º da Lei nº 4.052, de 10 de dezembro de 2007, bem como o Requerimento nº 2740/2026, comunica a todos os interessados que será realizada Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 1431/2024 que denomina o Centro de Infusão do Hospital de Base do Distrito Federal como "Centro de Infusão Verinha".
Informa, ainda, que a proposta e justificativa do nome consta no Projeto de Lei nº 1431/2024, disponível no site da CLDF.
Data: 25 de maio de 2026.
Horário: 10 horas.
Local: Sala de Comissões Deputado Juarezão na Câmara Legislativa do Distrito Federal.
A transmissão será realizada pela TV Câmara Distrital e Youtube.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA
DEPUTADO DISTRITAL

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico TSE nº 90016/2026

Nº Processo: 13204-3/2024. Objeto: Aquisição de 11 (onze) licenças do software TOAD FOR ORACLE DBA EXADATA EDITION PER SEAT LICENSE e reativação de 8 (oito) licenças existentes do software TOAD FOR ORACLE DBA EDITION PER SEAT MAINTENANCE RENEWAL PACK consoante especificações, exigências e prazos constantes do Termo de Referência. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 24/04/2026 das 08h00 às 17h59. Endereço: Setor de Administração Federal Sul Quadra 7 Lote 1/2, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/70001-5-90016-2026. Entrega das Propostas: a partir de 24/04/2026 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 12/05/2026 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico TSE nº 90020/2026

Nº Processo: 2025/2254-5. Objeto: Prestação de serviços de suporte técnico especializado em segurança da informação para manutenção evolutiva e corretiva no Subsistema de Instalações e Segurança SIS e no Sistema de autenticação e autorização da Justiça Eleitoral – ODIN e aos processos com os quais esses sistemas interagem, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável nos termos da lei, conforme especificações constantes do Termo de Referência. Total de Itens Licitados: 6. Edital: 24/04/2026 das 08h00 às 17h59. Endereço: Setor de Administração Federal Sul Quadra 7 Lote 1/2, - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/70001-5-90020-2026. Entrega das Propostas: a partir de 24/04/2026 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 13/05/2026 às 14h00 no site www.gov.br/compras.

Edição impressa produzida pelo **Jornal de Brasília** com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico: ***https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal**

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.

LiaDinorah

@liadinorah
liadinorahjornalista@gmail.com

NOITE DE BRILHO E AFETO

O Lago Sul foi palco de uma noite pautada pela elegância e pelo congraçamento em torno da querida jornalista Ana Luiza Pinheiro. Para celebrar a troca de ciclo da amiga, a ministra do STM, Safira Maria de Figueiredo, e o marido, Stefano Colvero Avini, abriram as portas de sua mansão no Residencial Méditerranée para um jantar que traduziu, com precisão, a arte de receber bem em Brasília.

Com a fidalguia que lhes é habitual, os anfitriões orquestraram um encontro em que cada detalhe refletia o carinho pela homenageada. O traje esporte fino deu o tom da noite, que fluiu entre conversas inteligentes e brindes efusivos, pelos diferentes ambientes da residência, decorados com extremo bom gosto.

O menu foi um capítulo à parte. Os convidados desfrutaram de um buffet primoroso, com pratos que equilibravam técnica e paladar, acompanhados por uma criteriosa seleção de vinhos e, como não poderia deixar de ser, o frescor de um excelente champanhe, mantendo as taças sempre erguidas em celebração à vida de Ana Luiza, que estava iluminada em um elegante vestido da Maison Maísa Gouveia.

O ápice da festa se deu em torno de uma impecável mesa de doces, verdadeira obra de arte gastronômica, tendo ao fundo fotos da homenageada. O tradicional "Parabéns pra Você" foi entoado com entusiasmo diante de um bolo magnífico, simbolizando os votos de felicidade e sucesso à jornalista.

Cercada de afeto, a aniversariante contou com a presença de familiares e de um grupo seleto de amigos da capital federal, reafirmando o prestígio de que desfruta. Um evento memorável, em que o bem-querer e a sofisticação deram o tom da noite.

Os anfitriões, Stefano Colvero Avini e a ministra Safira Maria de Figueiredo, ao lado da bela homenageada

FOTOS: PAULO LIMA E OSWALDO ROCHA

Zoraide e Jeferson Luiz Pereira Coelho, corregedor-geral do MPT

Sônia Pinheiro com as filhas, Gabriella e Caroline, e Carmem Lúcia Pinheiro

O casal médico Sarquiz Torres Seade e Iara Pinheiro Marinho

Ivo Gico e Iovanna, ao lado da mãe, Maria de Nazaré Pinheiro Carneiro

A jornalista Marlene Galeazzi, que aniversaria hoje, ladeada por Pedro Victor Câmara e pela dra. Tatyane Machado

Sebastiana e o filho Fabiano Augusto Martins Silveira, com Ana Luiza Pinheiro

Os médicos Moisés Rêgo e Reyna Pinheiro

Ines249

ECONOMIA

NEGÓCIOS DAS ARÁBIAS

Exportações caem em meio à guerra

Comércio com países do Golfo Pérsico teve redução de 31% em razão do bloqueio do estreito de Ormuz

NELSON ALMEIDA / AFP

Mesmo com a queda nas vendas, março teve superávit de US$ 41,4 mi

O fechamento do estreito de Ormuz devido à guerra no Irã interrompeu uma trajetória de alta nas exportações brasileiras para países do golfo Pérsico, importantes mercados para produtos minerais e do agronegócio do Brasil.

Segundo dados da plataforma ComexStat, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB), as vendas para Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Kuwait, Bahrein e Omã caíram 31,47% em março na comparação anual, para US$ 537,11 milhões.

Mesmo com a queda nas vendas, as contas de março fecharam com superávit de US$ 41,4 milhões, apesar da alta de 113% nas importações no mês mais crítico do conflito.

Já no trimestre de janeiro a março, as exportações tiveram um desempenho positivo de 8,14% para US$ 2,41 bilhões. Com as importações no primeiro trimestre somando US$ 1,4 bilhão, o Brasil ficou com saldo positivo de US$ 1 bilhão no período.

Por enquanto, a alta na venda de alguns produtos foi suficiente para compensar a interrupção total ou queda drástica de embarques de outros, como o milho e o açúcar.

Para o agronegócio, que representa cerca de 75% das exportações à região, as vendas caíram 25,38% em março, mas acumulam alta de 6,8% no trimestre, para US$ 1,44 bilhão. No mês, o açúcar teve queda de 43,37%, para US$ 54,07 milhões; e o milho praticamente não teve embarques para o golfo.

Já o café registrou alta de 34,24% no mês de março, para US$ 9,97 milhões, e de 64,3% no trimestre, para US$ 49,58 milhões.

As carnes de aves e derivados, item de maior peso da pauta agropecuária, tiveram recuo de 13,8% no mês, para US$ 185,5 milhões. No acumulado do ano, recuou 2,32%, totalizando US$ 619,12 milhões.

A carne bovina se destacou positivamente, com alta de 24,7%, ou US$ 47,75 milhões, além de um avanço de 65,29% no trimestre, para US$ 194,56 milhões.

Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos continuam sendo os países da região com a maior participação nas exportações brasileiras (46,2% e 38,5%, respectivamente). Os principais produtos vendidos foram as carnes de aves e derivados (34,6%), ouro não monetário (10,2%), açúcares e melaços (10,1%) e carne bovina (8,7%).

Embora os dados anuais indiquem crescimento, em março o conflito causou interrupções importantes das exportações da carne bovina em países como Qatar (-55,3%), Emirados Árabes (-49,5%) e Iraque (-42,5%).

Segundo o professor Celso Grisi, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), os proprietários de navios passaram a cobrar "taxas de guerra" e o fechamento do estreito de Hormuz aumentou o tempo de viagem. Além disso, aponta que "a rota ao redor da África aumentou os custos de frete e seguros, impactando o fluxo final" (*Da Folhapress*).

BALANÇO AINDA MAIS NEGATIVO EM 2025

Prejuízo dos Correios triplica e chega a R$ 8,5 bi

Os Correios tiveram um prejuízo de R$ 8,5 bilhões em 2025, mais do que o triplo do resultado negativo registrado no ano anterior, após uma queda na receita total.

O resultado foi divulgado durante entrevista coletiva ontem em que o presidente da empresa, Emmanoel Rondon, mostrou os resultados do plano de reestruturação da estatal e minimizou a adesão abaixo da meta ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV).

O plano de reestruturação dos Correios foi anunciado no fim de 2025 como contrapartida para um empréstimo de R$ 12 bilhões concedido pelos cinco maiores bancos do país, com o objetivo de salvar as contas da empresa. Em caso de inadimplência da estatal, a União, que dá garantia ao empréstimo, vai arcar com os pagamentos.

O PDV, uma das apostas da estatal para reduzir as despesas, teve a adesão de apenas 32% da meta estipulada pela diretoria, com a demissão de 3.181 funcionários.

Os Correios encerraram o ano com um patrimônio líquido negativo de R$ 13,1 bilhões. A receita bruta total foi de R$ 17,3 bilhões em 2025, uma queda de 11,35% em relação a 2024, quando o prejuízo foi de R$ 2,6 bilhões (*Da Folhapress*).

BANCO CENTRAL DO BRASIL

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO PATRIMONIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico DEMAP nº 90.012/2026 - Alterado II

Processo 284703. Abertura: 10/6/2026, às 15h. Objeto: Contratação de apólice de seguro para o numerário sob guarda do Banco Central do Brasil. Obtenção do Edital: https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/licitacoes. Informações: (061) 3414-2444, 3414-4898 ou cpl.df@bcb.gov.br

Juliana Medeiros de Oliveira Rebouças
Pregoeira

ANAC AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE ALTERAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90001/2026

Comunicamos que o Edital foi alterado. Objeto: Contratação de serviços contínuos de manutenção preventiva e corretiva do Sistema de climatização, com fornecimento de peças de reposição, para a ANAC no Rio de Janeiro/RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Novas datas: Edital: 24/04/2026 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Entrega das Propostas: a partir de 24/04/2022. Abertura das Propostas: 11/05/2026 às 9 horas em www.gov.br/compras.

Gisele Aparecida Gonçalves de Oliveira
Pregoeira

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Departamento de Logística em Saúde, UASG 250005, do Ministério da Saúde, torna público aos interessados a **ABERTURA DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**, **PARA REGISTRO DE PREÇOS (SRP)**, conforme data e hora abaixo:

Pregão Eletrônico - nº 90039/2026

NÚMERO DO PROCESSO: 25000.075508/2025-59. **KIT WESTERN BLOT ANTI HTLV 1 E HTLV 2 - REAÇÕES**, conforme especificações contidas no Edital e seus anexos. **ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 08/05/2026 – HORÁRIO: 09:00 horas (Horário de Brasília). O Edital do certame poderá ser acessado no sítio eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br.

GENIVANO PINTO DE ARAÚJO
Diretor do Departamento de Logística em Saúde

telebras

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO Nº TLB-AVI-2026/00008

Pregão Eletrônico nº 90008/2026 -TB

A Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 90008/2026 -TB, Processo nº TLB-PRO-2025/06238, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recepção para a sede da Telebras, mediante o fornecimento de mão de obra exclusiva, conforme condições constantes do Termo de Referência TLB-REF-2026/00041, Anexo A deste Edital, com abertura marcada para o dia 11/05/2026, às 10:00 horas, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos. O edital poderá ser consultado e obtido no sítio da TELEBRAS, www.telebras.com.br, no Comprasnet, www.comprasnet.gov.br, e no Edifício Sede da TELEBRAS, SIG Quadra 04 - Bl. 'A' - Salas 201 a 224 - Edifício Capital Financial Center - Brasília / DF, telefone: (61) 2027-1316.

Brasília, 22 de abril de 2026
FERNANDA AYRES JARDIM ELIAS
Gerente
Gerência de Compras e Contratos

Edição impressa produzida pelo **Jornal de Brasília** com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico: ***https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal**

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.

EXTENSÃO DA PAUSA

Mais 3 semanas de cessar-fogo

Após encontro de representantes na Casa Branca, Israel e Líbano aumentaram prazo da trégua

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a extensão de três semanas do cessar-fogo entre Israel e Líbano, nessa quinta-feira, após a segunda reunião entre enviados dos dois países em Washington.

Ele afirmou que os EUA vão trabalhar com o Líbano para ajudar o país a "se proteger do Hezbollah" e que espera reunir o premiê israelense, Binyamin Netanyahu, e o presidente libanês, Joseph Aoun, "em um futuro breve".

O encontro mudou do Departamento de Estado para a Casa Branca e teve a presença do presidente americano, do vice-presidente, J. D. Vance, do secretário de Estado, Marco Rubio, e dos embaixadores dos EUA em Israel e Líbano, além dos embaixadores dos dois países em Washington.

A reunião ocorreu um dia após ataques israelenses contra o vizinho matarem pelo menos cinco pessoas a despeito da trégua.

O cessar-fogo mediado pelos EUA, que estava previsto para expirar no domingo, resultou em uma redução significativa da violência, mas os ataques continuaram, em particular no sul do Líbano, onde tropas israelenses permanecem posicionadas em uma faixa de território libanês de 5 a 10 km ao longo de toda a fronteira.

O Hezbollah, facção extremista apoiada pelo Irã, afirma ter "direito de resistir" às forças de ocupação. Já o exército israelense reiterou um aviso aos moradores do sul do Líbano para não entrarem na área.

EUA abordam navio com petróleo do Irã

Em mais um dia de escalada nas provocações entre Irã e Estados Unidos durante a trégua adiada indefinidamente por Donald Trump, forças americanas pararam e abordaram um navio com petróleo iraniano no oceano Índico ontem.

Segundo postagem do Departamento de Defesa, o Majestic X não foi apreendido como o cargueiro Touska havia sido no último domingo (19), mas o destino da embarcação não está claro. Ela é um petroleiro de frota fantasma sob sanções americanas, que usualmente usa bandeira da Guiana para disfarçar sua carga.

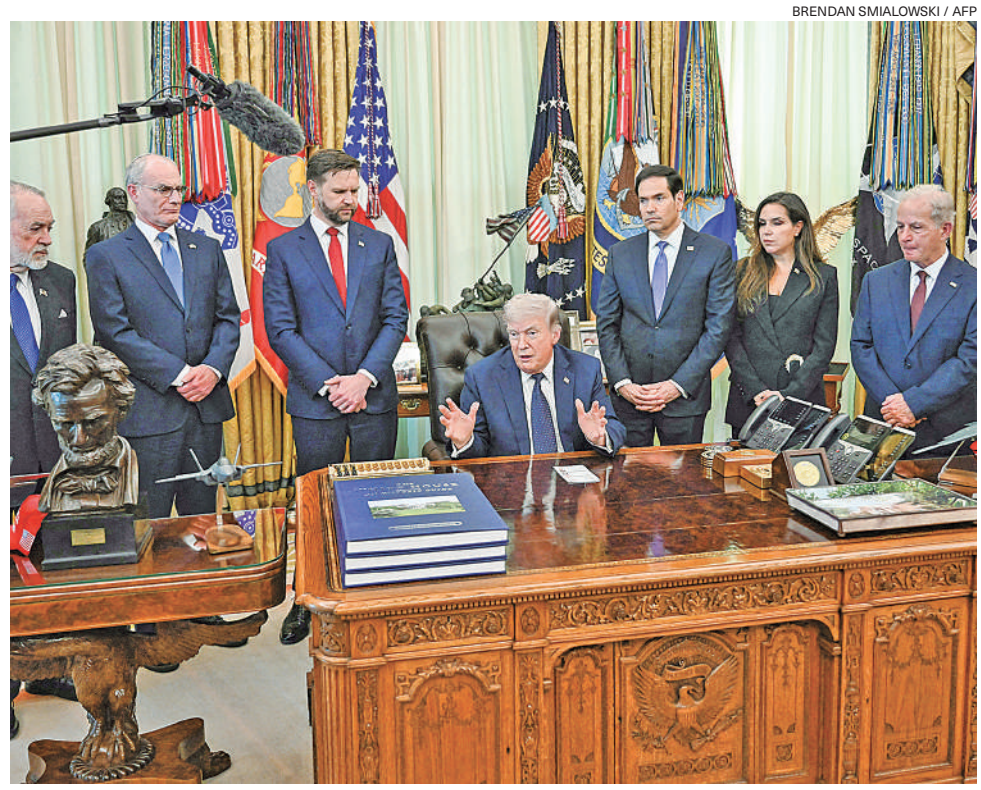
A operação ocorreu longe da entrada para o golfo Pérsico, e envolveu helicópteros do Comando do Indo-Pacífico, que não está envolvido diretamente no conflito do Oriente Médio. Até a véspera, o Pentágono havia dito ter impedido o trânsito de 31 navios desde o início do embargo, na segunda retrasada (13).

Sem pressão para acabar com a guerra

Ainda nessa quinta, Trump postou na rede *Truth Social* que ordenou a Marinha "atirar e matar" qualquer barco iraniano colocando minas em Ormuz, e voltou a dizer que seus navios especializados em desativar essas armas já operam na região. O jornal *Washington Post* afirmou que a estimativa para remover todos os riscos é de seis meses.

"Nós temos total controle de Ormuz", afirmou o americano, ignorando as embarcações que furaram o bloqueio segundo monitores de tráfego marítimo. Ele disse ainda que os EUA não sentem pressão para encerrar a guerra contra o Irã, mas que "o tempo está se esgotando" para Teerã à medida que o conflito impacta cada vez mais a economia global. "Eu tenho todo o tempo do mundo, mas o Irã não", disse (*Da Folhapress*).

BRENDAN SMIALOWSKI / AFP



Presidente dos EUA, Donald Trump, ao lado de representantes do governo americano, do Líbano e de Israel, em reunião na Casa Branca

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BRASÍLIA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência nº 90077/2026 - UASG: 158143

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília torna pública a abertura de procedimento licitatório para a Contratação de empresa especializada para elaboração de laudo estrutural e, se for o caso, de projeto de reforço para a obra do Teatro do Campus Brasília do IFB. Processo: 23098.000305.2026-22 Total de Grupo: 01 com 2 itens. Edital: 14/2026 24/04/2026 das 08h às 12h e das 14h às 17h, via e-mail: licitacoes@ifb.edu.br ou https://www.gov.br/compras. Entrega das Propostas: a partir de 24/04/2026 às 08h no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 02/06/2026 às 09h no site www.gov.br/compras.

MARCO A. F. MIRANDA
Agente da Contratação

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME
GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE SORTEIO

Concorrência Presencial nº 90001/2026 (PNCP 103/2026)
UASG-550005

PROCESSO Nº 71000.026032/2023-88. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome- MDS, por meio da Comissão de Contratação, instituída pela Portaria nº 228, de 14 de abril de 2026, para conduzir e julgar a licitação do tipo "melhor técnica", na modalidade Concorrência, de Nº 90001/2026 (PNCP 103/2026), cujo objeto é a Contratação de Comunicação Digital prestados por intermédio de empresas prestadores de serviços, torna público que realizará o sorteio para a composição dos integrantes que comporão a Subcomissão Técnica desta Concorrência. O sorteio será realizado no dia 11/05/2026 às 09h00min. no Auditório localizado no pavimento térreo do Bloco A da Esplanada dos Ministérios, CEP: 70054-906, em Brasília-DF. De acordo com o Artigo 10 § 1º da Lei nº 12.232/2010, serão sorteados dois integrantes do MDS e um sem vínculo funcional ou contratual direto ou indireto com o órgão. RELAÇÃO DOS NOMES VINCULADOS AO MDS: Poliani Lemos de Paulo, Matrícula SIAPE nº 3518345; Yakowenko Guerra de Oliveira, Matrícula SIAPE nº 3385861; Roberta Aline e Silva Sousa, Matrícula SIAPE nº 3409210; Gustavo Alves de Souza, Matrícula SIAPE nº 1322659, Antônio Olívio dos Santos M. Barbosa, Matrícula SIAPE nº 1638844 e Simone de Castro Holanda, Matrícula SIAPE nº 3336223; RELAÇÃO DOS NOMES NÃO VINCULADOS AO MDS: Eronides Pereira de Oliveira Neto, Matrícula SIAPE nº 3331945 – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; Nina Fernandes dos Santos, Matrícula SIAPE nº 1145963– Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e Larissa Guedes Menezes, Matrícula SIAPE nº 3505592 – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Wagner Ferreira Moraes
Presidente da Comissão de Contratação

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico: ***https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal**

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.

APORTE DA UNIÃO EUROPEIA

Empréstimo de 90 bilhões de euros para Ucrânia

A União Europeia aprovou formalmente ontem um empréstimo de 90 bilhões de euros (cerca de R$ 523 bilhões) à Ucrânia, bem como um novo pacote de sanções contra a Rússia, informou a Presidência do bloco.

"A estratégia da UE para alcançar uma paz justa e duradoura na Ucrânia assenta em dois pilares: fortalecer a Ucrânia e aumentar a pressão sobre a Rússia. Hoje avançamos em ambos", afirmou o presidente do Conselho Europeu, António Costa, em uma publicação no X.

Os embaixadores da UE já haviam aprovado o empréstimo e o pacote de sanções na quarta-feira, após Hungria e Eslováquia terem retirado seus vetos.

O avanço ocorre pouco mais de uma semana depois de Viktor Orbán, aliado da Rússia, ter perdido as eleições legislativas da Hungria para seu rival conservador pró-Europa, Péter Magyar, que prometeu recompor os laços com o bloco de Bruxelas.

Orbán havia bloqueado o auxílio após acusar a Ucrânia de protelar o reparo de um oleoduto que, segundo Kiev, foi danificado por um drone russo. O oleoduto transporta petróleo russo para a Hungria e a Eslováquia. A retomada do fluxo de petróleo na quarta – em paralelo à derrota de Orbán nas urnas – abriu caminho para a aprovação do empréstimo. A Eslováquia também havia condicionado a retirada de suas objeções à reabertura do oleoduto.

O presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, que viajou ao Chipre para a cúpula da UE nessa quinta, saudou a aprovação do empréstimo. "Este pacote fortalecerá nosso Exército, tornará a Ucrânia mais resiliente e nos permitirá cumprir nossas obrigações sociais para com os ucranianos", disse.

Ines249

COPA DO MUNDO

ROBERTO SCHMIDT / AFP

Irã diz que participação na Copa do Mundo será marcada por "orgulhoso" e que será "bem-sucedida"

Proposta de Trump é ironizada na Itália

Presidente dos EUA sugeriu substituição do Irã pelos italianos na próxima edição do Mundial, em junho

Enviado especial de Donald Trump, o italiano Paolo Zampolli sugeriu ao presidente da Fifa, Gianni Infantino, que a Itália substituísse o Irã na Copa do Mundo. Ele mesmo revelou a informação em notícia ao jornal britânico *Financial Times* na quarta-feira. Nessa quinta, ministros italianos ironizaram a proposta, definindo-a como "vergonhosa" e inapropriada."

Por causa do combate no Oriente Médio e da guerra com os norte-americanos, os iranianos foram "recomendados" pelo presidente dos EUA que não estivessem no país da América do Norte para a competição por riscos de vida, apesar de "serem bem-vindos."

"Eu li a notícia de que o enviado de Trump pediu à Fifa. E me parece vergonhoso. Me daria vergonha", disparou o Ministro de Economia da Itália, Giancarlo Giorgetti, em clara declaração de que não é justo tirar quem conseguiu sua vaga por mérito.

Eliminada na decisão da repescagem pela Bósnia & Herzegovina em disputa por pênaltis, a Itália ficará ausente de uma Copa do Mundo pela terceira edição seguida. Como é a melhor seleção ranqueada fora das classificadas, há a manobra para que a tetracampeã mundial substitua o Irã, com seus três jogos agendados para estádios dos Estados Unidos e mesmo com sua presença "garantida" pela Fifa.

"A classificação acontece em campo", reprovou o Ministro de Esportes da Itália, Andrea Abodi, em resposta à LaPresse, dizendo que não é possível a Itália ir ao Mundial desta maneira e definindo a proposta revelada por Zampolli como "inapropriada".

"Confirmo que sugeri a Trump e Infantino que a Itália substitua o Irã na Copa do Mundo. Sou italiano e seria um sonho ver a Azzurra em um torneio sediado nos EUA. Com quatro títulos, eles têm o currículo necessário para justificar a inclusão", disse Zampolli, nascido em Milão, ao *Financial Times*. Oficialmente, ele é enviado especial do presidente dos Estados Unidos para parcerias globais. Infantino esteve nos Estados Unidos para participar do Semafor World Economy 2026, no último dia 15 de abril.

Orgulho

Alvo de polêmica por causa da instabilidade política em função do conflito no Oriente Médio, o Irã já está "inserido" no clima que envolve o maior torneio de seleções do planeta. Um porta-voz do governo iraniano afirmou que a seleção masculina de futebol está se preparando para uma "participação orgulhosa e bem-sucedida" em seus jogos da Copa do Mundo.

"O Ministério da Juventude e dos Esportes anunciou a preparação completa da nossa seleção nacional de futebol para participar da Copa do Mundo de 2026 nos Estados Unidos, por ordem do ministro", declarou Fatemeh Mohejerani, à televisão estatal iraniana na quarta-feira.

A participação do país na competição era vista com certa apreensão desde os primeiros ataques militares lançados pelos Estados Unidos e Israel em 28 de fevereiro.

A Fifa tem afirmado consistentemente que o Irã permanecerá na programação de jogos da Copa do Mundo definida em dezembro passado e se recusa a discutir qualquer sugestão de mudança das suas partidas para o México.

O Irã tem dois jogos da fase de grupos agendados no estádio do Los Angeles Rams em Inglewood – contra Nova Zelândia e Bélgica – e depois enfrentará o Egito em Seattle.

Uma questão crucial a ser resolvida é se o governo americano concederá vistos de entrada à delegação iraniana, incluindo o presidente da federação de futebol, Mehdi Taj. Ele é vice-presidente da confederação asiática de futebol e foi impedido de comparecer ao sorteio da Copa do Mundo em dezembro, em Washington. No evento, Infantino entregou ao presidente Donald Trump o Prêmio da Paz da Fifa, criado especialmente para a ocasião.

Eliminada na decisão da repescagem pela Bósnia & Herzegovina em disputa por pênaltis, a Itália ficará ausente de uma Copa do Mundo pela terceira edição seguida.

SELEÇÃO BRASILEIRA

Militão entra na lista de problemas de Ancelotti

A pouco menos de um mês da convocação final, o técnico Carlo Ancelotti enfrenta um cenário preocupante na montagem da lista da seleção brasileira para a Copa do Mundo de 2026. Lesões em peças importantes têm impactado diretamente o planejamento e aumentado a incerteza em diferentes setores do time.

O problema vai além de casos isolados e atinge diferentes áreas do campo, do gol ao ataque. Com nomes considerados titulares ou peças-chave em recuperação, o treinador pode ser obrigado a rever escolhas, testar alternativas e até acelerar decisões importantes às vésperas do anúncio oficial. O curto intervalo até o início do torneio também limita o tempo de observação e recuperação dos atletas.

O caso mais recente é o de Militão. O defensor não deve mais atuar pelo Real Madrid nesta temporada. De acordo com o jornal espanhol *Marca*, exames realizados após a última partida confirmaram que o zagueiro sofreu uma lesão muscular mais séria do que o inicialmente previsto.

Vale mencionar que a situação física de Militão tem sido instável ao longo da temporada. O defensor já acumula três problemas musculares no período, o que acende um alerta no clube e também na seleção brasileira.

Outro nome que preocupa é o de Estêvão. O jovem atacante sofreu uma lesão de grau elevado na coxa direita em partida disputada pelo Chelsea e ainda não tem presença garantida na Copa.

Considerado uma das principais opções para atuar no ataque pela ponta direita, ele vinha sendo tratado como titular. Caso não se recupere a tempo, a tendência é que alternativas como Endrick – que ainda não está garantido na seleção – ganhem espaço na lista de Ancelotti.

Outros titulares também estão sob observação. O goleiro Alisson Becker, do Liverpool, está em recuperação de lesão muscular e não atua mais nesta temporada europeia. Apesar disso, a expectativa é de retorno ainda em abril, o que mantém o otimismo sobre sua convocação.

Já Raphinha, do Barcelona, está em processo de recuperação de problema muscular sofrido na Data Fifa de março. A previsão é de que o atacante retorne em meados de maio, com expectativa de que atuação no El Clásico que acontece dia 10, o que ainda permitiria um período de cerca de um mês de preparação antes do torneio.

Entre os casos menos preocupantes está o de Bruno Guimarães. O meio-campista voltou aos gramados no último sábado, 18 de abril, após mais de dois meses afastado por lesão na coxa e está em processo de retomada o ritmo de jogo. Ainda assim, segue sendo monitorado pela comissão técnica brasileira, que o vê como peça fundamental no meio de campo ao lado de Casemiro.

O caso mais grave é o de Rodrygo. O atacante do Real Madrid sofreu ruptura do ligamento cruzado anterior e do menisco lateral do joelho direito, lesão que exige longo período de recuperação.

O problema ocorreu no início de março, em partida contra o Getafe, e foi seguido por cirurgia dias depois. Com prazo estimado entre dez meses e um ano de reabilitação, o jogador está oficialmente fora do Mundial. A ausência pesa, especialmente pelo papel que vinha desempenhando como um articulador ofensivo de confiança do treinador.

MATTHIAS SCHRADER/ AP/ AE

Militão (E) não deve mais atuar pelo Real Madrid este ano após a sua terceira lesão

Ines249

OS PIONEIROS DA CULTURA DE BRASÍLIA

Os sons que tocam **no quadradinho**

Na última reportagem, da série especial pelos 66 anos da capital, o JBr celebra a música brasiliense

ALINE TEIXEIRA
aline.teixeira@grupojbr.com

Brasília é conhecida como centro do poder político, mas foi na música que a capital encontrou uma de suas expressões mais marcantes. Ao longo das décadas, diferentes gerações transformaram o cotidiano da cidade em som, revelando não apenas estilos, mas realidades distintas que coexistem no mesmo território.

Nos anos 1980, o cenário era de inquietação. Em meio ao fim da ditadura militar no Brasil, jovens artistas encontraram no rock uma forma de expressão diante de um país em transformação. Foi nesse contexto que surgiram bandas como a Plebe Rude.

"Foi quando o momento encontrou o instante. O movimento punk estava explodindo no mundo enquanto nós estávamos perdidos no meio deste entreposto burocrático no meio da savana brasileira durante uma ditadura. O punk nos deu nosso norte", afirma Philippe Seabra, vocalista e guitarrista da banda Plebe Rude.

Segundo o músico, a urgência política era inevitável. "Não tinha como ficar alheio ao que estava acontecendo. Brasília naquela época não nos dava escolha. A banda nasceu dessa urgência", completa.

Brasília revelou uma geração marcante do rock nos anos 1980 e, para Dinho Ouro Preto, do Capital Inicial, esse movimento nasceu de uma vivência coletiva e de um contexto específico da cidade. "O Capital começou junto com as outras bandas da nossa geração. Na verdade, nós, Plebe Rude, Legião Urbana, Finis Africae e muitos outros éramos da mesma turma. Saíamos sempre juntos, frequentávamos a casa um do outro, íamos pras mesmas festas e fazíamos shows juntos também", relembra.

REPRODUÇÃO

Em meio ao fim da ditadura militar no país, nos anos 1980, surgiram bandas como a Plebe Rude (*foto*)

Em retrospecto, ele aponta que diferentes fatores contribuíram para o surgimento da cena. "O tédio com certeza era um fator. Mas também o contexto do Brasil. Estávamos no final do regime militar e havia uma sensação de estrangulamento – uma impressão de que uma mudança não era só necessária, mas possivelmente iminente."

Inquietação e criatividade coletiva

Segundo o músico, as letras nasciam dessa experiência cotidiana, ainda que, na época, não houvesse dimensão do alcance que teriam. "Falávamos do nosso dia a dia, das nossas angústias, da nossa esperança – sem saber que o que sentíamos era compartilhado por uma multidão de brasileiros e brasileiras."

Se para a Plebe Rude a urgência política moldou sua identidade, para Dinho a cena de Brasília nasceu também de uma mistura de inquietação, ambição e criatividade coletiva. "Eu acredito que havia o desejo de desafiar os poderes constituídos. Éramos incrivelmente pretensiosos, na medida em que achávamos que seríamos uma peça na engrenagem que faria o regime cair. Nos víamos como subversivos", afirma.

Décadas depois, o músico avalia que algumas canções ganharam novos significados – especialmente aquelas mais conectadas à cidade. "Talvez *Música Urbana*. Ela é, na verdade, sobre Brasília e o estado de espírito da nossa turma. Fala da rodoviária, da torre, da nossa inquietação – tudo errado, mas tudo bem. Não sei se o resto do Brasil entende exatamente do que estamos falando."

No aniversário da capital, celebrado na última terça, Dinho reforça o papel central da cidade na construção do rock nacional. "Brasília está no nosso DNA. A cidade nos moldou. Somos fruto do fato de ela ser a capital do Brasil, de vermos o poder de perto, mas também de vivermos em um lugar que não oferecia entretenimento. Isso nos obrigava a criar nossa própria diversão, nossa própria linguagem."

Para ele, esse contexto explica a relevância da cena. "Não se pode falar do rock brasileiro sem falar do rock de Brasília. Aliás, vou além: na minha opinião, as melhores bandas do país são de Brasília."

Décadas depois, as músicas daquele período continuam ecoando. Para a Plebe Rude, o impacto ultrapassou o tempo. "Ninguém esperava o respaldo de *Até Quando Esperar*. O sucesso foi tão gradativo que, quando dei por mim, tinha virado hino", diz Seabra.

Ao mesmo tempo, o conteúdo das letras ainda encontra ressonância no presente. "Infelizmente ainda dialogam, digo infelizmente porque muita coisa não mudou no Brasil. Como artista fico feliz com a relevância da obra, mas como cidadão fico aflito em ver os mesmos erros do passado tão presentes."

A relação com Brasília também segue marcada por ambivalência. Ao ser questionado sobre qual música da Plebe Rude melhor traduziria a cidade, Philippe Seabra responde sem hesitar: "Essa é fácil: *Brasília*. Na minha autobiografia *O Cara da Plebe* eu entro em mais detalhes, mas conseguimos sintetizar esse caso de amor e ódio."

No livro, o músico descreve a capital como uma utopia idealizada, planejada para reduzir desigualdades – que, na prática, revelou contrastes profundos e demorou a construir uma identidade cultural própria. Essa dualidade também aparece na forma como ele enxerga sua trajetória na cidade. "Foi uma experiência ímpar crescer em um lugar que praticamente tem a nossa idade", afirma.

As fortes vozes da vivência **das periferias**

Se o rock dos anos 80 revelou uma Brasília inquieta e politizada, a década seguinte ampliou esse retrato com o crescimento do hip-hop. O Câmbio Negro trouxe para o centro da narrativa a vivência das periferias do Distrito Federal.

"O Câmbio Negro quis retratar a realidade do povo periférico, pobre, marginalizado, discriminado. Isso acontecia em todo o país e também aqui, tão próximos do poder e tão isolados dele", afirma o rapper X.

Para ele, essa construção sempre foi intencional – tanto estética quanto política.

"É a nossa cara. A imagem que a gente queria construir com as músicas do Câmbio sobre Brasília era a de protesto, de politização, de conscientização. E sempre contrastou com a visão da capital."

O artista também relembra o choque entre a percepção externa e a realidade vivida nas periferias do Distrito Federal.

"Quando a gente ia tocar em outros lugares, muita gente tinha aquela visão errônea: 'pô, você mora em Brasília, todo dia você tropeça num político, você conhece o presidente'. E a gente falava: 'não, bicho, nossa realidade é outra'."

Segundo ele, a escolha estética e narrativa do grupo nunca foi neutra. "Tem que ser dito de forma direta, nua, crua, muitas vezes de forma ácida. Esse tipo de situação requer urgência."

Mesmo décadas depois, ele avalia que o cenário ainda exige posicionamento. "A situação ainda é extremamente grave. Racismo, discriminação, violência – isso precisa ser falado, mostrado e combatido."

A trajetória musical de Brasília revela uma cidade que vai além de sua imagem institucional. Enquanto o rock nasceu entre jovens do Plano Piloto, o rap expôs a realidade das regiões administrativas, como a Ceilândia, moldando identidades a partir de experiências distintas.

Essa diversidade de vozes ajuda a entender por que Brasília ocupa um lugar singular na música brasileira. Mais do que um estilo, a produção cultural da capital reflete contrastes, tensões e transformações que seguem em curso.

> **Brasília está no nosso DNA. A cidade nos moldou. Somos fruto do fato de ela ser a capital do Brasil, de vermos o poder de perto, mas também de vivermos em um lugar que não oferecia entretenimento. Isso nos obrigava a criar nossa própria diversão, nossa própria linguagem.**
> **Dinho Ouro Preto,** vocalista do Capital Inicial

FESTIVAL MÚSICA URBANA

Noite de rock em Brasília

Evento amanhã no Nilson Nelson conta com Capital Inicial, Nando Reis e Chico Chico

ALINE TEIXEIRA
aline.teixeira@grupojbr.com

THIAGO ALMEIDA

REPRODUÇÃO

Festival Música Urbana celebra o rock brasileiro com a banda Capital Inicial, Nando Reis e o artista Chico Chico (*foto*), músico contemporâneo

Neste sábado, o Festival Música Urbana promete uma noite histórica ao celebrar o rock brasileiro em um encontro que atravessa gerações na arena BRB Nilson Nelson. No mesmo palco, sobem Capital Inicial, uma das bandas mais emblemáticas do país, Nando Reis, ícone do gênero, e Chico Chico, representante de uma sonoridade contemporânea que dialoga com diferentes vertentes da música nacional.

Mais do que um show, o evento se propõe como uma experiência completa. O Camarote Música Urbana aposta em conforto, serviços premium e uma atmosfera vibrante, criando um ambiente que potencializa a conexão entre público e artistas. A proposta é transformar a noite em um verdadeiro encontro entre passado, presente e futuro da música urbana brasileira.

"O Música Urbana é um festival que temos muito prazer em realizar na cidade onde tudo começou. Essa edição será especial, reunindo artistas com quem temos uma história e também nomes que apontam para o futuro", afirma Dinho Ouro Preto, do Capital Inicial.

Entre os destaques da programação, Chico Chico chega ao festival sem a pretensão de ocupar um lugar de representação geracional, mas reconhece a importância do encontro.

"Não sei se me vejo muito como representante de alguma coisa, mas estar num festival com Capital Inicial e Nando Reis é muito bom. São artistas que eu respeito muito, que fazem parte da história da música brasileira. Acho que o encontro de gerações é natural", afirma ao **JBr**.

Com uma sonoridade mais intimista e contemporânea, o artista também reflete sobre o diálogo entre estilos dentro do próprio rock. Para ele, não há necessariamente um contraste entre o que faz e o que é considerado mais clássico.

"Rock é uma coisa ampla, sempre foi. O que eu faço tem a ver com isso também, mesmo que de um jeito diferente", explica.

A participação no festival, que celebra o aniversário da capital, também ganha um significado especial. "Brasília sempre me pareceu uma cidade com uma energia muito particular. Tem uma cena forte, muita coisa boa veio daqui. Tocar num momento de celebração da cidade tem um peso diferente. A gente chega com mais atenção", comenta.

No palco, Chico Chico aposta justamente na imprevisibilidade do ao vivo como elemento central da experiência. "O que mais gosto no ao vivo é que muda sempre. Nunca fica igual. E tem algo que acontece na troca com o público que não dá pra controlar, nem quero", diz.

O repertório deve mesclar faixas do álbum *Let It Burn* com outras canções, alternando momentos mais intensos e passagens mais silenciosas, reforçando a proposta sensorial da apresentação.

Com estrutura pensada para proporcionar conforto, segurança e fácil acesso, o Festival Música Urbana promete ser uma das grandes celebrações do aniversário de Brasília, em uma noite que reúne diferentes épocas do rock nacional em um espetáculo marcado por emoção, memória e novas possibilidades sonoras.

SERVIÇO

Festival Música Urbana

- **Data:** 25 de abril (sábado)
- **Local:** Arena BRB Nilson Nelson
- **Abertura** dos portões: 19h30
- **Ingressos:** *https://www.bilheteriadigital.com/musica-urbana-festival-25-de-abril*

NESTE SÁBADO

Fresno desembarca na capital com novo álbum

AMANDA KAROLYNE
amanda.karolyne@grupojbr.com

Com o novo álbum *Carta de Adeus*, lançado nesta sexta-feira, a Fresno traz um show inédito para o público de Brasília, neste sábado, no Clube AABB, às 19h.

Os integrantes da banda gaúcha conversaram com a equipe do **Jornal de Brasília** sobre a estratégia de divulgação antecipada para a comunidade de fãs e sobre esta nova etapa na carreira, consolidada na estrada desde 1999. O disco conta com dez faixas inéditas – e uma canção bônus exclusiva para o disco físico –, compostas como cartas de despedida para versões do passado que eles deixaram para trás. Mas eles prometem que isso não é uma despedida.

A estrutura da setlist (ordem das canções) no show em Brasília será a mesma de como foi o show realizado em São Paulo no dia 18 de abril: no primeiro momento são tocadas as dez faixas inéditas e, após isso, a banda performa sucessos conhecidos e clássicos da trajetória.

Com o novo trabalho, Lucas Silveira, Vavo e Guerra retornam ao rock brasileiro dos anos 80, ao mesmo tempo em que trazem o frescor e a vivacidade das composições clássicas da banda, brindando o emocore brasileiro que a banda ajudou a consolidar. Os três procuraram seguir com o analógico e orgânico, com músicas feitas para serem tocadas ao vivo.

Ao ser perguntado sobre a sensação de chegar ao décimo primeiro álbum, Vavo respondeu que é algo que pouquíssimas bandas experimentam. "Eu diria que 0.05% chegam tão longe. Mas para a gente, a melhor sensação é saber que o fã da Fresno quer o disco novo", celebrou o guitarrista.

Ele reforça que o desejo do público por novas composições e shows é o que mantém o grupo ativo. "Isso, para a gente, talvez seja o maior fator motivante para a banda continuar existindo há tanto tempo." O músico acredita que, ao contrário de outros grupos duradouros onde os fãs ficam presos aos hits antigos, com a Fresno o interesse pelo novo é constante.

Antes do lançamento oficial do álbum, a Fresno realizou um show em São Paulo, onde tocou, pela primeira vez, as dez músicas inéditas. Os fãs que compareceram ao evento receberam um link previamente, como um "spoiler" do que seria lançado. "Quem recebeu, quem ouviu, cantou junto. Várias pessoas estavam ouvindo pela primeira vez e foi uma experiência que a gente fez que deu super certo e que tem tudo para se repetir agora em Brasília, neste sábado", frisou Vavo.

Música e comunidade

A divulgação do álbum seguiu no sentido de manter a comunidade de fãs criada ao longo de mais de 25 anos de carreira. O compartilhamento do link antecipado foi algo semelhante ao que a cantora Hayley Williams fez em seu terceiro álbum solo, *Ego Death At A Bachelorette Party*. "Eu vejo que tanto a Hayley, através do Paramore e agora em carreira solo, quanto nós somos bandas que têm um fandom muito estabelecido, grande e interessado", comentou Lucas Silveira.

O vocalista afirmou que, se a Fresno lançasse o disco da maneira convencional – com um single algumas semanas antes e, depois, o álbum nas plataformas –, seria como "fazer o feijão com arroz", sem criar uma conexão maior com a comunidade.

Lucas considera que, ao conhecer o modo como os fãs gostam de acompanhar o trabalho da banda, o grupo optou por divulgar as músicas em um show antes do lançamento oficial. "Eles têm acesso antecipado às músicas do disco, e isso gera aquela coisa meio da época do Orkut, porque eu vejo as pessoas nos comentários perguntando onde estão ouvindo e cadê esse disco." Para o músico, esse compartilhamento gera uma aproximação e conexão que remete ao que fez com que os integrantes se apaixonassem pela música.

Essa estratégia permitiu que muitos fãs abraçassem o novo trabalho de maneira orgânica.

Canal1

Flávio Ricco
tvcanal1@terra.com.br

"BBB" continua sendo um fenômeno de audiência e engajamento

BEATRIZ DAMY

Edição que consagrou Ana Paula Renault entra para história do programa

O "BBB26" agora já faz parte da história, com Ana Paula Renault como grande campeã. Só que esta não foi uma edição qualquer. E nem parecida com as anteriores.

Entre desistências, expulsões e crises de imagem, o programa caminhou até a final cercado por ruídos, muitos deles fora do roteiro tradicional do jogo.

Ainda assim, em números, a Globo tem o que comemorar. A sua média diária foi de 26,3 milhões de espectadores, entre Globo, Multishow e plataformas digitais. Só na TV, teve o acompanhamento de mais de 132 milhões de brasileiros do primeiro ao último dia, o que representa mais da metade da população do país. Um crescimento de 6% em relação ao BBB25, com média de 17 pontos.

Foi, também, a sua maior audiência da história no Globoplay: 74% a mais do que a edição passada.

Para o bem ou para o mal, desta vez, o jogo muitas vezes ficou em segundo plano. A saída de Henri Castelli, três expulsões, a crise de imagem envolvendo Solange Couto... Tudo isso pautou mais do que as estratégias dentro da casa. Isso sem contar a morte de Oscar Schmidt, irmão do apresentador Tadeu Schmidt, e a morte do pai de Ana Paula, Gerardo Renault, a dois dias do fim do programa.

Acontecimentos que, naturalmente, interferem, na percepção do público. Um reality que sempre se apoiou no jogo e nas relações humanas passou a depender de acontecimentos externos e episódios disciplinares para se manter em evidência.

Em meio a tudo, no entanto, o saldo é positivo. O "BBB" continua sendo um fenômeno de audiência e engajamento. Mas a edição 26 deixa um recado claro: segurar o controle do jogo nunca foi tão necessário.

Daí o inexplicável

Ao longo deste último "BBB", foram insistentes, até incomodas algumas vezes, as críticas ao Tadeu Schmidt.

É evidente que cada um pode achar o que quiser e dizer o que bem entender, mas a verdade é que o Tadeu, tecnicamente, foi perfeito mais uma vez. Do começo ao fim. E em muitas ocasiões, segurou o rojão, com classe e categoria.

Caminho próprio

Diferente da maioria do elenco, que segue atrelado à estratégia comercial da Globo, Ana Paula Renault já entrou no "BBB26" com contrato firmado com outra empresa, o que inviabilizou qualquer acordo com a agência da emissora.

O movimento, percebido desde o crescimento da sua popularidade, acabou deixando um gosto agridoce na Globo após a vitória, especialmente diante do potencial comercial que escapou do seu controle.

Segue o jogo

Telenovela em 30 capítulos, contemplada em edital de fevereiro, "Vambora", que terá a Kromaki como produtora responsável, não deve sofrer mudanças no planejamento devido à nova troca no comando da TV Brasil, agora com Antonia Pellegrino.

É a informação que foi passada para a equipe. A trama será gravada no Brasil e em Portugal, com direção de Roberta Richard.

Doeu no bolso

Foi bem impactante nos bastidores da Rede TV! a perda dos direitos de transmissão dos sorteios da Caixa Econômica Federal.

Por sua vez, o Grupo Globo, que assumiu a exibição, definiu as suas transmissões, ao vivo naturalmente, pelo G1.

Mercado

Carlos Gomes, o CG, figura de respeito no mercado e com passagens importantes por Band, BandSports, Turner, entre outros, não está mais na TMC.

Saiu, depois de entregar todo o combinado e rodar seis praças diferentes da rede.

Andar da carruagem

O contrato da igreja do RR Soares com a Band vence agora na metade do ano e, ao que tudo indica, será renovado quase que automaticamente.

As conversas preliminares, data hoje, não indicam outra coisa.

Eleições

Na Band, o "Canal Livre", domingo, voltará a reunir pré-candidatos à presidência da República.

Desta vez, os convidados serão Renan Santos, do Missão, e Aldo Rebelo, do Democracia Cristã. Apresentação de Rodolfo Schneider e participações de Fernando Mitre e Thays Freitas.

Multiartista

Rose Brant fará a personagem Maria, mãe de Jesus, na superprodução "Ben-Hur", com estreia marcada para setembro.

Brant possui trabalhos na Globo e na Record, além do cinema e streaming. É também bailarina, cantora, compositora e artista plástica.

Acertando o dia

Ontem, aqui se falou que a participação da Andréia Sadi no novo "Bom Dia Brasil", a partir da semana que vem, será às segundas e sextas-feiras. Nananinanão.

O certo é às quartas e sextas-feiras.

C'est fini

No domingo, 17 de maio, acontecerá a estreia de Galvão Bueno como narrador na N Sports, canal do qual é sócio.

Ele irá transmitir "94 Revival", jogo amistoso que será realizado no Choctaw Stadium, em Arlington, no Texas, às 18 horas (horário de Brasília).

A partida reunirá lendas do Brasil e dos Estados Unidos daquela edição da competição. Bebeto, Romário e Mauro Silva em campo.

baterebate

» **A TMC contratou Guilherme Ravache, consultor e analista de negócios, como novo comentarista do "TMC 360", com entradas ao vivo de segunda a sexta-feira, a partir do próximo dia 27, às 7h da manhã, e também aos sábados ...**

» **... Ravache acumula passagens por Folha de São Paulo, Revista Época e Editora Caras, e tem a missão de traduzir, de forma simples, como movimentos globais impactam no dia a dia das pessoas.**

» **No "Documento Band" deste sábado, às 22h30, o repórter Giba Smaniotto entrevista professores e alunos da orquestra do Instituto Bacarrelli, que tem a música como poder de transformação na vida das pessoas há 30 anos.**

» **A Globo-BH exibe em 23 de maio, um sábado, na faixa da tarde, o especial produzido pelo jornalismo: "O Voo de Santos Dumont"...**

» **... O trabalho vai ao ar no ano em que o voo histórico do 14-Bis completa 120 anos...**

» **... Com uso de tecnologia, inteligência artificial e trilha sonora original, o programa revisita a vida e o legado de um dos maiores inventores da história.**

» **Theo Gonzalez foi aprovado pela Globo para fazer a fase criança de André Luiz Frambach na novela "Coração Acelerado"...**

» **Ele terá sequências com Carolina Ferreira, intérprete de Naiane Sampaio, papel de Isabelle Drummond.**

» **A jovem atriz Bella Alelaf, após novelas no SBT, integra o elenco do filme "Um Pai em Apuros", ao lado de Rafael Infante, Dani Calabresa e Babu Santana.**

» **A Seriella contratou o ator-mirim Gael Falcão para a série "Amor em Ruínas"...**

» **... Gael viverá o filho dos protagonistas, Gomer (Letícia Laranja) e Oséias (Murilo Cezar).**

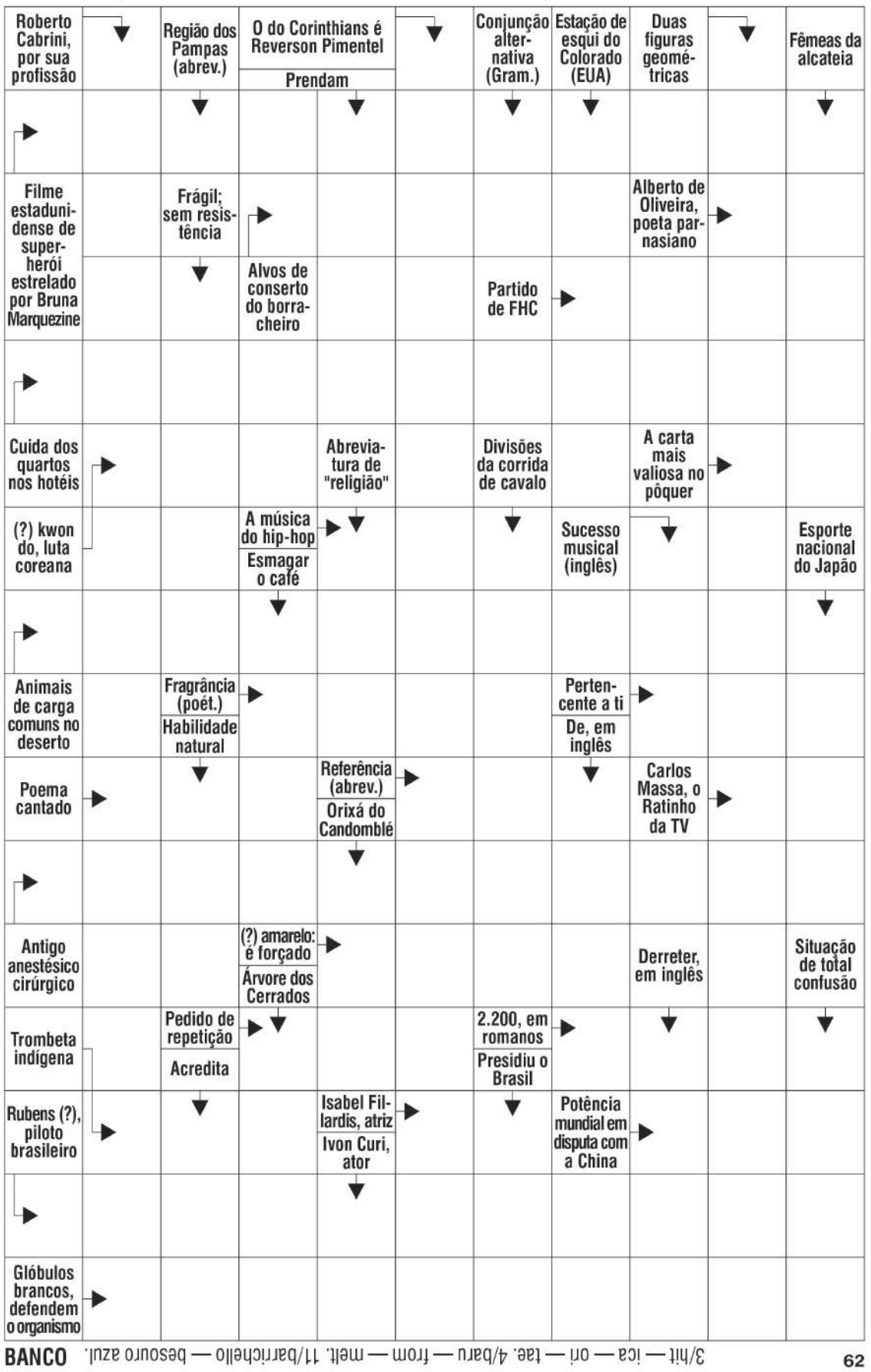
» **Maíra Azevedo, jornalista, atriz, autora e influenciadora digital, esgotou os exemplares do seu livro "A Menina do Cabelo Mágico", da Editora Malê, na recente Bienal do Livro da Bahia.**

» **O fim da rádio Eldorado e a demissão de seus funcionários, em anúncio do Grupo Estado, foi a notícia triste de ontem...**

» **... A partir de 15 de maio, em 107.3, o ouvinte encontrará a Rádio Bandeirantes.**

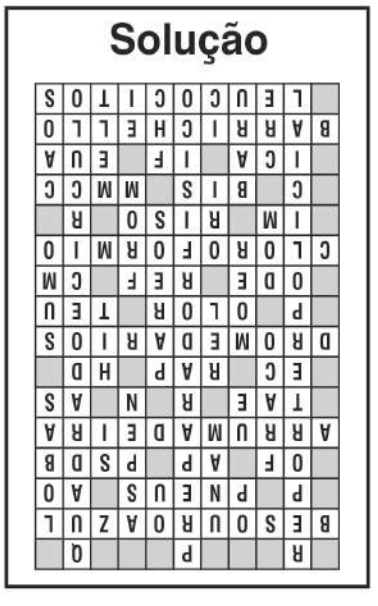
CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL



BANCO 3/hit — ica — ori — tae. 4/baru — from — melt. 11/barrichello — besouro azul. 62

Solução



SUDOKU

	1		4	3				
					2	8		6
	7				6			
	3	5		2				1
6								5
8				4		6	2	
			5				7	
7		2	9					
				7	1		3	

SOLUÇÃO

9	6	4	3	5	1	7	2	8
7	5	2	8	9	3	6	1	4
1	8	3	5	6	4	7	2	9
8	9	1	3	4	5	6	7	2
6	2	7	8	1	9	3	4	5
4	3	5	6	2	7	9	8	1
2	7	8	1	9	6	4	5	3
3	4	9	7	5	2	8	1	6
5	1	6	4	3	8	7	9	2

Instruções do Sudoku

Preencha cada quadrinho com um número de 1 a 9. Cada conjunto de nove quadrinhos deve conter todos os nove dígitos, sem que nenhum algarismo se repita.

SETE ERROS

GAZETADASORTE

CLASSIFICADOS@GRUPOJBR.COM (61) 99637-6993

Dicas da GAZETA DA SORTE - Editora Meditar Ltda. / Ano 25 - Nº 1.304 - 19/04/2026 a 25/04/2026 / www.gazetadasorte.com.br / *Copyright © 2026 Todos os direitos reservados*

"A Gazeta da Sorte não se responsabiliza por idéias que expressam o pensamento dos autores. O uso das informações é de exclusiva responsabilidade do leitor, e não garantem acertos em jogos lotéricos."

LOTOMANIA

É a que dá ao apostador mais faixas de premiação

As dezenas que **MAIS SAEM:**

43 47 54 49 24 92 41

As Dezenas que **MENOS SAEM:**

52 96 21 57 59 84 56

As dezenas mais atrasadas Não saem há:

65 - 25 Concursos 92 - 14 Concursos
59 - 16 Concursos 66 - 12 Concursos
71 - 15 Concursos 24 - 11 Concursos
64 - 14 Concursos 50 - 11 Concursos
90 - 14 Concursos 44 - 10 Concursos

Resultado do Concurso **2.914:**

03 09 12 29 38 39 43 48 49 60 63 68 74 78 79 83 85 89 94 98

Faixa	Gds.		Prêmio
20	1	R$	2.450.577,57
19	17	R$	12.495,43
18	184	R$	1.030,77
17	1.069	R$	124,19
16	5.924	R$	22,41
15	16.041	R$	8,27
0	1	R$	106.211,20

Valor acumulado: **R$0,00**

Previsão para o Concurso **2.915:**
R$500.000,00

Resultados anteriores:

Concurso 2.913:
03 - 04 - 09 - 14 - 17 - 19 - 23 - 25 - 28 - 30
48 - 49 - 53 - 54 - 63 - 68 - 74 - 76 - 89 - 96

Concurso 2.912:
02 - 04 - 05 - 22 - 35 - 41 - 47 - 53 - 56 - 60
63 - 68 - 69 - 81 - 83 - 84 - 88 - 91 - 93 - 95

Dezenas com Maiores chances de sair nos Concursos **2.915 a 2.917:**

01 - 02 - 04 - 05 - 06 - 07 - 08 - 10 - 11 - 13
15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 24 - 25 - 26 - 27
31 - 32 - 34 - 35 - 37 - 38 - 40 - 41 - 42 - 43
44 - 45 - 46 - 47 - 48 - 49 - 50 - 51 - 53 - 54
55 - 57 - 58 - 59 - 61 - 62 - 64 - 65 - 66 - 67
70 - 71 - 72 - 73 - 75 - 76 - 77 - 80 - 81 - 82
86 - 87 - 90 - 91 - 92 - 93 - 95 - 97 - 99 - 00

Dezenas com **Alta Freqüência de Sair:**

43 - 47 - 54 - 49 - 24 - 92 - 41 - 38 - 48
11 - 31 - 26 - 44 - 42 - 76 - 04 - 82 - 13
06 - 53 - 93 - 85 - 67 - 61 - 64 - 83 - 99

LOTOFÁCIL

É a que dá ao apostador mais chances de ser premiado

As dezenas que **MAIS SAEM:**

20 10 25 11 13 24 01

As Dezenas que **MENOS SAEM:**

16 08 23 06 17 07 18

As dezenas mais atrasadas Não saem há:

08 - 04 Concursos 10 - 01 Concurso
24 - 03 Concursos 11 - 01 Concurso
02 - 01 Concurso 13 - 01 Concurso
03 - 01 Concurso 18 - 01 Concurso
05 - 01 Concurso 25 - 01 Concurso

Resultado do Concurso **3.666:**

01 04 06 07 09 12 14 15 16 17 19 20 21 22 23

Faixa	Gds.		Prêmio
15	1	R$	1.969.104,93
14	193	R$	2.139,26
13	7.173	R$	30,00
12	87.152	R$	12,00
11	465.627	R$	6,00

Valor Acumulado: **R$0,00**
Previsão para o concurso 3.667:
R$2.000.000,00
Acumulado final(0): **R$2.257.567,72**

Resultado do Concurso 3.665:
01 - 02 - 03 - 05 - 06 - 07 - 09 - 10
11 - 13 - 16 - 18 - 22 - 23 - 25

Resultado do Concurso 3.664:
01 - 02 - 04 - 05 - 06 - 07 - 10 - 11
12 - 16 - 18 - 19 - 20 - 22 - 23

Dezenas com **Maiores** chances de sair nos Concursos **3.667 a 3.672:**

01 - 02 - 03 - 04 - 05 - 08 - 09 - 10 - 11 - 12
13 - 14 - 15 - 18 - 19 - 20 - 21 - 22 - 24 - 25

Dezenas com **Alta Freqüência de Sair:**

20 - 10 - 25 - 11 - 13 - 24 - 01 - 04 - 14
12 - 03 - 02 - 22 - 05 - 15 - 09 - 19 - 18

TIMEMANIA

Depois da Loteca a Timemania é a única que você pode jogar com o coração

As dezenas que **MAIS SAEM:**

21 20 61 70 35 66 72

As Dezenas que **MENOS SAEM:**

53 54 59 76 09 46 58

As dezenas mais atrasadas Não saem há:

20 - 62 Concursos 49 - 31 Concursos
27 - 48 Concursos 15 - 24 Concursos
11 - 43 Concursos 70 - 24 Concursos
39 - 40 Concursos 53 - 22 Concursos
69 - 36 Concursos 44 - 21 Concursos

Resultado do Conc. **2.382:**

22 23 30 37 64 68 80

Faixa	Gds.		Prêmio
7	0	R$	0,00
6	3	R$	70.618,01
5	161	R$	1.879,80
4	3.183	R$	10,50
3	31.671	R$	3,50

Acumulado: **R$ 19.628.107,00**
Previsão para o Concurso 2.383:
R$21.000.000,00
Time do coração:
Manaus/AM

Resultado do Conc. **2.381:**

04 14 26 32 65 67 68

Resultado do Conc. **2.380:**

47 54 56 60 64 65 79

Dezenas com **Maiores** chances de sair nos Concursos **2.383 a 2.385:**

03 - 05 - 06 - 08 - 11 - 12 - 13 - 15 - 16
19 - 20 - 21 - 24 - 27 - 31 - 33 - 35 - 39
41 - 44 - 45 - 49 - 50 - 51 - 55 - 57 - 61
62 - 63 - 66 - 69 - 70 - 71 - 72 - 73

Dezenas com **Alta Freqüência de Sair:**

21 - 20 - 61 - 70 - 35 - 66 - 72 - 71 - 80
65 - 04 - 39 - 41 - 44 - 12 - 06 - 11 - 13

MEGA-SENA

É a mais difícil de ganhar, mas é a que paga os maiores prêmios

As dezenas que **MAIS SAEM:**

10 53 37 05 34 32 33

As Dezenas que **MENOS SAEM:**

26 21 55 22 15 48 03

As dezenas mais atrasadas Não saem há:

25 - 45 Concursos 12 - 24 Concursos
54 - 45 Concursos 45 - 18 Concursos
48 - 41 Concursos 22 - 17 Concursos
34 - 35 Concursos 02 - 16 Concursos
24 - 25 Concursos 35 - 16 Concursos

Resultado do Conc. **2.998:**

15 18 28 31 52 58

Faixa	Gds.		Prêmio
Sena	0	R$	0,00
Quina	489	R$	55.256,40
Quadra	3.695	R$	1.183,20

Valor Acumulado:
R$59.906.795,22
Previsão para o Concurso 2.999:
R$70.000.000,00

Resultado do Conc. **2.997:**

14 20 32 37 39 42

Resultado do Conc. **2.996:**

07 09 27 38 49 52

Dezenas com Maiores chances de sair nos Concursos **2.999 a 3.001:**

02 - 04 - 05 - 06 - 10 - 11 - 12 - 13 - 16
17 - 24 - 25 - 30 - 33 - 34 - 35 - 41 - 43
44 - 45 - 46 - 48 - 53 - 54 - 56

Dezenas com **Alta Freqüência de Sair:**

10 - 53 - 37 - 05 - 34 - 32 - 33 - 38 - 27
42 - 17 - 04 - 35 - 30 - 43 - 44 - 56 - 23
46 - 11 - 28 - 41 - 54 - 13 - 16 - 49 - 06

QUINA

É a loteria mais querida entre os apostadores

As dezenas que **MAIS SAEM:**

04 26 52 44 49 31 39

As Dezenas que **MENOS SAEM:**

47 03 48 67 58 65 25

As dezenas mais atrasadas Não saem há:

05 - 71 Concursos 28 - 40 Concursos
16 - 64 Concursos 47 - 36 Concursos
40 - 63 Concursos 65 - 35 Concursos
61 - 61 Concursos 11 - 33 Concursos
57 - 54 Concursos 13 - 31 Concursos

Resultado do Conc. **7.006:**

33 41 48 55 68

Faixa	Gds.		Prêmio
Quina	0	R$	0,00
Quadra	87	R$	9.722,75
Terno	6.741	R$	119,50
Duque	163.798	R$	4,91

Acumulado: **R$28.985.134,20**
Previsão para o Concurso 7.007:
R$32.000.000,00
Acumulado final(5): **R$1.589.331,81**

Resultados dos concursos:

7.005: **14 - 17 - 32 - 44 - 68**
7.004: **23 - 35 - 52 - 56 - 76**
7.003: **04 - 14 - 18 - 54 - 75**
7.002: **04 - 15 - 34 - 49 - 55**

Dezenas com Maiores chances de sair nos Concursos **7.007 a 7.012:**

04 - 05 - 06 - 08 - 09 - 10 - 11 - 12 - 13
16 - 26 - 27 - 28 - 29 - 31 - 37 - 38 - 39
40 - 42 - 43 - 49 - 51 - 52 - 57 - 60 - 61
62 - 63 - 65 - 66 - 70 - 71 - 72 - 73

Dezenas com **Alta Freqüência de Sair:**

04 - 26 - 52 - 44 - 49 - 31 - 39 - 56 - 16
29 - 05 - 53 - 15 - 42 - 09 - 33 - 18 - 37
10 - 66 - 73 - 38 - 13 - 14 - 61 - 72 - 40

DUPLA SENA

É a que arrecada menos, mas é a que mais acumula

As dezenas que **MAIS SAEM:**

36 30 39 18 35 46 31

As Dezenas que **MENOS SAEM:**

27 01 24 29 48 26 16

As dezenas mais atrasadas Não saem há:

38 - 21 Concursos 21 - 07 Concursos
49 - 15 Concursos 15 - 07 Concursos
47 - 11 Concursos 45 - 07 Concursos
39 - 08 Concursos 48 - 06 Concursos
41 - 08 Concursos 03 - 05 Concursos

Resultado do Concurso **2.947 - 1º:**

05 08 22 24 36 44

Faixa	Gds.		Prêmio
Sena	0	R$	0,00
Quina	12	R$	4.036,60
Quadra	600	R$	92,26
Termo	10.287	R$	2,69

Resultado do Concurso **2.947 - 2º:**

01 08 24 25 40 44

Faixa	Gds.		Prêmio
Sena	0	R$	0,00
Quina	4	R$	10.898,82
Quadra	348	R$	159,07
Termo	7.435	R$	3,72

Valor Acumulado:
R$1.198.893,15
Previsão para o Concurso 2.948:
R$1.500.000,00

Resultado do Concurso **2.946:**

1ª Faixa:
123 - 19 - 29 - 33 - 34 - 44

1ª Faixa:
11 - 20 - 32 - 35 - 44 - 50

Resultado do Concurso **2.945:**

1ª Faixa:
06 - 08 - 09 - 17 - 42 - 46

1ª Faixa:
07 - 08 - 27 - 40 - 42 - 50

Dezenas com Maiores chances de sair nos Concursos **2.948 a 2.950:**

02 - 03 - 06 - 09 - 10 - 14 - 18 - 21 - 30 - 31
33 - 35 - 38 - 39 - 41 - 42 - 45 - 46 - 47 - 49

Dezenas com **Alta Freqüência de Sair:**

36 - 30 - 39 - 18 - 35 - 46 - 31 - 33 - 09
49 - 11 - 02 - 14 - 05 - 45 - 10 - 42 - 06

Abaixo temos a relação de dezenas pares e dezenas ímpares por sorteio bem como o percentual que cada ocorrência representa, até o concurso **2.998** da Mega-Sena.

Par	Impar	Nº vezes	Equivalência
0	6	39	1,30%
1	5	265	8,84%
2	4	722	24,08%
3	3	925	30,85%
4	2	729	24,32%
5	1	280	9,34%
6	0	38	1,27%

O estudo abaixo, apresenta a disposição das dezenas sorteadas, analisando a ocorrência dos resultados na metade inferior e superior do jogo da Quina, metade inferior dezenas de 01 a 40 e metade inferior dezenas de 41 a 80.

Inferior	Superior	Nº vezes	Percentual
0	5	195	2,78%
1	4	1.035	14,77%
2	3	2.227	32,40%
3	2	2.226	31,77%
4	1	1.071	15,29%
5	0	209	2,98%

MEGA-SENA

Esquema de jogo condicionado para a MEGA-SENA com 15 dezenas fechando a quadra, acertando 5 dezenas sorteadas, 43 apostas, R$ 258,00.
As 15 dezenas escolhidas foram: **04, 12, 13, 18, 19, 24, 27, 32, 33, 38, 42, 46, 48, 52, 58.**
Acertando 4 dezenas: 0 a 3 quadras; 5 dezenas: 1 a 7 quadras e 0 a 5 quinas.

Vol. 01) 04, 12, 13, 19, 33, 46
Vol. 02) 04, 12, 13, 24, 27, 42
Vol. 03) 04, 12, 18, 19, 32, 58
Vol. 04) 04, 12, 18, 24, 38, 52
Vol. 05) 04, 12, 24, 33, 42, 48
Vol. 06) 04, 12, 27, 46, 48, 52
Vol. 07) 04, 13, 18, 32, 48, 52
Vol. 08) 04, 13, 19, 24, 48, 58
Vol. 09) 04, 13, 33, 38, 46, 52
Vol. 10) 04, 13, 38, 42, 48, 58
Vol. 11) 04, 18, 19, 27, 38, 48
Vol. 12) 04, 18, 19, 42, 46, 52
Vol. 13) 04, 18, 27, 33, 52, 58
Vol. 14) 04, 19, 24, 27, 32, 33
Vol. 15) 04, 24, 32, 38, 46, 58
Vol. 16) 04, 27, 32, 33, 38, 42
Vol. 17) 12, 13, 18, 19, 27, 42
Vol. 18) 12, 13, 18, 27, 32, 46
Vol. 19) 12, 13, 18, 33, 42, 52
Vol. 20) 12, 13, 19, 24, 52, 58
Vol. 21) 12, 13, 24, 32, 38, 48
Vol. 22) 12, 18, 19, 38, 42, 46
Vol. 23) 12, 18, 33, 46, 48, 58
Vol. 24) 12, 19, 24, 32, 33, 52
Vol. 25) 12, 19, 27, 48, 52, 58
Vol. 26) 12, 24, 27, 33, 38, 58
Vol. 27) 12, 32, 42, 46, 52, 58
Vol. 28) 13, 18, 19, 24, 33, 42
Vol. 29) 13, 18, 24, 33, 46, 52
Vol. 30) 13, 18, 27, 38, 46, 58
Vol. 31) 13, 19, 27, 32, 38, 52
Vol. 32) 13, 19, 32, 42, 46, 48
Vol. 33) 13, 27, 32, 33, 48, 58
Vol. 34) 13, 27, 38, 42, 48, 52
Vol. 35) 18, 19, 24, 27, 46, 48
Vol. 36) 18, 19, 27, 32, 42, 48
Vol. 37) 18, 24, 32, 38, 42, 58
Vol. 38) 18, 32, 33, 38, 46, 48
Vol. 39) 19, 24, 27, 38, 42, 46
Vol. 40) 19, 27, 33, 42, 46, 58
Vol. 41) 19, 33, 38, 48, 52, 58
Vol. 42) 24, 27, 32, 33, 42, 52
Vol. 43) 24, 42, 46, 48, 52, 58

LOTOFÁCIL

Esquema de jogo para a Lotofácil com 16 dezenas fechando 14 pontos, 15 volantes, R$ 52,50.
As 16 dezenas escolhidas foram: 01, 03, 04, 06, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 24. Acertando: 11 dezenas: 4 a 5 com 11 pontos; 12 dezenas: 11 a 12 com 11 e 3 a 4 com 12 pontos; 13 dezenas: 12 a 13 com 12 e 2 a 3 com 13 pontos; 14 dezenas: 13 a 14 com 13 e 1 a 2 com 14 pontos; 15 dezenas: 14 a 15 com 14 e 0 a 1 com 15 pontos.

Vol. 01) 01, 03, 04, 06, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 22
Vol. 02) 01, 03, 04, 06, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 24
Vol. 03) 01, 03, 04, 06, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 22, 24
Vol. 04) 01, 03, 04, 06, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 16, 18, 20, 22, 24
Vol. 05) 01, 03, 04, 06, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 16, 19, 20, 22, 24
Vol. 06) 01, 03, 04, 06, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 22, 24
Vol. 07) 01, 03, 04, 06, 08, 09, 10, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 22, 24
Vol. 08) 01, 03, 04, 06, 08, 09, 10, 12, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 24
Vol. 09) 01, 03, 04, 06, 08, 09, 10, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 24
Vol. 10) 01, 03, 04, 06, 08, 09, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 24
Vol. 11) 01, 03, 04, 06, 08, 10, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 24
Vol. 12) 01, 03, 04, 06, 09, 10, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 24
Vol. 13) 01, 03, 04, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 24
Vol. 14) 01, 03, 06, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 24
Vol. 15) 01, 04, 06, 08, 09, 10, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 24

Ines249

CLASSIFICADOS&EDITAIS

(61) 99637-6993 CLASSIFICADOS@GRUPOJBR.COM

Edição impressa produzida pelo Jornal de Brasília com circulação diária em bancas e assinantes.

As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no endereço eletônico: *https://jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal

A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.033/2026

OBJETO: Aquisição de eletrodomésticos. LOCAL: compras.gov.br. ABERTURA: 08/05/2026 às 10h. EDITAL: disponível a partir de 24/04/2026, às 8h, nos sítios www.compras.gov.br e www.stj.jus.br. Informações: (61) 3319-9027.

Anna Carolina Seixas Lopes
Pregoeira

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n. 90007/2026

OBJETO: Contratação de serviços de licenças de softwares para Infraestrutura de Desktops Virtuais. DATA: 15/05/2026 Horário: 14h. **Local: www.gov.br/compras**. O Edital encontra-se disponível nos sítios: *www.gov.br/compras* e *www.stf.jus.br*.

Brasília, 23 de abril de 2026
Renato Dutra Coelho
Agente de contratação/Pregoeiro

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contratações
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n. 90010/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de acompanhamento e análise da presença digital do Supremo Tribunal Federal (STF) em redes sociais. DATA: 11/05/2026 Horário: 14h. **Local: www.gov.br/compras**. O Edital encontra-se disponível nos sítios: *www.gov.br/compras* e *www.stf.jus.br*.

Brasília, 24 de abril de 2026
Cezar Augusto Barros Gadelha
Agente de contratação/Pregoeiro

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.027/2026

OBJETO: Registro de preços para fornecimento de solução de observabilidade, na forma de subscrição de solução Dynatrace no modelo SaaS, incluindo suporte, garantia técnica e de atualização, com serviços de instalação e configuração, repasse de conhecimento, serviços técnicos especializados sob demanda. LOCAL: compras.gov.br. ABERTURA: 12/05/2026 às 10h. EDITAL: disponível a partir de 24/04/2026, às 8h, nos sítios www.compras.gov.br e www.stj.jus.br. Informações: (61) 3319-9027.

Anna Carolina Seixas Lopes
Pregoeira

FEDERAÇÃO DE BEACH TENNIS DO DISTRITO FEDERAL - FBTDF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO

A Comissão Organizadora da **FEDERAÇÃO DE BEACH TENNIS DO DISTRITO FEDERAL – FBTDF, CONVOCA** todos os interessados em integrar a referida entidade para a **ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO**, a ser realizada por videoconferência, nos termos da legislação aplicável e do presente Edital.

ORDEM DO DIA:
1. Aprovação da fundação da entidade
2. Apreciação e aprovação do Estatuto Social
3. Eleição e posse da Diretoria Executiva
4. Eleição e posse do Conselho Fiscal

DATA: 23 de maio de 2026.
HORÁRIOS: Primeira chamada: 10h00
Segunda chamada: 10h30
LOCAL (virtual):
Plataforma Google Meet – Acesso pelo **link: https://meet.google.com/fhm-ifju-tjz**
Os interessados que desejarem apresentar chapa para concorrer ao processo eleitoral deverão enviar suas candidaturas através do email **paes.patricia@gmail.com** até o dia 20/05/2026.

Distrito Federal, 17 de abil de 2026.
Rodrigo Pena Barbosa
Comissão Organizadora
FEDERAÇÃO DE BEACH TENNIS DO DISTRITO FEDERAL – FBTDF

Polícia Civil do Distrito Federal
Comissão Permanente de Licitação

GDF

ERRATA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.004/2026. PROCESSO Nº 00052-00032300/2024-09.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na modernização e expansão dos ambientes de backup e storage da Polícia Civil, contemplando instalação, treinamento, garantia e suporte técnico pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste Edital. Na edição de 23 de abril de 2026 do Jornal de Brasília, na página 18, onde se lê "Aviso de Licitação" leia-se "Aviso de Suspensão".

Brasília, 23 de abril de 2026.

LUÍS GUILHERME GOMES DE SÁ
Pregoeiro/PCDF

Secretaria de Estado de
Educação do Distrito Federal
Subsecretaria de Administração Geral

GDF

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90025/2025 (UASG 450432)

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF) comunica a reabertura do ITEM 02 da licitação supracitada (VIOLA - TAMANHO 41, MODELO INTERMEDIÁRIO). Processo SEI nº: 0084-000372/2014. Objeto: Aquisição de instrumentos musicais para atender aos estudantes do Centro de Educação Profissional - Escola de Música de Brasília (CEP-EMB) da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Motivo: Reabertura de sessão pública com fundamento no art. 90º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, com vistas à convocação de licitantes remanescentes, em virtude de declínio de assinatura de contrato por parte adjudicatária (GS COMÉRCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA, CNPJ nº 12.559.500/0001-47). Data e horário da reabertura: 27/04/2026 (segunda-feira), às 10h.

ANTONIO DOS SANTOS TORRES
Pregoeiro

Secretaria de Estado de Transporte e
Mobilidade do Distrito Federal
Companhia do Metropolitano do
Distrito Federal

GDF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A 35ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E 34ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, CUMULATIVAS, DOS ACIONISTAS DO METRÔ-DF

CNPJ Nº 38.070.074/0001-77 NIRE 53 5 0000095 0

PROCESSO Nº 00097-00000374/2026-50 METRÔ-DF

A Diretoria Colegiada da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal (METRÔ-DF), em sua 1595ª Reunião Ordinária, considerando o disposto no art. 123 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e considerando, ainda, o disposto no inciso II do artigo 12 e o inciso I do artigo 27 do Estatuto Social desta Empresa, CONVOCA os acionistas da Companhia para a 35ª Assembleia Geral Ordinária e para a 34ª Assembleia Geral Extraordinária, cumulativas, dos Acionistas do METRÔ-DF, previstas para ocorrerem às 10 horas, do dia 30 de abril de 2026, em primeira chamada, destacando que serão realizadas em ambiente exclusivamente digital, com a finalidade de tratar dos assuntos constantes da Ordem do Dia mencionada adiante:

1. 35ª (Trigésima Quinta) Assembleia Geral Ordinária:

1.1) Tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao Exercício findo em 31.12.2025, acompanhadas do Relatório da Auditoria Independente; dos Pareceres do Conselho Fiscal, e da Decisão do Conselho de Administração.

1.2) Deliberação acerca da Proposta de Distribuição do Resultado da Companhia, apurado no Exercício de 2025.

1.3) Deliberação acerca do período de mandato do Conselho de Administração da Companhia.

2. 34ª (Trigésima Quarta) Assembleia Geral Extraordinária

2.1) Deliberação sobre Proposta de Aumento do Capital Social da Companhia.

2.2) Deliberação sobre a reforma do Estatuto Social, visando regular a alteração do artigo 5º, em razão da decisão acima, visando o aumento do Capital Social da Companhia.

BRASÍLIA, 16 DE ABRIL DE 2026.

HANDERSON CABRAL RIBEIRO; MÁRCIO GUIMARÃES DE AQUINO; FLÁVIA CARNEIRO DE OLIVEIRA; FERNANDO JORGE RODRIGUES; JUANA FERREIRA DE CARVALHO BOUERI COQUEIRO; JOÃO MACIEL CLARO

Edital de Convocação aprovado na 15952ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada do METRÔ-DF

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

CRISTINE KRIEGER, leiloeira oficial — **JUCISRS nº 382**, Rua Barão do Triunfo, 427, sala 509, Brooklin, SP, autorizada pela Credora Fiduciária **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, CNPJ **08.769.451/0001-08**, **Rua Gerivatiba, 207, 16º andar, Conjunto 162, Butantã, São Paulo/SP, CEP 05501-030**, levará a **PÚBLICO LEILÃO on-line** (www.leiloariasmart.com.br), nos termos da Lei 9.514/97, art. 27, em **25/05/2026 as 14h00**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, lance mínimo **R$ 3.222.000,00 (Três milhões, duzentos e vinte e dois mil reais)**, os imóveis: **MATRICULA 107.404**. **Localização**: SMPW/SUL, Quadra 22, Conjunto 03, Lote 03 — Setor MSPW/SUL — Brasília/DF — CEP 71745-203. **Descrição**: Unidade "B", Lote nº 03, do Conjunto 03, da Quadra 22, do SMPW/SUL, antigo Lote nº 03, do Conjunto 91, dos Trechos 01 e 02, do Setor MSPW/SUL, desta Capital, com a área privativa de 2.125,00m², área comum de 375,00m², perfazendo a área total de 2.500,00m², e a respectiva fração ideal de 0,125 do terreno e coisas de uso comum, limitando-se pelo lado Leste em 42,9998536m com a via publica, pelo lado Oeste em 42,9998536 com a Unidade "D", pelo lado Sul em 49,4187729076 com o Logradouro Público, e pelo lado Norte em 49,4187729076 com o uso comum, formando uma figura regular. Cartório: 4º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal. Inscrição Municipal: 53590260. **MATRICULA 107.406**. **Localização**: SMPW/SUL, Quadra 22, Conjunto 03, Lote 03 — Setor MSPW/SUL — Brasília/DF — CEP 71745-203. **Descrição**: Unidade "D", Lote nº 03, do Conjunto 03, da Quadra 22, do SMPW/SUL, antigo Lote nº 03, do Conjunto 91, dos Trechos 01 e 02, do Setor MSPW/SUL, desta Capital, com a área privativa de 2.125,00m², área comum de 375,00m², perfazendo a área total de 2.500,00m², e a respectiva fração ideal de 0,125 do terreno e coisas de uso comum, limitando-se pelo lado Leste em 42,9998536m com a Unidade "B", pelo lado Oeste em 42,9998536 com a Unidade "F", pelo lado Sul em 49,4187729076 com o Logradouro Público, e pelo lado Norte em 49,4187729076 com o Uso comum, formando uma figura regular. Cartório: 4º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal. Inscrição Municipal: 53590287. **MATRICULA 107.408**. **Localização**: SMPW/SUL, Quadra 22, Conjunto 03, Lote 03 — Setor MSPW/SUL — Brasília/DF — CEP 71745-203. **Descrição**: Unidade "F", Lote nº 03, do Conjunto 03, da Quadra 22, do SMPW/SUL, antigo Lote nº 03, do Conjunto 91, dos Trechos 01 e 02, do Setor MSPW/SUL, desta Capital, com a área privativa de 2.125,00m², área comum de 375,00m², perfazendo a área total de 2.500,00m², e a respectiva fração ideal de 0,125 do terreno e coisas de uso comum, limitando-se pelo lado Leste em 42,9998536m com a Unidade "D", pelo lado Oeste em 42,9998536 com a Unidade "H", pelo lado Sul em 49,4187729076 com o Logradouro Público, e pelo lado Norte em 49,4187729076 com o Uso comum, formando uma figura regular. Cartório: 4º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal. Inscrição Municipal: 53590309. **DEVEDOR(ES) FIDUCIANTE(S): NARCELIO ALVES MENEZES**, CPF **098.885.001-04**. **CARMEN MIRANDA MENEZES**, CPF **333.947.761-20**. Consta nos autos o Processo nº 0712643-03.2025.8.07.0001 em curso perante a Vara Cível do Núcleo Bandeirante/DF. Sem licitante no 1º leilão, fica designado **27/05/2026, às 14h00**, para o **SEGUNDO LEILÃO**, tendo como lance mínimo **R$ 2.046.703,43 (Dois milhões, quarenta e seis mil, setecentos e três reais e quarenta e três centavos)**. Participação on-line mediante cadastro e habilitação no site **www.leiloariasmart.com.br**, até 1 hora antes do início do leilão, não sendo aceitas após esse prazo. Lances exclusivamente pelo site, respeitados lance inicial e incremento mínimo, em igualdade com participantes presenciais. Venda "**ad corpus**", no estado em que se encontra o imóvel, cabendo ao arrematante eventuais regularizações. O(s) devedor(es) será(ão) comunicado(s) na forma do art. 27 da Lei 9.514/97, podendo exercer o direito de preferência no 1º ou 2º leilão, nos termos legais. O arrematante pagará à vista o valor do arremate e comissão de 5%, inclusive o devedor fiduciante em caso de exercício do direito de preferência. Edital completo disponível em **www.leiloariasmart.com.br**. Horários de Brasília/DF. Demais condições conforme Decretos nº 21.981/1932 e nº 22.427/1933.

Secretaria de Estado de Saúde
do Distrito Federal
Diretoria de Aquisições
Central de Compras

GDF

AVISO DE ABERTURA

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 90130/2026 - UASG 926119

Objeto: Aquisição de insumos odontológicos padronizados pertencentes aos Grupos: 10.30.02 Material Odontológico - Endodontia e periodontia, 10.30.99 Material Odontológico - Consumo em fase de despadronização, em sistema de registro de preços, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo SEI nº: 00060-00553376/2025-65. Total de 17 itens (EXCLUSIVIDADE À ME/EPP). Valor Estimado: R$ 79.328,6870. Cadastro das Propostas: a partir de 24/04/2026. Abertura das Propostas: 07/05/2026, às 8h30, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site ou com ônus no endereço: SRTVN, Quadra 701, Lote D, Edifício PO 700, 2º andar, sala: Central de Compras/DAQ/SUCOMP, CEP: 70.719-040 - Brasília/DF.

WELIKA FARIA SANTOS
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90131/2026 - UASG 926119

Objeto: Contratação de insumos à saúde padronizados pertencentes ao Grupo: 36.90.03.1 - ORTOPEDIA - COMPRA REGULAR, por meio de CONSIGNAÇÃO, com fornecimento do CONJUNTO DE INSTRUMENTAIS (Caixa Instrumental) por CESSÃO GRATUITA DE USO, para o fornecimento contínuo de ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPME) HASTE FLEXÍVEL INTRAMEDULAR, com o intuito de manter o abastecimento regular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, de forma ininterrupta, bem como garantir a assistência aos usuários do SUS/DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo SEI nº: 00060-00295747/2024-06. Total de 01 item (AMPLA CONCORRÊNCIA). Valor Estimado: R$ 97.250,0000. Cadastro das Propostas: a partir de 24/04/2026. Abertura das Propostas: 11/05/2026, às 9h, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site ou com ônus no endereço: SRTVN, Quadra 701, Lote D, Edifício PO 700, 2º andar, sala: Central de Compras/DAQ/SUCOMP, CEP: 70.719-040 - Brasília/DF.

QUEILA BARRETO ROCHA
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 90132/2026 - UASG 926119

Objeto: Aquisição regular de equipamento Corador Automático de Lâminas, em sistema de registro de preços, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde/DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo SEI nº: 00060-00059476/2024-19. Total de 01 item (Ampla Concorrência). Valor Estimado: R$ 1.279.800,0000. Cadastro das Propostas: a partir de 24/04/2026. Abertura das Propostas: 07/05/2026, às 9h30, horário de Brasília, no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus no site ou com ônus no endereço: SRTVN, Quadra 701, Lote D, Edifício PO 700, 2º andar, sala: Central de Compras/DAQ/SUCOMP, CEP: 70.719-040 - Brasília/DF.

POSSÍDIO SALES DE OLIVEIRA JÚNIOR
Pregoeiro

AVISO DE REABERTURA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2025

O Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, divulga e torna público aos interessados a Reabertura do Edital de Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de SERVIÇOS DE CIRURGIAS ELETIVAS - COLOPROCTOLOGIA, visando atender às necessidades de assistência da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF, em caráter Complementar junto ao Sistema Único de Saúde, conforme especificações e quantitativos constantes no Edital de Credenciamento nº 05/2025 - Processo SEI nº 00060-00224004/2025-24. Após a publicação do Edital, os interessados poderão encaminhar as propostas para o endereço eletrônico: inexigibilidade.sesdf@saude.df.gov.br, ressaltando que, para garantir sua participação na divisão de vagas, essas deverão ser enviadas até o dia 15/05/2026, às 18h. O Edital estará disponível no endereço eletrônico https://www.saude.df.gov.br/editais-de-credenciamento-vigentes.

JURACY CAVALCANTE LACERDA JUNIOR
Secretário de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL - DER/DF
AVISO DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

Torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental - IBRAM, renovação de licença ambiental simplificada para a VC-461. Região Administrativa do Paranoá. Processo SEI nº 00391-00004547/2026-39

Brasília/DF, 23 de abril de 2026.
Fauzi Nacfur Júnior,
Presidente do DER/DF

COLÉGIO LA SALLE – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCADORES LASSALISTAS

Aviso de Recebimento de Licença Ambiental Simplificada

Torna público que recebeu do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a **Licença Ambiental Simplificada SEI-GDF n.º 8/2026 - IBRAM/PRESI** para a atividade da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, na Quadra 301 Rua D Conjunto 2 - Instituto Agrícola La Salle – Norte, Águas Claras/DF, CEP: 71.901-110, processo SEI-GDF nº 00391-00008616/2025-01. Colégio La Salle – Associação Brasileira de Educadores Lassalistas.

RAIZEN S.A.

Aviso de Recebimento da Licença de Operação

Torna público que recebeu do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/DF a Licença de Operação SEI-GDF nº 28/2026 – IBRAM/PRESI, para atividade de base de armazenamento e distribuição de combustíveis na ST DE INFLAMÁVEIS SUL, S/N, LOTES 14B E 14C, SIA - BRASÍLIA-DF, CEP: 70.310-500, processo n° 00391-00001085/2025-17. Raizen S.A.

Hospital Maria Auxiliadora S.A.

CNPJ/MF: 38.000.485/0001-96 - NIRE 53330000985-6

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração do Hospital Maria Auxiliadora S.A. ("Companhia") apresenta a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais foram preparadas de acordo com os procedimentos e práticas contábeis geralmente aceitos no Brasil, especialmente aqueles emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aplicáveis às sociedades de forma geral, em vigor. As demonstrações financeiras completas auditadas, estão disponíveis na sede da Companhia. **Contexto Operacional:** O Hospital Maria Auxiliadora S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, é o único hospital privado de alta complexidade da cidade do Gama, no Distrito Federal. Inaugurado originalmente em 2009 e integrado ao Hospital Santa Lucia S.A. (Grupo Santa) em 2008, passou por uma ampla modernização em sua estrutura física e tecnológica, garantindo excelência no atendimento hospitalar. Conta com centro cirúrgico completo, cardiologia 24 horas, pronto-socorro adulto e pediátrico, UTI com unidades privativas e semi-privativas, além de maternidade, oncologia e centro de diagnóstico por imagem. A seguir são apresentados os resultados da Companhia, que tem por objetivo a prestação de serviços hospitalares, oferecendo conceitos de assistência e hotelaria, criando centros de excelência médica e diagnóstica e gerando experiência e conhecimento médicos que proporcionam segurança aos clientes, sejam médicos, pacientes ou planos de saúde. A Companhia opera no estado do Distrito Federal, tendo atualmente um total de 210 leitos operacionais, realiza mais de 200 mil atendimentos por ano. **2. Desempenho Econômico-Financeiro: 2.1 Receita Operacional:** A receita líquida atingiu **R$ 291,219 milhões** em 2025 (2024: R$ 263,936 milhões), crescimento de **10,34%,** refletindo: • Maior volume assistencial nas frentes de internação, cirúrgica, hemodinâmica e Oncologia; • Novos e/ou expansão de credenciamentos; • Reajustes contratuais acordados com as principais operadoras; • Mix de atendimentos mais favorável, com maior participação de unidades de maior complexidade; • Expansão orgânica na oferta de leitos e melhoria na regulação de leitos. **2.2 Custos e Margem Bruta:** O custo dos serviços prestados foi de **R$ 160,969 milhões** (2024: R$ 140,335 milhões), incremento de 14,7%, acima do crescimento da receita. A **margem bruta** reduziu de **46,8% para 44,7%**, principalmente em razão de: • Aumento de insumos hospitalares e materiais de alto custo; • PEC 19/2024 da enfermagem nas controladas; • Pressão inflacionária sobre mão de obra assistencial; • Entrada em operação de novos serviços com curva de maturação em andamento.

Custos dos serviços prestados	2025	2024
Custos medicamentos e materiais hospitalares	(69.055)	(58.999)
Custos com serviços médicos	(45.984)	(38.441)
Custos com pessoal	(35.917)	(32.588)
Custos com depreciações	(2.184)	(2.744)
Custos com intercompany	(1.417)	(1.467)
Custos com radiologia/radioterapia	(652)	(690)
Custos com lavanderia	(1.132)	(1.165)
Custos com serviços pessoa jurídica	(1.663)	(1.638)
Custos com esterilização	(2.933)	(2.592)
Outros custos aplicados	(31)	(10)
	(160.969)	**(140.335)**
% da Receita Liquida	*-55,3%*	*-53,2%*

2.3 Despesas Gerais e Administrativas: As despesas gerais e administrativas totalizaram **R$ 44,214 milhões** (2024: R$ 41,876 milhões), representando um aumento de 5,58%, o qual foi abaixo do crescimento da receita líquida, devido: • Reestruturação organizacional em determinadas unidades; • Consolidação de centros administrativos compartilhados; • Renegociação de contratos com fornecedores e prestadores de serviços; • Investimentos em tecnologia da informação e segurança digital.

Despesas gerais e administrativas	2025	2024
Salários e encargos sociais	(20.593)	(18.397)
Serviços de manutenção e conservação	(5.447)	(5.216)
Serviços de terceiros	(6.898)	(8.023)
Despesas com depreciações	(2.916)	(2.968)
Despesas tributárias	(934)	(369)
Locação de máquinas e equipamentos	(1.021)	(909)
Energia elétrica	(1.852)	(2.261)
Água e esgoto	(1.181)	(1.006)
Demais despesas	(3.372)	(2.727)
	(44.214)	**(41.877)**
% da Receita Liquida	*-15,2%*	*-15,9%*

2.4 Outras Receitas e Despesas Operacionais: A Companhia registrou em 2025 o **valor líquido positivo de R$ 17,2 milhões para Outras Receitas e Despesas Operacionais**, tendo como principal movimentação as reversões de perdas efetivas de convênios e operadoras (R$ 15 milhões). **2.5 Perdas por redução ao valor recuperável contas a receber (PCLD) e Glosas:** Em 2025, a Companhia registrou provisão de **perdas esperadas (PCLD) de R$ 5,2 milhões**, sendo este valor maior do que no exercício de 2024 (R$ 2,0 milhões), refletindo um posicionamento mais conservador quanto ao *aging* do contas a receber. Sobre as glosas líquidas (glosas efetivas - recuperação de glosas) a Companhia se manteve em 2025, com R$ 14.2 milhões (4,8% da Receita Líquida) similar a 2024, que teve R$ 14,7 milhões (5,6% da Receita Líquida), variação 0,7 p.p. **2.6 Resultado Financeiro: Resultado financeiro líquido** foi positivo em **R$ 16,2 milhões**, uma melhora significativa em relação a 2024 (**R$ -2,3 milhões**), decorrente principalmente de: • Maior saldo de caixa ao longo do exercício, impactando positivamente as receitas das aplicações financeiras; **2.7 Resultado Líquido do Exercício:** O resultado líquido atingiu **R$ 75,9 milhões** (2024: R$ 62,2 milhões), sustentado por: • Crescimento operacional; • Estabilidade das despesas administrativas; • Maior eficiência financeira e incremento no caixa; **3. Gestão de Riscos:** A Companhia monitora continuamente seus principais riscos e empenha os melhores esforços para controle e mitigação, sempre que aplicável. **3.1 Risco de Crédito (Recebíveis):** O Grupo Santa administra uma carteira relevante de recebíveis no total de **R$ 159,4 milhões**, para a qual vem atuando com: • Comitê de Ciclo da Receita multidisciplinar e com reuniões semanais; • Monitoramento de concentrações por operadora; • Revisão sistemática de glosas e inadimplência; • Modelo de perdas esperadas (CPC 48) com atualização mensal. Devido aos controles estabelecidos, a Companhia enxerga menor movimentação no *aging* do contas a receber com prazos maiores. **3.2 Risco de Mercado:** Exposição a variações de CDI, IPCA e câmbio, mitigada por: • Monitoramento de cenários macroeconômicos; • Revisão constante de cenários com as instituições financeiras. • Operações com derivativos (*swaps*) para proteção e previsibilidade dos desembolsos financeiros. **3.3 Risco de Liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, assim como a manutenção de reservas financeiras em níveis adequados (**saldo de caixa R$ 142,5 milhões**) e linhas de crédito bancárias estabelecidas para captação de empréstimos que julgue adequados. **3.4. Risco Jurídico:** A Companhia mantém provisões de contingências de acordo com as avaliações de advogados internos e externos, seguindo o CPC 25, desta maneira a despesa relativa a qualquer destas provisões é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, quando aplicável. **4. Investimentos (CapEx):** Os investimentos (CapEx) financeiros totalizaram **R$ 6,8 milhões** em 2025 representando um crescimento em relação a 2024 (R$ 1 milhão), destinados a: • Modernização de leitos e centros cirúrgicos; • Modernização de equipamentos de diagnóstico por imagem; • Renovação de parque tecnológico e sistemas. Existem obras e projetos ainda em implementação, que devem contribuir para aumento de capacidade e receita futura. **5. Estrutura Societária:** A Companhia faz parte do Grupo Santa que mantém participação em múltiplas controladas diretas e indiretas nas áreas hospitalares, clínicas especializadas, centros radiológicos e serviços auxiliares, garantindo complementaridade assistencial e integração operacional. **6. Pessoas:** A Companhia reforçou suas iniciativas de gestão de pessoas com iniciativas abrangentes direcionados para a preparação contínua de suas lideranças, assim como reforçou seu compromisso permanente com a equidade, a transparência e a redução de eventuais disparidades nos diferentes níveis hierárquicos.

	2025					2024				
Cargos	**Homem**	**Mulher**	**Total**	**%H**	**%M**	**Homem**	**Mulher**	**Total**	**%H**	**%M**
Diretor	3	1	4	75%	25%	3	1	4	75%	25%
Gerente	1	2	3	33%	67%	1	2	3	33%	67%
Supervisor/coordenador	10	14	24	42%	58%	10	17	27	37%	63%
Colaborador/ref. Líder	5	10	15	33%	67%	6	8	14	43%	57%
Técnico operacional	223	815	1 038	21%	79%	218	719	937	23%	77%
Total	**242**	**842**	**1.084**	**22%**	**78%**	**238**	**747**	**985**	**24%**	**76%**

7. Perspectivas para 2026: A Administração permanece otimista com o cenário operacional do Grupo Santa, prevendo: • Crescimento de unidades de negócio relevantes para a Companhia; • Continuidade dos investimentos para expansão e modernização das suas operações; • Reposicionamento comercial com fontes pagadoras relevantes em mercados; • Robustez na demanda por serviços hospitalares de maior complexidade. **Declaração do Comitê de Auditoria (estatutário ou não):** O Comitê de Auditoria Não Estatutário do Hospital Santa Lúcia S.A. (Controladora) tomou conhecimento e analisou as demonstrações financeiras consolidada da Controladora, nas quais contém as demonstrações financeiras individuais do Hospital Maria Auxiliadora S.A. referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("Demonstrações Financeiras de 2025"), o relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda e o Relatório da Administração da Companhia. Com base em referida análise, e considerando as informações prestadas pelos representantes da Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, este Comitê recomenda ao Conselho de Administração que aprove as Demonstrações Financeiras de 2025, não havendo qualquer divergência entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes e este Comitê.

Brasília, 30 de março de 2026
Coordenador do Comitê de Auditoria - **Breno do Carmo Moreira Vieira**
Membro do Comitê de Auditoria - **Marcelo Santos Dall'Occo**
Membro do Comitê de Auditoria - **Leonardo de Assis Portugal**

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**142.539**	105.241
Contas a receber	5	**159.479**	121.214
Adiantamentos	6	**3.245**	2.886
Estoques	7	**6.367**	4.557
Impostos de renda e contribuição social	8.1	**6.469**	12.007
Impostos e contribuições a recuperar	8.2	**162**	126
Outros créditos	9	**10.120**	5.799
Total do ativo circulante		**328.381**	251.830
Não circulante			
Tributos diferidos	26.3	**14.081**	11.652
Depósitos judiciais	18	**1.713**	1.319
Realizável a Longo Prazo		**15.794**	12.971
Imobilizado	11	**78.526**	77.606
Total do ativo não circulante		**94.320**	90.577
Total do ativo		**422.701**	342.407

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	**34.021**	26.841
Obrigações trabalhistas e sociais	14	**8.908**	8.113
Obrigações tributárias	15	**9.996**	7.434
Imposto de renda e contribuição social	26.2	**30.713**	21.378
Parcelamentos imposto de renda e contribuição social	16	**3.373**	2.992
Dividendos a pagar	19.3	**32.805**	24.413
Outras contas a pagar	17	**12.761**	16.089
Total do passivo circulante		**132.579**	107.260
Não circulante			
Parcelamentos imposto de renda e contribuição social	16	**9.813**	11.969
Outras contas a pagar	17	**13.453**	13.609
Provisões para demandas judiciais	18	**488**	1.059
Total do passivo não circulante		**23.754**	26.637
Patrimônio líquido	19		
Capital social		**111.823**	111.823
Reserva legal		**8.986**	5.192
Reserva de lucros		**145.559**	91.494
Total do patrimônio líquido		**266.368**	208.509
Total do passivo e do patrimônio líquido		**422.701**	342.407

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 ***(Em milhares de Reais)***

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida	20	**291.219**	263.936
Custos dos serviços prestados	21	**(160.969)**	(140.335)
Lucro bruto		**130.250**	**123.601**
Despesas gerais e administrativas	22	**(44.214)**	(41.876)
Outras despesas operacionais	23	**(40)**	(3.901)
Outras receitas operacionais	24	**17.305**	21.614
Perda por redução ao valor recuperável contas a receber	5	**(5.209)**	(2.074)
Resultado operacional antes dos resultados financeiros		**98.092**	**97.365**
Receitas financeiras		**18.121**	5.063
Despesas financeiras		**(1.845)**	(7.443)
Resultado financeiro, líquido	25	**16.276**	**(2.379)**
Resultado antes da contribuição social e imposto de renda		**114.368**	94.985
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	26.1	**(38.488)**	(32.738)
Corrente		**(40.917)**	(34.510)
Diferido		**2.429**	1.772
Lucro líquido do exercício		**75.880**	**62.247**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 ***(Em milhares de Reais)***

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**75.880**	62.247
Outros resultados abrangentes	**–**	–
Total do resultado abrangente do exercício	**75.880**	62.247

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024		111.823	2.080	47.143	–	161.045
Lucro líquido do exercício		–	–	–	62.247	62.247
Reserva Legal	19.b	–	3.112	–	(3.112)	–
Dividendo mínimo obrigatório	19.d	–	–	–	(14.784)	(14.784)
Constituição de reservas de lucros	19.c	–	–	44.351	(44.351)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**111.823**	**5.192**	**91.494**	**–**	**208.509**
Lucro líquido do Exercício		**–**	**–**	**–**	**75.880**	**75.880**
Reserva Legal	**19.b**	**–**	**3.794**	**–**	**(3.794)**	**–**
Dividendo mínimo obrigatório	**19.d**	**–**	**–**	**–**	**(18.022)**	**(18.022)**
Constituição de reservas de lucros	**19.c**	**–**	**–**	**54.065**	**(54.065)**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**111.823**	**8.986**	**145.559**	**–**	**266.368**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 ***(Em milhares de Reais)***

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		**114.368**	94.985
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas:			
Provisão para redução por valor recuperável do contas a receber e Glosas	5	**5.939**	1.939
Perdas efetivas de convênios e particulares	5	**(15.562)**	(19.973)
Encargos financeiros e variações cambiais		**1.564**	(172)
Provisão para demandas judiciais	18	**(571)**	(980)
Baixa de Imobilizado	11.1	**1**	1
Depreciação e amortização	11.1	**5.849**	5.560
Perdas de investimentos	24	**–**	3.900
		111.587	85.259
Variação dos ativos e passivos circulantes e não circulantes:			
Contas a receber		**(28.642)**	20.227
Estoques		**(1.809)**	162
Impostos a recuperar		**5.503**	4.711
Depósitos judiciais		**(254)**	(55)
Adiantamentos		**(359)**	(204)
Outros ativos		**(4.321)**	(1.762)
Fornecedores		**7.180**	8.444
Obrigações trabalhistas		**795**	1.360
Obrigações tributarias		**(1.763)**	(582)
Parcelamentos tributários		**(3.480)**	3.492
Outros passivos		**(3.483)**	5.176
Impostos de renda e contribuição social pagos		**(27.258)**	(37.003)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		**53.697**	89.226
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	11.1	**(6.770)**	(1.006)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento:		**(6.770)**	(1.006)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Pagamento principal de empréstimos e financiamentos	13	**–**	(4.641)
Pagamento dos juros de empréstimos e financiamentos	13	**–**	(433)
Pagamento de arrendamentos		**–**	–
Juros sobre capital próprio		**–**	–
Dividendos		**(9.629)**	(10.827)
Mútuo com partes relacionadas		**–**	29.046
Receita de juros partes relacionadas		**–**	–
Juros sobre partes relacionadas		**–**	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento:		**(9.629)**	13.145
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**37.298**	101.365
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**105.241**	3.876
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**142.539**	105.241
		37.298	101.365

DIRETORIA

Gustavo Fiuza – CEO
Glauber Carmo – CFO
Pedro do Rego Leal – Diretor Corporativo

CONTADOR

Deyvisson Machado Guimarães
Contador CRC-DF 021226/O

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Brasília, 17 de março de 2026

Diretor Presidente **Gustavo Sá Leitão Fiuza Lima**
Diretor Financeiro **Glauber Luiz Carmo**
Diretor Corporativo **Pedro do Rego Leal**

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes Ltda, acerca das demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Brasília, 17 de março de 2026

Diretor Presidente **Gustavo Sá Leitão Fiuza Lima**
Diretor Financeiro **Glauber Luiz Carmo**
Diretor Corporativo **Pedro do Rego Leal**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administrações do Hospital Maria Auxiliadora S.A. Brasília - DF. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Hospital Maria Auxiliadora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Maria Auxiliadora S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião**. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 02 de abril de 2026

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-0

Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

Hospital Prontonorte S.A.

CNPJ/MF: 00.511.816/0001-80 - NIRE 5330000650-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração do Hospital Prontonorte S.A. ("Companhia") apresenta a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais foram preparadas de acordo com os procedimentos e práticas contábeis geralmente aceitos no Brasil, especialmente aqueles emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aplicáveis às sociedades de forma geral, em vigor. As demonstrações financeiras completas auditadas, estão disponíveis na sede da Companhia. **Contexto Operacional:** O Hospital Prontonorte S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, está localizado no Distrito Federal. Inaugurado originalmente em 1978 como Hospital Prontonorte S.A integrado ao Hospital Santa Lucia S.A. (Grupo Santa) em 2015. Desde então, passou por uma ampla modernização em sua estrutura física e tecnológica, garantindo excelência no atendimento hospitalar. Conta com centro cirúrgico completo, cardiologia 24 horas, pronto-socorro adulto e pediátrico, UTI com unidades privativas e semi-privativas, além de maternidade, oncologia e centro de diagnóstico por imagem. A seguir são apresentados os resultados da Companhia, que tem por objetivo a prestação de serviços hospitalares, oferecendo conceitos de assistência e hotelaria, criando centros de excelência médica e diagnóstica e gerando experiência e conhecimento médicos que proporcionam segurança aos clientes, sejam médicos, pacientes ou planos de saúde. A Companhia opera no estado do Distrito Federal, tendo atualmente um total de 208 leitos operacionais, realiza mais de 200 mil atendimentos por ano. **2. Desempenho Econômico-Financeiro: 2.1 Receita Operacional:** A receita líquida atingiu **R$ 435,524 milhões** em 2025 (2024: R$ 403,703 milhões), crescimento de **7,88%,** refletindo: • Maior volume assistencial nas frentes de internação, cirúrgica, hemodinâmica e Oncologia; • Novos e/ou expansão de credenciamentos; • Reajustes contratuais acordados com as principais operadoras; • Mix de atendimentos mais favorável, com maior participação de unidades de maior complexidade; • Expansão orgânica na oferta de leitos e melhoria na regulação de leitos. **2.2 Custos e Margem Bruta:** O custo dos serviços prestados foi de **R$ 287,058 milhões** (2024: R$ 258,873 milhões), incremento de 10,89%, acima do crescimento da receita. A **margem bruta** reduziu de **35,9% para 34,1%**, principalmente em razão de: • Aumento de insumos hospitalares e materiais de alto custo; • PEC 19/2024 da enfermagem nas controladas; • Pressão inflacionária sobre mão de obra assistencial; • Entrada em operação de novos serviços com curva de maturação em andamento.

Custos dos serviços prestados	**2025**	**2024**
Custos medicamentos e materiais hospitalares	(146.820)	(119.562)
Custos com serviços médicos	(73.202)	(71.831)
Custos com pessoal	(48.501)	(49.022)
Custos com serviços - partes relacionadas	(3.941)	(3.234)
Custos com lavanderia	(1.876)	(1.699)
Custos com exames	(1.083)	(2.361)
Custos com esterilização	(3.214)	(3.034)
Custos com radiologia e radioterapia	(2.023)	(1.987)
Custos com depreciações	(5.177)	(4.717)
Outros custos aplicados	(1.221)	(1.426)
	(287.058)	**(258.873)**
% da Receita Liquida	-65,9%	-64,1%

2.3 Despesas Gerais e Administrativas: As despesas gerais e administrativas totalizaram **R$ 57,687 milhões** (2024: R$ 51,715 milhões), representando um aumento de 11,55%, o qual foi acima do crescimento da receita líquida, devido: • Readequação organizacional em determinados serviços; • Reajustes de contratos com fornecedores e prestadores de serviços; • Investimentos em tecnologia da informação e segurança digital. • Crescimento orgânico nas despesas.

Despesas gerais e administrativas	**2025**	**2024**
Salários e encargos sociais	(22.597)	(20.070)
Serviços de manutenção e conservação	(4.321)	(3.735)
Serviços de terceiros	(18.704)	(18.650)
Despesas tributárias	(1.250)	(544)
Materiais de uso consumo	(3.158)	(3.100)
Depreciação e amortização	(1.958)	(2.011)
Locação de máquinas e equipamentos	(1.261)	(811)
Energia elétrica	(915)	(507)
Água e esgoto	(2.003)	(1.358)
Outras despesas	(1.520)	(928)
	(57.687)	**(51.714)**
% da Receita Liquida	-13,2%	-12,8%

2.4 Outras Receitas e Despesas Operacionais: A Companhia registrou em 2025 o **valor líquido positivo de R$ 4,3 milhões para Outras Receitas e Despesas Operacionais**, tendo como principal movimentação as reversões de perdas efetivas de convênios e operadoras e aluguéis (R$ 4,2 milhões). **2.5 Perdas por redução ao valor recuperável contas a receber (PCLD) e Glosas:** Em 2025, a Companhia registrou provisão de **perdas esperadas (PCLD) de R$ 7,8 milhões**, sendo este valor maior do que no exercício de 2024 (R$ 4,3 milhões), refletindo um posicionamento mais conservador quanto ao *aging* do contas a receber. Sobre as glosas líquidas (glosas efetivas - recuperação de glosas) a Companhia se manteve em 2025, com R$ 28.3 milhões (6,5% da Receita Líquida) melhor que 2024, que teve R$ 35,2 milhões (8,7% da Receita Líquida), variação 2,2 p.p. **2.6 Resultado Financeiro: Resultado financeiro líquido** foi positivo em **R$ 17,1 milhões**, uma melhora significativa em relação a 2024 (**R$ -6,8 milhões**), decorrente principalmente de: • Maior saldo de caixa ao longo do exercício, impactando positivamente as receitas das aplicações financeiras e menor despesas financeiras; **2.7 Resultado Líquido do Exercício:** O resultado líquido atingiu **R$ 69,8 milhões** (2024: R$ 53,9 milhões), sustentado por: • Crescimento operacional; • Melhor resultado financeiro; • Estabilidade das glosas; **3. Gestão de Riscos:** A Companhia monitora continuamente seus principais riscos e empenha os melhores esforços para controle e mitigação, sempre que aplicável. **3.1 Risco de Crédito (Recebíveis):** A Companhia administra uma carteira relevante de recebíveis no total de **R$ 223 milhões**, para a qual vem atuando com: • Comitê de Ciclo da Receita multidisciplinar e com reuniões semanais; • Monitoramento de concentrações por operadora; • Revisão sistemática de glosas e inadimplência; • Modelo de perdas esperadas (CPC 48) com atualização mensal. Mesmo com os controles estabelecidos, a Companhia enxerga como necessário a manutenção do acompanhamento próximo sobre o *aging* do contas a receber, especialmente nos intervalos superiores a **91 dias**, que demandou reforço de provisões em 2025. **3.2 Risco de Mercado:** Exposição a variações de CDI, IPCA e câmbio, mitigada por: • Monitoramento de cenários macroeconômicos; • Revisão constante de cenários com as instituições financeiras. • Operações com derivativos (*swaps*) para proteção e previsibilidade dos desembolsos financeiros. **3.3 Risco de Liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, assim como a manutenção de reservas financeiras em níveis adequados (**saldo de caixa R$ 120,4 milhões**) e linhas de crédito bancárias estabelecidas para captação de empréstimos que julgue adequados. **3.4. Risco Jurídico:** A Companhia mantém provisões de contingências de acordo com as avaliações de advogados internos e externos, seguindo o CPC 25, desta maneira a despesa relativa a qualquer destas provisões é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, quando aplicável. **4. Investimentos (CapEx):** Os investimentos (CapEx) financeiros totalizaram **R$ 8,9 milhões** em 2025 representando um crescimento em relação a 2024 (R$ 6,6 milhões), destinados a: • Modernização de leitos e centros cirúrgicos; • Modernização de equipamentos de diagnóstico por imagem; • Renovação de parque tecnológico e sistemas. Existem obras e projetos ainda em implementação, que devem contribuir para aumento de capacidade e receita futura. **5. Estrutura Societária e Controladas:** A Companhia faz parte do Grupo Santa que mantém participação em múltiplas controladas diretas e indiretas nas áreas hospitalares, clínicas especializadas, centros radiológicos e serviços auxiliares, garantindo complementaridade assistencial e integração operacional. **6. Pessoas:** A Companhia reforçou suas iniciativas de gestão de pessoas com iniciativas abrangentes direcionados para a preparação contínua de suas lideranças, assim como reforçou seu compromisso permanente com a equidade, a transparência e a redução de eventuais disparidades nos diferentes níveis hierárquicos.

	2025					2024				
Cargos	**Homem**	**Mulher**	**Total**	**%H**	**%M**	**Homem**	**Mulher**	**Total**	**%H**	**%M**
Diretor	3	1	4	75%	25%	3	1	4	75%	25%
Gerente	1	4	5	20%	80%	1	4	5	20%	80%
Supervisor/coordenador	11	25	36	31%	69%	7	26	33	21%	79%
Colaborador/ref. Líder	8	7	15	53%	47%	10	5	15	67%	33%
Técnico operacional	265	891	1.156	23%	77%	258	877	1 135	23%	77%
Total	**288**	**928**	**1.216**	**24%**	**76%**	**279**	**913**	**1.192**	**23%**	**77%**

7. Perspectivas para 2026: A Administração permanece otimista com o cenário operacional do Grupo Santa, prevendo: • Crescimento de unidades de negócio relevantes para a Companhia; • Continuidade dos investimentos para expansão e modernização das suas operações; • Reposicionamento comercial com fontes pagadoras relevantes em mercados; • Robustez na demanda por serviços hospitalares de maior complexidade. **Declaração do Comitê de Auditoria (estatutário ou não):** O Comitê de Auditoria Não Estatutário do Hospital Santa Lúcia S.A. (Controladora) tomou conhecimento e analisou as demonstrações financeiras consolidada da Controladora, nas quais contém as demonstrações financeiras individuais do Hospital Prontonorte S.A. referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("Demonstrações Financeiras de 2025"), o relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda e o Relatório da Administração da Companhia. Com base em referida análise, e considerando as informações prestadas pelos representantes da Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, este Comitê recomenda ao Conselho de Administração que aprove as Demonstrações Financeiras de 2025, não havendo qualquer divergência entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes e este Comitê.

Brasília, 30 de março de 2026

Coordenador do Comitê de Auditoria - **Breno do Carmo Moreira Vieira**

Membro do Comitê de Auditoria - **Marcelo Santos Dall'Occo**

Membro do Comitê de Auditoria - **Leonardo de Assis Portugal**

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Notas	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**120.404**	75.726
Contas a receber de clientes	5	**223.088**	209.262
Adiantamentos	6	**5.293**	9.144
Estoques	7	**13.189**	7.784
Imposto de renda e contribuição social	8.1	**995**	1.221
Impostos e contribuições a recuperar	8.2	**8.039**	10.867
Outros créditos	9	**15.121**	11.458
Total do ativo circulante		**386.129**	325.462
Não circulante			
Partes relacionadas	10	**–**	288
Depósitos judiciais	18	**1.342**	944
Tributos diferidos	26.3	**20.217**	15.695
Outros créditos	9	**7**	–
Realizável a longo prazo		**21.566**	16.927
Imobilizado	11	**104.512**	102.763
Intangível		**4**	4
Total do ativo não circulante		**126.082**	119.694
Total do ativo		**512.211**	445.156

	Notas	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	**48.434**	37.098
Obrigações trabalhistas e sociais	14	**11.306**	10.697
Obrigações tributárias	15	**12.983**	13.838
Imposto de renda e contribuição social	26.2	**23.447**	19.742
Parcelamentos tributários	16	**8.318**	7.379
Dividendos	19	**29.380**	27.749
Outras obrigações	17	**22.452**	20.076
Total do passivo circulante		**156.320**	136.579
Não circulante			
Parcelamentos tributários	16	**24.198**	29.516
Outras obrigações	17	**12.019**	12.069
Provisão para demandas judiciais	18	**1.235**	1.790
Total do passivo não circulante		**37.452**	43.375
Patrimônio líquido	19		
Capital social		**126.798**	126.798
Ações em tesouraria		**(36)**	(36)
Reserva legal		**9.395**	5.905
Reserva de lucros		**180.694**	130.947
Ajuste de avaliação patrimonial		**1.588**	1.588
Total do patrimônio líquido		**318.439**	265.202
Total do passivo e do patrimônio líquido		**512.211**	445.156

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

					Reserva de lucros				
	Notas	**Capital social**	**Ações em tesouraria**	**Reserva legal**	**Reserva de lucros**	**Transações de capital**	**Lucros acumulados**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Total patrimônio líquido**
Saldos em 01 de janeiro de 2024		125.298	(36)	3.211	112.665	(20.195)	–	1.588	222.531
Aumento de capital	19a	1.500	–	–	–	–	–	–	1.500
Resultado do exercício		–	–	–	–	–	53.885	–	53.885
Constituição de reserva legal	19b	–	–	2.694	–	–	(2.694)	–	–
Dividendo mínimo obrigatório	19e	–	–	–	–	–	(12.798)	–	(12.798)
Reversão de juros sobre capital próprio		–	–	–	85	–	–	–	85
Constituição de reserva de lucros	19c	–	–	–	38.393	–	(38.393)	–	–
Saldos em 31 de dezembro 2024		**126.798**	**(36)**	**5.905**	**151.142**	**(20.195)**	**–**	**1.588**	**265.202**
Resultado do exercício		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**69.819**	**–**	**69.819**
Constituição de reserva legal	19b	**–**	**–**	**3.490**	**–**	**–**	**(3.490)**	**–**	**–**
Dividendo mínimo obrigatório	19e	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(16.582)**	**–**	**(16.582)**
Constituição de reserva de lucros	19c	**–**	**–**	**–**	**49.747**	**–**	**(49.747)**	**–**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**126.798**	**(36)**	**9.395**	**200.889**	**(20.195)**	**–**	**1.588**	**318.439**

DIRETORIA

Gustavo Fiuza – CEO

Glauber Carmo – CFO

Pedro do Rego Leal – Diretor Corporativo

CONTADOR

Deyvisson Machado Guimaraes

Contador CRC-DF 021226/O

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Brasília, 17 de março de 2026

Diretor Presidente **Gustavo Sá Leitão Fiuza Lima**

Diretor Financeiro **Glauber Luiz Carmo**

Diretor Corporativo **Pedro do Rego Leal**

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes Ltda, acerca das demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Brasília, 17 de março de 2026

Diretor Presidente **Gustavo Sá Leitão Fiuza Lima**

Diretor Financeiro **Glauber Luiz Carmo**

Diretor Corporativo **Pedro do Rego Leal**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 ***(Em milhares de Reais)***

	Notas	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receita líquida	20	**435.524**	403.703
Custos dos serviços prestados	21	**(287.058)**	(258.873)
Lucro bruto		**148.466**	144.830
Despesas gerais e administrativas	22	**(57.687)**	(51.715)
Outras receitas operacionais	23	**5.989**	702
Outras despesas operacionais	24	**(1.687)**	(2.561)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	5	**(7.822)**	(4.312)
Resultado operacional antes dos resultados financeiros		**87.259**	86.944
Receitas financeiras		**22.462**	8.442
Despesas financeiras		**(5.291)**	(15.285)
Resultado financeiro, líquido	25	**17.171**	(6.843)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**104.430**	80.101
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			
Corrente	26.1	**(39.134)**	(28.745)
Diferido	26.3	**4.523**	2.529
Lucro líquido do exercício		**69.819**	53.885

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 ***(Em milhares de Reais)***

	31/12/2025	**31/12/2024**
Lucro líquido do exercício	**69.819**	**53.885**
Outros resultados abrangentes	**–**	**–**
Total do resultado abrangente do exercício	**69.819**	**53.885**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 ***(Em milhares de Reais)***

	Notas	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		**104.430**	80.101
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas:			
Provisão para redução por valor recuperável do contas a receber	5	**9.402**	3.679
Perdas efetivas de convênios e particulares	5	**(3.239)**	2.046
Encargos financeiros e variações cambiais	10 e 25	**4.383**	(36)
Provisão para demandas judiciais	18	**(555)**	(406)
Depreciação e amortização	11.1	**7.135**	6.727
Baixa de imobilizado	11.1	**2**	8
		121.558	92.119
Variação dos ativos e passivos circulantes e não circulantes:			
Contas a receber		**(19.989)**	(7.739)
Estoques		**(5.404)**	733
Tributos a recuperar		**3.054**	(7.526)
Depósitos judiciais		**(550)**	(113)
Adiantamentos		**3.851**	(3.493)
Outros ativos		**(3.669)**	(1.419)
Fornecedores		**11.336**	2.037
Obrigações trabalhista		**609**	1.878
Obrigações tributarias		**(4.978)**	(23.278)
Parcelamentos tributários		**(8.582)**	36.895
Outros passivos		**2.325**	4.037
Impostos de renda e contribuição social pagos	26	**(31.307)**	(35.036)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		**68.254**	59.095
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisição de bens do ativo imobilizado	11.1	**(8.885)**	(6.609)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento:		**(8.885)**	(6.609)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas		**–**	1.500
Pagamento principal de empréstimos e financiamentos	13	**–**	(6.423)
Pagamento dos juros de empréstimos e financiamentos	13	**–**	(506)
Dividendos	19	**(14.951)**	–
(Pagamentos)/Recebimentos de partes relacionadas (mútuos)		**260**	27.080
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento:		**(14.691)**	21.651
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**44.678**	74.137
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**75.726**	1.589
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**120.404**	75.726

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administrações do Hospital Prontonorte S.A. Brasília - DF. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Hospital Prontonorte S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Prontonorte S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião**. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 02 de abril de 2026

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-O

Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

Ligue e anúncie nos Classificados: **9 9637-6993**

HORÁRIO DE ATENDIMENTO DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA DAS 08:00h ÁS 18:00h

6º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal

Itamar Sebastião Barreto
Oficial
Substitutos: Stephany Barreto Amaral
Silvana Louzada Meneses Rafael Alves Azevedo

EDITAL

ITAMAR SEBASTIÃO BARRETO, Oficial do Cartório do 6º Ofício de Registro de Imóveis de Ceilândia/DF, na forma da Lei, etc...
FAZ SABER aos que o presente edital vir ou dele conhecimentos tiverem que, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafo 4º da Lei 9.514/97, bem como pelo(a) credor(a) ao contrato de financiamento imobiliário, garantido por alienação fiduciária, devidamente registrada na matrícula nº **37.803** desta Serventia, referente ao imóvel situado na **QNN 27 LOTE „"C"" TORRE „"L"" APARTAMENTO 801 – CEILÂNDIA/DF**, tendo como devedor(a)(es) fiduciante(es): **MARCIO PEREIRA DE OLIVEIRA**, e sua mulher, **VALDERIZA MARIA DE SOUSA BRITO OLIVEIRA** e como credor(a) fiduciário(a): **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, com saldo devedor de **R$ 56.309,61 (valor desatualizado)** responsabilidade do(a)(s) citado(a)(s) devedor(a)(es), venho intima-lo(a)(s) para que se dirija(m) a este Cartório de Registro de Imóveis sito a **CNM 01 BLOCO "H" 1º ANDAR – CENTRO – CEILÂNDIA/DF,** CEP: 72.215-508, telefones (061) 3371-9091/5800/5050 e 3022-8750 ou E-mail: sextooficio@gmail.com, onde deverá(ao) efetuar a purga do débito, no prazo de 15 dias, contados da publicação deste edital, relativo aos encargos vencidos referente ao período de **12/02/2026 a 14/04/2026**, sujeito a atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também, os encargos que vencerem no prazo desta intimação; bem como as despesas relativas a intimação e a remuneração desta Serventia.
Findo o prazo e não havendo o cumprimento da referida obrigação, garante o direito de consolidação da propriedade fiduciária em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A**, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º da Lei 9.514/97. Dado e passado nesta cidade de Ceilândia/DF, aos 14 de Abril de 2026.
Selo Digital: TJDFT20260330005305HMTB
Para consultar o selo, acesse **www.tjdft.jus.br**
Protocolo nº 231.811

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DO 4° OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL
PRAZO PARA RECLAMAÇÃO DE PROCESSAMENTO DE REGISTRO DE INSTITUIÇÃO DE BEM DE FAMÍLIA

LINDOMBERG DOS PASSOS ITACARAMBI, Registrador Substituto do Cartório do 4° Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da lei etc.
Faz saber a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Serviço Registral se está processando o registro da instituição de bem de família feita por **HERNANI ALVES GRAVIA**, brasileiro, natural de Brasília, divorciado, administrador, portador da CI n. 657566-SSP/DF e inscrito no CPF n. 358.449.731-00, com anuência de sua companheira **ANA PAULA DE SOUZA OLIVEIRA**, brasileira, natural de Anápolis, solteira, advogada, portadora da CI n. 4658585-DGPC/GO e inscrita no CPF n. 015.653.591-27, residentes e domiciliados nesta capital. A escritura de instituição é de 12/3/2026, lavrada no 2° Ofício de Notas e Protesto de Brasília, sob a delegação do Tabeliã Fabiana Perillo de Farias, no livro 3966-E às fls. 043/045. O imóvel instituído bem de família tem os seguintes característicos e confrontações: Unidade "E", Lote 7, Conjunto 5, Quadra 18, do SMPW/SUL, antigo Lote 7, Conjunto 78, do Setor MSPW/SUL, desta capital, com área total de 3.333,3333 m² e demais características constantes da matrícula n° 43.269.
Aquele que se julgar prejudicado deverá reclamar, por escrito, dentro do prazo de trinta dias, a contar da data da publicação do presente edital, perante o registrador que este subscreve.

Guará/DF, 23 de abril de 2026.
Lindomberg dos Passos Itacarambi
Registrador Substituto

Edital de Convocação
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria Executiva da Associação Nacional dos Peritos Médicos Federais, ANMP, no exercício de suas atribuições estatutárias, vem, com base nos arts. 19 e seguintes do Estatuto Social, realizar a convocação de Assembleia Geral Extraordinária Eletrônica – AGE, a ser realizada eletronicamente no dia **30 de abril de 2026**, com **primeira chamada prevista para 10h00** com o quórum de, no mínimo, um quarto dos filiados com direito de voto e que estejam em dia com suas obrigações estatutárias e, em **segunda e última chamada, às 10h15** com qualquer quórum, cujo acesso permanecerá disponível no sítio eletrônico da Associação pelo período máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da primeira chamada, com a seguinte pauta:

1. Deliberação sobre a propositura de medida judicial com o objetivo de compelir a liberar os Peritos Médicos Federais em estágio probatório para a realização do Programa de Desenvolvimento Inicial (PDI) durante o horário regular de trabalho, com o ajuste proporcional das metas de produtividade do Programa de Gestão e Desempenho da Perícia Médica Federal (PGDPMF) nos períodos destinados ao curso, sem exigência de compensação, bem como a vedação de quaisquer penalidades ou descontos remuneratórios decorrentes da dedicação de horas do expediente ao cumprimento da referida capacitação obrigatória;
2. - Deliberação sobre a propositura de medidas judicial e administrativa cabíveis com o objetivo de requerer a condenação do proprietário/gerenciador das contas no Instagram @dr.peritodoinss e @dr.peritodoinssoficial (Elívio Rabêlo) ao pagamento de danos morais e à obrigação de retirar as publicações ofensivas proferidas contra os Peritos Médicos Federais divulgadas nas redes sociais (@dr.peritodoinss e @dr.peritodoinssoficial), bem como pela eventual prática dos crimes contra a honra (calúnia, difamação e injúria) e por violações ético-profissionais;
3. Deliberação sobre a propositura de medidas judicial e administrativa cabíveis com o objetivo de requerer a apuração da conduta do escritório de advocacia Samara Vieira Advogados Associados por violações ético-profissionais;
4. Deliberação sobre a propositura, em nome da ANMP, das medidas judiciais e administrativas cabíveis, com vistas à obtenção das fichas financeiras, referentes ao período de 1996 a 2026, dos beneficiários constantes das listas nominais juntadas às Ações Coletivas n. 0024618-87.2004.4.01.3400, n. 0005140-15.2012.4.01.3400 e n. 0051434-86.2016.4.01.3400.

Diretoria da ANMP

6º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal

Itamar Sebastião Barreto
Oficial
Substitutos: Stephany Barreto Amaral Silvana Louzada Meneses Rafael Alves Azevedo

EDITAL

ITAMAR SEBASTIÃO BARRETO, Oficial do Cartório do 6º Ofício de Registro de Imóveis de Ceilândia/DF, na forma da Lei, etc...
FAZ SABER aos que o presente edital vir ou dele conhecimentos tiverem que, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafo 4º da Lei 9.514/97, bem como pelo(a) credor(a) ao contrato de financiamento imobiliário, garantido por alienação fiduciária, devidamente registrada na matrícula nº **32.679** desta Serventia, referente ao imóvel situado na **QNP 20 CONJUNTO „"A"" LOTE 15 – CEILÂNDIA/DF**, tendo como devedor(a)(es) fiduciante(es): **BERNARDO MARINHO ALVES DOS SANTOS DE OLIVEIRA**, e como credor(a) fiduciário(a): **BRB – BANCO DE BRASÍLIA S/A**, com saldo devedor de **R$ 33.249,23** responsabilidade do(a)(s) citado(a)(s) devedor(a)(es), venho intima-lo(a)(s) para que se dirija(m) a este Cartório de Registro de Imóveis sito a **CNM 01 BLOCO "H" 1º ANDAR – CENTRO – CEILÂNDIA/DF,** CEP: 72.215-508, telefones (061) 3371-9091/5800/5050 e 3022-8750 ou E-mail: sextooficio@gmail.com, onde deverá(ao) efetuar a purga do débito, no prazo de 15 dias, contados da publicação deste edital, relativo aos encargos vencidos referente ao período de **05/11/2025 a 09/04/2026,** sujeito a atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também, os encargos que vencerem no prazo desta intimação; bem como as despesas relativas a intimação e a remuneração desta Serventia.
Findo o prazo e não havendo o cumprimento da referida obrigação, garante o direito de consolidação da propriedade fiduciária em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), **BRB – BANCO DE BRASÍLIA S/A**, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º da Lei 9.514/97. Dado e passado nesta cidade de Ceilândia/DF, aos 09 de Abril de 2026.
Selo Digital: TJDFT20250330045222IYXT
Para consultar o selo, acesse **www.tjdft.jus.br**
Protocolo nº 228.472

Ibá – Indústria Brasileira de Árvores

CNPJ/MF nº 19.508.090/0001-54
Assembleia Geral Ordinária – Edital de Convocação
Ibá – Indústria Brasileira de Árvores (**"Ibá"** ou "**Associação**"), associação sem fins lucrativos com a finalidade de representar os produtores de floresta plantada e a indústria brasileira de base florestal plantada, inscrita no CNPJ sob o nº 19.508.090/0001-54, convoca seus associados em dia com as obrigações sociais para participarem de Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 12 de maio de 2026, na sede da associação, às 8h30, em primeira convocação e, não havendo quórum para a deliberação (1/3 das empresas associadas), às 09h30, em segunda convocação, quando se instalará com qualquer quórum, para deliberar a seguinte ordem do dia: 1) Aprovar as contas e o Relatório da Administração referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025, com a leitura, discussão e votação do parecer do Auditor Independente. A assembleia será realizada presencialmente, no escritório da associação em São Paulo, na R. Joaquim Floriano, 466 – 8º andar – Edifício Corporate, Itaim Bibi, São Paulo-SP, Cep 04534-002. Brasília, 23 de abril de 2026. **Paulo Hartung** – Presidente Executivo.

Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal
Comissão Especial de Contratação-CEC/SECOM/DF

AVISO DE CONVOCAÇÃO - QUARTA SESSÃO
(APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO)
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 90001/2025-SECOM/DF

A Comissão Especial de Contratação-CEC/SECOM/DF, instituída pela Portaria-SECOM/DF nº 40 de 29 de julho de 2025, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal-DODF nº 142, de 31 de julho de 2025, página 38, no uso de suas atribuições legais, torna público que não houve interposição de recurso administrativo quanto ao julgamento das propostas de preços da Concorrência em epígrafe. A CEC-SECOM/DF convoca as licitantes 01 - Companhia de Comunicação e Publicidade Ltda e 18 - Digi&Tal Comunicação Ltda para comparecerem às 14h30min do dia 28.04.2026 (terça-feira) na sala nº 924 do Gabinete/SEEC-DF, situada no 9º andar do Edifício Anexo do Palácio do Buriti, Asa Norte, Brasília/DF, para apresentação da documentação de habilitação e a realização da pauta estabelecida no subitem 23.5 do edital da Concorrência Presencial nº 90001/2025-SECOM/DF, cujo objeto é a contratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de 02 (duas) agências de propaganda, para atender ao Departamento de Trânsito do Distrito Federa l -DETRAN/DF. Demais informações poderão ser obtidas no endereço eletrônico: https://www.comunicacao.df.gov.br/concorrencia-90001-2025 ou na CEC/SECOM/DF, situada na Praça do Buriti, Anexo do Palácio do Buriti, 15º andar, sala 1513 - Brasília/DF, Telefone: 0xx(61) 3961.1696, nos dias úteis, das 9h às 12h e das 14h às 18h. Processo SEI nº 00055-00004776/2025-48.

Brasília/DF, 23 de abril de 2026

FABIO PAIXÃO DE AZEVEDO
Presidente da CEC-SECOM/DF

Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal
Comissão Especial de Contratação-CEC/SECOM/DF

AVISO DE CONVOCAÇÃO - SEGUNDA SESSÃO
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 90002/2025-SECOM/DF

A Comissão Especial de Contratação-CEC-SECOM/DF, instituída pela Portaria-SECOM/DF nº 30 de 24 de junho de 2025, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal-DODF nº 116, de 25 de junho de 2025, página 68, no uso de suas atribuições, torna público que realizará às 10h do dia 27 de abril de 2026 (segunda-feira), no Auditório do Edifício-Sede do DETRAN-DF, situado no SAM (Setor de Administração Municipal) Lote "A" Bloco "B" - Plano Piloto - Brasília/DF, a segunda sessão pública com o objetivo de cumprir a pauta estabelecida no subitem 18.3 do edital da Concorrência Presencial nº 90002/2025-SECOM/DF, cujo objeto é a contratação de 2 (duas) empresas prestadoras de serviços de comunicação digital, para atender à Secretaria de Estado de Comunicação do Distrito Federal-SECOM/DF. Demais informações poderão ser obtidas no endereço eletrônico: https://www.comunicacao.df.gov.br/concorrencia-presencial-no-90002-2025-secom-df ou na CEC-SECOM/DF, situada na Praça do Buriti, Anexo do Palácio do Buriti, 15º andar, sala 1513 - Brasília/DF, nos dias úteis, das 9h às 12h e das 14h às 18h. Telefone: 0xx(61) 3961.1696. Processo SEI nº 04000-00000009/2025-65.

Brasília - DF, 23 de abril de 2026.

FABIO PAIXÃO DE AZEVEDO
Presidente da CEC-SECOM/DF

3º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE UELBER JHONES CORREIA DE SOUZA

O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal FAZ SABER, para ciência do respectivo, **UELBER JHONES CORREIA DE SOUZA, CPF:055.088.481-50,** devedor fiduciante do imóvel alienado: **APARTAMENTO 801, BLOCO "A", LOTE 09 RUA 28 SUL e LOTE 08, RUA DAS PAINEIRAS, BAIRRO ÁGUAS CLARAS, TAGUATINGA-DF**, o qual não tendo sido encontrado nos endereços de cobrança, indicados pela credora, fica, por este edital, INTIMADO do teor respectivo. O 3º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento do **BRB - BANCO DE BRASÍLIA S/A,** credor fiduciário do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, conforme **R.15**, na **matrícula nº.197935**, respectivamente, deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.S.ªa., venho INTIMÁ-LO a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, cujo valor atualizado até o dia 16/04/2026, corresponde a **R$ 122.730,33** (Cento e vinte e dois mil, setecentos e trinta reais e trinta e três centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, cujo valor é de **R$1.627,27** (mil, seiscentos e vinte reais e vinte e sete centavos), já incluso 5% do ISS, totalizando a importância de **R$ 124.357,60** (Cento e vinte e quatro mil, trezentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos). Assim, procedo à INTIMAÇÃO de V.S.ª(as). para que se dirija(m), no horário de 09:00 às 17:00 horas, a este Ofício situado na QS 01, RUA 210, Lote 40, Sala 915, 9° Andar, Torre "B", Águas Claras – DF, onde devera(m) efetuar o pagamento do débito discriminado no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia da publicação deste edital. Por oportuno, fica(m) V.S.ª(as). ciente(s) de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) fiduciário(a), nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos Barroso, o Oficial.

Associação dos Proprietários e Possuidores das Unidades Que Compõem o Condomínio Morada dos Ventos

CNPJ 42.384.955/0001-30

Aviso de Recebimento de Licença de Instalação Corretiva

Torna público que está recebendo do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Licença de Instalação - Corretiva SEI-GDF n.º 3/2026 - IBRAM/PRESI (198363619) para atividade de parcelamento de solo do Condominio Residencial Morada dos Ventos via Processo SEI 00391-00007449/2024-91. O Condominio está localizado na DF 140 km 3 – Setor Habitacional Tororó (SHTo), Região Administrativa do Jardim Botânico, Distrito Federal. Associação dos Proprietários e Possuidores das Unidades Que Compõem o Condomínio Morada dos Ventos CNPJ 42.384.955/0001-30.

EMPREGOS

Ofertas: **527**

Lista divulgada em **24/04/2026.** Algumas das vagas podem já ter sido preenchidas antes de seu comparecimento à Agência do Trabalhador de sua cidade

OBS: Para ser encaminhado à vaga, o seu perfil profissional deverá estar compatível com os pré-requisitos exigidos pelo empregador. As vagas disponíveis possuem limite máximo de encaminhamentos para a entrevista. Quando este limite é atingido, a vaga se torna invisível aos atendimentos e novos encaminhamentos.

VAGAS	CIDADE	QUANTIDADE
AÇOUGUEIRO	RIACHO FUNDO II	10
AJUDANTE DE CARGA E DESCARGA DE MERCADORIA	PARK WAY	10
AJUDANTE DE OBRAS	ZONA INDUSTRIAL (GUARA)	20
ASSISTENTE DE MÍDIAS SOCIAIS	SAMAMBAIA NORTE (SAMAMBAIA)	15
ATENDENTE DE LANCHONETE	RECANTO DAS EMAS	2
ATENDENTE DE PADARIA	SAMAMBAIA	30
ATENDENTE DE PADARIA	SETOR NOROESTE	10
AUXILIAR DE ESTOQUE	SANTA MARIA	1
AUXILIAR DE ESTOQUE	SANTA MARIA	2
AUXILIAR DE LIMPEZA	RIACHO FUNDO II	15
AUXILIAR DE LIMPEZA	TAGUATINGA SUL	4
AUXILIAR DE LIMPEZA	SAMAMBAIA NORTE	1
AUXILIAR DE LINHA DE PRODUÇAO	BRAZLANDIA	1
AUXILIAR DE LINHA DE PRODUÇÃO	SAMAMBAIA NORTE	10
AUXILIAR DE LOGÍSTICA	BRAZLANDIA	1
AUXILIAR DE MECÂNICO DE AUTOS	ZONA INDUSTRIAL (GUARA)	1
AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL	TAGUATINGA NORTE	1
AUXILIAÇOUGUEIRO	LOCAL NÃO FIXO	40
AJUDANTE DE AÇOUGUEIRO (COMÉRCIO)	LOCAL NÃO FIXO	40
AJUDANTE DE CARGA E DESCARGA DE MERCADORIA	RIACHO FUNDO II	4
ATENDENTE BALCONISTA	ASA SUL	15
ATENDENTE BALCONISTA	ASA NORTE	15
ATENDENTE DE PADARIA	LOCAL NÃO FIXO	40
ATENDENTE DE PADARIA	LOCAL NÃO FIXO	6
ATENDENTE DO SETOR DE FRIOS E LATICÍNIOS	LOCAL NÃO FIXO	10
AUXILIAR DE ESTOQUE	ASA SUL	10
AUXILIAR DE FATURAMENTO	RIACHO FUNDO II	1
AUXILIAR DE LIMPEZA	ASA SUL	1
AUXILIAR DE LINHA DE PRODUÇÃO	LOCAL NÃO FIXO	10
AUXILIAR DE PADEIRO	BRASÍLIA	30
AUXILIAR DE PESSOAL	ASA SUL	1
AUXILIAR DE SUSHIMAN	LOCAL NÃO FIXO	30
BALCONISTA	TAGUATINGA NORTE	5
CAMAREIRO DE HOTEL	LAGO SUL	20
COZINHEIRO DE HOSPITAL	ASA SUL	10
COZINHEIRO DO SERVIÇO DOMÉSTICO	PARANOÁ	1
CUMIM	ASA SUL	10
ELETRICISTA	ASA SUL	4
EMPACOTADOR, A MÃO	RECANTO DAS EMAS	10
EMPACOTADOR, A MÃO	LOCAL NÃO FIXO	15
EMPACOTADOR, A MÃO	AGUAS CLARAS	10
EMPREGADO DOMÉSTICO ARRUMADOR	LOCAL NÃO FIXO	1
EMPREGADO DOMÉSTICO DIARISTA	JARDIM BOTANICO	1
ESTOQUISTA	PLANALTINA	1
FARMACÊUTICO	TAGUATINGA NORTE	15
GARÇOM	ASA SUL	20
GARÇOM	LOCAL NÃO FIXO	10
INSTALADOR-REPARADOR DE REDE ELÉTRICA	CIDADE ESTRUTURAL	2
MAÎTRE - NO SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO	ASA SUL	4
MANOBRISTA	ASA SUL	6
MARCENEIRO	ASA SUL	3
MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO	ASA SUL	3
OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL	ASA SUL	6
OFICIAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL	LAGO SUL	20
OPERADOR DE EMPILHADEIRA	SOBRADINHO	1
OPERADOR DE TELECOBRANÇA	ASA NORTE	10
OPERADOR DE TELEMARKETING ATIVO	ASA NORTE	10
PIZZAIOLO	LOCAL NÃO FIXO	30
REPOSITOR DE MERCADORIAS	LOCAL NÃO FIXO	35
REPOSITOR DE MERCADORIAS	ADE AGUAS CLARAS	11
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	SAMAMBAIA NORTE	10
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	SAMAMBAIA NORTE	1
TÉCNICO EM NUTRIÇÃO	ASA SUL	8
TRABALHADOR AGROPECUÁRIO EM GERAL	BRAZLANDIA	10
VENDEDOR INTERNO	NOVO GAMA	4

A Secretaria do Estado de Trabalho do Distrito Federal também disponibiliza as vagas oferecidas nos sites www.trabalho.df.gov.br e maisemprego.mte.gov.br. Os interessados em utilizar o serviço precisa fazer um cadastro no endereço eletrônico para ter acesso às oportunidades existentes para o seu perfil. Por conta desse sistema, os postos aqui listados estão sujeitos a alterações.

Do total, 14 Agências do Trabalhador estão com atendimentos presenciais ao público. Funcionando de segunda a sexta-feira, das 8:00h às 17:00h (sem interrupção). Para mais dúvidas, entre em contato pelos telefones de atendimento ao público **(61) 3773-9482 / (61) 3773-9484.**

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.

CNPJ: 00.025.841/0001-53

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração do Hospital Santa Lúcia S.A. ("Companhia") apresenta a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais foram preparadas de acordo com os procedimentos e práticas contábeis geralmente aceitos no Brasil, especialmente aqueles emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aplicáveis às sociedades de forma geral, em vigor. **1. CONTEXTO OPERACIONAL:** O Hospital Santa Lúcia S.A. ("Companhia" ou "Grupo Santa"), sociedade anônima de capital fechado com sede em Brasília/DF, atua na prestação de serviços hospitalares completos, incluindo internação, atendimento de urgência e emergência, procedimentos cirúrgicos, apoio diagnóstico e terapêutico, além da gestão de múltiplas unidades hospitalares e clínicas especializadas por meio de suas controladas diretas e indiretas. A seguir são apresentados os resultados financeiros consolidados da Companhia, a qual atua nos Estados do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tem 9 hospitais próprios em operação, além de 2 centros radiológicos, assim como possui um total de 1.210 leitos operacionais. Além disso, o Grupo Santa manteve, em 2025, seu foco estratégico na ampliação do portfólio de serviços, modernização tecnológica, eficiência operacional e integração das unidades adquiridas nos últimos anos. Todas as empresas do Grupo adotam práticas contábeis uniformes e o mesmo exercício social. **2. Desempenho Econômico-Financeiro: 2.1. Receita Operacional.** A receita líquida consolidada atingiu **R$ 2.009,1 milhões** em 2025 (2024: R$ 1.864,5 milhões), crescimento de **7,7%**, refletindo: • Maior volume assistencial nas frentes de internação, cirúrgica, hemodinâmica e Oncologia; • Novos e/ou expansão de credenciamentos; • Reajustes contratuais acordados com as principais operadoras; • Mix de atendimentos mais favorável, com maior participação de unidades de maior complexidade; • Expansão orgânica na oferta de leitos e melhoria na regulação de leitos. **2.2. Custos e Margem Bruta.** O custo dos serviços prestados consolidado foi de **R$ 1.265,3 milhões** (2024: R$ 1.156,7 milhões), incremento de 9,4%, acima do crescimento da receita. A **margem bruta** consolidada reduziu de **38% para 37%**, principalmente em razão de: • Aumento de insumos hospitalares e materiais de alto custo; • PEC 19/2024 da enfermagem nas controladas; • Pressão inflacionária sobre mão de obra assistencial; • Entrada em operação de novos serviços com curva de maturação em andamento.

Custos dos serviços prestados	**2025**	**2024**
Custos medicamentos e materiais hospitalares	(551.480)	(477.551)
Custos com Serviços Médicos	(367.391)	(351.751)
Custos com pessoal	(236.247)	(225.097)
Custos com Lavanderia	(11.460)	(11.831)
Custos com Alimentação Hospitalar	(5.455)	(5.351)
Custos com Exames	(16.054)	(14.466)
Custos com Esterilização	(9.793)	(10.204)
Custos com radiologia e radioterapia	(12.340)	(12.159)
Custos com serviços de terceiros	(8.517)	(3.520)
Custo com depreciações	(35.363)	(30.607)
Outros custos aplicados	(11.237)	(14.176)
	(1.265.338)	**(1.156.715)**
% da Receita Líquida	*(63.0%)*	*(62.0%)*

2.3. Despesas Gerais e Administrativas. As despesas gerais e administrativas consolidadas totalizaram **R$ 441,0 milhões** (2024: R$ 429,7 milhões), representando um aumento de 2,6%, o qual foi abaixo do crescimento da receita líquida, devido: • Reestruturação organizacional em determinadas unidades; • Consolidação de centros administrativos compartilhados; • Renegociação de contratos com fornecedores e prestadores de serviços; • Investimentos em tecnologia da informação e segurança digital.

Despesas gerais e administrativas	**2025**	**2024**
Salários e encargos sociais	(189.870)	(169.504)
Serviços de manutenção e conservação	(34.590)	(31.164)
Serviços de terceiros	(116.831)	(138.385)
Depreciação e amortização	(20.903)	(19.297)
Despesas tributárias	(8.564)	(7.069)
Materiais de uso consumo	(16.337)	(15.380)
Locação de máq. e equip.	(8.264)	(7.417)
Energia elétrica	(17.569)	(17.181)
Água e esgoto	(9.199)	(7.836)
Viagens e estadias	(1.263)	(1.318)
Outras despesas	(17.644)	(15.163)
	(441.035)	**(429.714)**
% da Receita Líquida	*(22.0%)*	*(23.0%)*

2.4. Outras Receitas e Despesas Operacionais. O Grupo Santa registrou em 2025 o **valor líquido positivo de R$ 21,2 milhões para Outras Receitas e Despesas Operacionais**, tendo como principal movimentação as reversões de perdas efetivas de convênios e operadoras (R$ 18,8 milhões) e composição de ativos indenizatórios das aquisições. **2.5. Perdas por redução ao valor recuperável contas a receber (PCLD) e Glosas.** Em 2025, a Companhia registrou provisão de **perdas esperadas (PCLD) de R$ 29,6 milhões**, sendo este valor maior do que no exercício de 2024 (R$ 18,0 milhões), refletindo um posicionamento mais conservador quanto ao *aging* do contas a receber. Sobre as glosas líquidas (glosas efetivas – recuperação de glosas) a Companhia teve uma redução importante de 2024 para 2025, saindo de R$ 126,7 milhões (6,8% da Receita Líquida) para R$ 109,0 milhões (5,43% da Receita Líquida), ou seja, uma redução de 1,4 p.p. **2.6. Resultado Financeiro. Resultado financeiro líquido** foi de **R$ -40,9 milhões**, uma melhora significativa em relação a 2024 (**R$ -187,5 milhões**), decorrente principalmente de: • Maior saldo de caixa ao longo do exercício, impactando positivamente as receitas das aplicações financeiras; • Reperfilamento de dívidas mais onerosas; • Redução gradual do spread do CDI na taxa de juros média ponderada das dívidas; • Resultado positivo dos instrumentos derivativos; • Reequilíbrio do fluxo de captações e amortizações. **2.7. Resultado Líquido do Exercício.** O resultado líquido consolidado atingiu **R$ 166,5 milhões** (2024: R$ 81,1 milhões), sustentado por: • Crescimento operacional; • Estabilidade das despesas administrativas; • Maior eficiência financeira e incremento no caixa; • Reconhecimento de equivalência patrimonial positivo de controladas relevantes. **3. Endividamento:** Ao final de 2025, a dívida financeira consolidada somou **R$ 848,6 milhões**, com dívida líquida financeira de **R$ 459,2 milhões**. O índice de alavancagem sobre o patrimônio líquido reduziu de **0,49 para 0,33**, refletindo: • Disciplina financeira para redução dos empréstimos e financiamentos; • Reperfilamento de dívidas mais onerosas; • Incremento do caixa operacional, após pagamento de dívidas; • Incremento do patrimônio líquido com o reconhecimento da transação de capital entre os acionistas, devido à compra de participação na Companhia pela Atlântica Hospitais e Participações S.A. O Grupo mantém políticas conservadoras de liquidez, com aplicações financeiras de alta liquidez e lastro adequado às necessidades de capital de giro. **4. Gestão de Riscos:** A Companhia monitora continuamente seus principais riscos e empenha os melhores esforços para controle e mitigação, sempre que aplicável. **4.1 Risco de Crédito (Recebíveis).** O Grupo Santa administra uma carteira relevante de recebíveis no total de **R$ 986,5 milhões**, para a qual vem atuando com: • Comitê de Ciclo da Receita multidisciplinar e com reuniões semanais; • Monitoramento de concentrações por operadora; • Revisão sistemática de glosas e inadimplência; • Modelo de perdas esperadas (CPC 48) com atualização mensal. Mesmo com os controles estabelecidos, a Companhia enxerga como necessário a manutenção do acompanhamento próximo sobre o *aging* do contas a receber, especialmente nos intervalos superiores a **91 dias**, que demandou reforço de provisões em 2025. **4.2. Risco de Mercado.** Exposição a variações de CDI, IPCA e câmbio, mitigada por: • Monitoramento de cenários macroeconômicos; • Revisão constante de cenários com as instituições financeiras. • Operações com derivativos (*swaps*) para proteção e previsibilidade dos desembolsos financeiros. **4.3 Risco de Liquidez.** A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, assim como a manutenção de reservas financeiras em níveis adequados (**saldo de caixa R$ 389,4 milhões**) e linhas de crédito bancárias estabelecidas para captação de empréstimos que julgue adequados, desta forma o exercício de 2025 foi encerrado com uma **cobertura de caixa para as dívidas bancárias de curto-prazo em aprox. 1,9x**. **4.4. Risco Jurídico.** A Companhia mantém provisões de contingências de acordo com as avaliações de advogados internos e externos, seguindo o CPC 25, desta maneira a despesa relativa a qualquer destas provisões é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, quando aplicável. **5. Investimentos (CapEx):** Os investimentos (CapEx) financeiros consolidados totalizaram **R$ 101,9 milhões** em 2025 representando um crescimento em relação a 2024 (R$ 61,1 milhões), destinados a: • Expansão e modernização de leitos e centros cirúrgicos; • Modernização de equipamentos de diagnóstico por imagem; • Renovação de parque tecnológico e sistemas; • Manutenção e ampliação de unidades controladas. Existem obras e projetos ainda em implementação, que devem contribuir para aumento de capacidade e receita futura, como por exemplo, construção da Unidade Avançada em Sobradinho (Brasília-DF), expansão no Hospital Santa Rosa (Cuiabá-MT). **6. Estrutura Societária e Controladas:** O Grupo mantém participação em múltiplas controladas diretas e indiretas nas áreas hospitalares, clínicas especializadas, centros radiológicos e serviços auxiliares, garantindo complementaridade assistencial e integração operacional. Em 2025 não ocorreram perdas de controle, sendo que os movimentos societários envolveram principalmente: • Aportes e mútuos entre empresas do Grupo; • Movimentações patrimoniais decorrentes de transações entre sócios; • Revisões de participações indiretas e ajustes por equivalência patrimonial. **7. Pessoas:** A Companhia reforçou suas iniciativas de gestão de pessoas com iniciativas abrangentes direcionados para a preparação contínua de suas lideranças, assim como reforçou seu compromisso permanente com a equidade, a transparência e a redução de eventuais disparidades nos diferentes níveis hierárquicos.

	2025					2024				
Cargos	**Homem**	**Mulher**	**Total**	**%H**	**%M**	**Homem**	**Mulher**	**Total**	**%H**	**%M**
DIRETOR	13	8	21	62%	38%	13	6	19	68%	32%
GERENTE	23	30	53	43%	57%	22	29	51	43%	57%
SUPERVISOR/COORDENADOR	68	176	244	28%	72%	65	172	237	27%	73%
COLABORADOR/REF. LÍDER	39	44	83	47%	53%	36	36	72	50%	50%
TÉCNICO OPERACIONAL	1.536	5.397	6.933	22%	78%	1.480	5.227	6.707	22%	78%
TOTAL	**1.679**	**5.655**	**7.334**	**23%**	**77%**	**1.616**	**5.470**	**7.086**	**23%**	**77%**

8. Perspectivas para 2026: A Administração permanece otimista com o cenário operacional, prevendo: • Captura de crescimento proveniente de investimentos realizados nos exercícios anteriores, por exemplo, expansão e modernização realizada no Hospital Ânima (Anápolis-GO), Unidade Avançada de Taguatinga (Brasília-DF); • Crescimento de unidades de negócio relevantes para a Companhia, como por exemplo, Oncologia, Cardiologia, Hemodinâmica, Centro de Infusão; • Continuidade dos investimentos para expansão e modernização das suas operações; • Reposicionamento comercial com fontes pagadoras relevantes em mercados de suas controladas; • Robustez na demanda por serviços hospitalares de maior complexidade. **Declaração do Comitê de Auditoria (estatutário ou não).** O Comitê de Auditoria Não Estatutário do Hospital Santa Lúcia S.A. tomou conhecimento e analisou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("Demonstrações Financeiras de 2025"), o relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda e o Relatório da Administração da Companhia. Com base em referida análise, e considerando as informações prestadas pelos representantes da Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, este Comitê recomenda ao Conselho de Administração que aprove as Demonstrações Financeiras de 2025, não havendo qualquer divergência entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes e este Comitê. Brasília, 30 de março de 2026. Coordenador do Comitê de Auditoria - Breno do Carmo Moreira Vieira. Membro do Comitê de Auditoria - Marcelo Santos Dall'Occo. Membro do Comitê de Auditoria - Leonardo de Assis Portugal.

Declaração da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Brasília, 17 de março de 2026. Diretor Presidente – Gustavo Sá Leitão Fiuza Lima. Diretor Financeiro – Glauber Luiz Carmo. Diretor Corporativo – Pedro do Rego Leal.

Declaração da Administração sobre o Relatório do Auditor Independente

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes Ltda, acerca das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Brasília, 1º de abril de 2026. Diretor Presidente – Gustavo Sá Leitão Fiuza Lima. Diretor Financeiro – Glauber Luiz Carmo. Diretor Corporativo – Pedro do Rego Leal.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**96.585**	230.588	**389.449**	432.750
Contas a receber de clientes	5	**415.637**	404.995	**986.365**	905.423
Adiantamentos	6	**38.058**	27.826	**56.493**	44.039
Estoques	7	**24.958**	18.927	**55.628**	40.312
Impostos e contribuições a recuperar	8	**1.488**	1.986	**2.882**	3.762
Impostos a recuperar sobre o lucro	8.1	**24.753**	17.003	**46.851**	46.996
Dividendos a receber	13	**62.487**	–	**–**	–
Outras contas a receber	10	**29.881**	31.326	**37.495**	46.063
Total do ativo circulante		**693.847**	**732.651**	**1.575.163**	**1.519.345**
Não circulante					
Dividendos a receber	13	**–**	27.775	**–**	–
Transações entre sócios	11	**192.916**	6.853	**192.916**	6.694
Instrumentos derivativos ativos	9	**23.467**	64.068	**23.467**	64.068
Outras contas a receber	10	**1.933**	–	**3.013**	752
Depósitos judiciais	24	**6.839**	5.602	**14.428**	11.688
Tributos diferidos	32.c	**40.744**	39.298	**99.982**	83.462
Garantia de reembolso de ativo indenizatório	12	**24.702**	50.491	**25.893**	51.644
Total do realizável a longo prazo		**290.601**	**194.087**	**359.699**	**218.308**
Investimentos	13	**1.391.299**	1.219.808	**–**	–
Propriedades para investimentos	14	**30.712**	30.067	**33.192**	32.547
Imobilizado	15	**291.690**	263.671	**760.942**	660.189
Intangível	16	**841**	886	**421.690**	422.571
Total do ativo não circulante		**2.005.143**	**1.708.519**	**1.575.523**	**1.333.615**
Total do ativo		**2.698.990**	**2.441.170**	**3.150.686**	**2.852.960**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras das individuais e consolidadas.

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Notas**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Circulante					
Fornecedores	17	**85.848**	89.464	**192.091**	168.839
Empréstimos e financiamentos	18	**115.146**	196.364	**115.640**	202.098
Obrigações trabalhistas e sociais	19	**34.191**	31.261	**74.625**	69.131
Obrigações tributárias	20	**18.788**	21.984	**50.127**	50.965
Imposto de renda e contribuição social	32.b	**26.724**	25.079	**81.438**	69.476
Parcelamentos de Imposto de renda e contribuição social corrente	32.d	**5.836**	5.177	**22.995**	19.183
Parcelamentos tributários	21	**–**	–	**7.031**	9.909
Dividendos a pagar	25.e	**–**	–	**–**	24.781
Contas a pagar por aquisição de empresas	22	**36.646**	141.672	**36.646**	141.672
Outras contas a pagar	23	**20.465**	15.825	**67.764**	55.640
Total do passivo circulante		**343.645**	**526.826**	**648.357**	**811.695**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	18	**742.747**	765.787	**742.930**	766.646
Dividendos a pagar	25.e	**69.940**	–	**69.940**	–
Parcelamentos de Imposto de renda e contribuição social corrente	32.d	**16.976**	20.707	**71.530**	76.095
Parcelamentos tributários	21	**–**	–	**10.593**	14.214
Partes relacionadas	11	**5.304**	–	**49.975**	–
Instrumentos derivativos	9	**13.537**	32.824	**13.537**	32.824
Contas a pagar por aquisição de empresas	22	**67.702**	25.449	**67.702**	25.449
Outras contas a pagar	23	**30.903**	33.888	**64.920**	83.869
Provisão para demandas judiciais	24	**6.186**	6.491	**16.774**	20.565
Total do passivo não circulante		**953.295**	**885.147**	**1.107.901**	**1.019.663**
Patrimônio líquido	**25**				
Capital social		**1.041.118**	1.041.118	**1.041.118**	1.041.118
Transações entre sócios		**345.968**	30.967	**345.968**	30.967
Prejuízos acumulados		**–**	(42.888)	**–**	(42.888)
Reserva de lucros		**14.966**	–	**14.966**	–
Total do patrimônio líquido atribuível ao controlador		**1.402.051**	**1.029.197**	**1.402.051**	**1.029.197**
Participação de não controladores		**–**	–	**(7.622)**	(7.594)
Total do patrimônio líquido		**1.402.051**	**1.029.197**	**1.394.429**	**1.021.603**
Total passivo e patrimônio líquido		**2.698.991**	**2.441.170**	**3.150.687**	**2.852.961**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos fluxos de caixas Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**Notas**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**183.504**	**53.203**	**253.434**	**115.333**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas:					
Provisão para créditos de realização duvidosa	5	**6.488**	7.655	**33.214**	20.174
Perdas efetivas de convênios e particulares	5	**5.268**	3.984	**(8.315)**	(13.462)
Equivalência patrimonial	13	**(132.787)**	(121.418)	**–**	–
Garantia de reembolso de contingência e contas gráficas	12	**(13.373)**	(22.064)	**(13.373)**	(22.064)
Encargos financeiros e variações cambiais	18	**48.933**	194.297	**58.486**	237.642
Provisão para demandas judiciais	24	**(304)**	(12.215)	**(3.791)**	(13.648)
Constituição (Reversão) de impairment – propriedades para investimento	14	**(645)**	233	**(645)**	233
Instrumentos financeiros derivativos	9	**27.066**	(29.207)	**27.066**	(29.207)
Provisões		**–**	8.191	**–**	24.816
Depreciação e amortização	15.1	**29.780**	26.931	**56.059**	49.862
Baixa de imobilizado	15.1	**996**	–	**2.296**	509
		154.925	**109.591**	**404.430**	**370.188**
Variação dos ativos e passivos circulantes e não circulantes:					
Contas a receber		**(22.398)**	(52.696)	**(105.841)**	(83.326)
Estoques		**(6.031)**	1.717	**(15.316)**	1.711
Tributos a recuperar		**7.949**	13.485	**8.476**	15.738
Adiantamentos		**(10.232)**	1.897	**(12.453)**	(1.810)
Outros créditos		**769**	148	**6.565**	(12.520)
Fornecedores		**(5.893)**	12.834	**20.534**	19.445
Obrigações trabalhistas		**2.930**	2.045	**5.495**	6.793
Obrigações tributárias		**(20.139)**	(1.542)	**(19.466)**	(1.903)
Parcelamentos tributárias		**(6.021)**	(2.314)	**(19.953)**	(34.908)
Outras obrigações		**4.010**	15.092	**(3.853)**	10.234
Impostos de renda e contribuição social pagos		**(15.032)**	(9.727)	**(80.308)**	(85.986)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		**84.837**	**90.530**	**188.309**	**203.656**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:					
Aquisição de bens do ativo imobilizado	15.1	**(50.587)**	(23.216)	**(101.941)**	(61.126)
Aquisição de intangível		**(38)**	(61)	**(36)**	(21)
Aquisição de propriedade para investimentos		**–**	–	**–**	2.096
Venda de ativo imobilizado		**–**	52	**–**	–
Aporte e adiantamento para futuro aumento de capital		**(71.801)**	(87.047)	**–**	–
Contas a pagar por aquisição de empresa		**(21.829)**	(22.628)	**(23.272)**	(22.628)
Aquisição de investimentos		**(1.900)**	–	**(1.900)**	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento:		**(146.156)**	**(132.900)**	**(127.148)**	**(81.679)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Captações de empréstimos e financiamentos	18	**259.914**	311.000	**259.914**	311.000
Pagamento principal de empréstimos e financiamentos	18	**(301.730)**	(264.515)	**(307.076)**	(288.837)
Pagamento dos juros de empréstimos e financiamentos	18	**(118.341)**	(109.151)	**(119.189)**	(111.598)
Pagamento de arrendamentos		**(3.682)**	(780)	**(4.485)**	(780)
Dividendos		**–**	–	**(24.781)**	(10.912)
Aumento de capital		**93.537**	406.265	**93.537**	406.265
Mútuo ativo com controladas		**3.369**	1.859	**3.369**	105
Mútuo passivo com controladas		**–**	(84.911)	**–**	(29.053)
Pagamento de derivativos	9	**(5.752)**	(5.793)	**(5.752)**	(5.793)
Partes relacionadas		**–**	–	**–**	–
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento:		**(72.685)**	**253.974**	**(104.463)**	**270.397**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(134.003)**	**211.604**	**(43.302)**	**392.374**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**230.588**	**18.985**	**432.750**	**40.376**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**96.585**	**230.588**	**389.449**	**432.750**
		(134.003)	**211.604**	**(43.302)**	**392.374**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos resulados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Receita líquida	26	**904.127**	833.889	**2.009.135**	1.864.487
Custos dos serviços prestados	27	**(570.069)**	(529.733)	**(1.265.338)**	(1.156.715)
Lucro bruto		**334.058**	**304.156**	**743.797**	**707.772**
Despesas gerais e administrativas	28	**(214.198)**	(218.289)	**(441.035)**	(429.714)
Outras receitas operacionais	29	**17.512**	34.177	**46.283**	64.843
Outras despesas operacionais	30	**(9.915)**	(12.623)	**(25.094)**	(22.105)
Perda por redução ao valor recuperável contas a receber	5	**(5.487)**	(7.873)	**(29.623)**	(17.992)
Resultado de equivalência patrimonial	13	**132.787**	121.418	**–**	–
Lucro operacional antes dos resultados financeiros		**254.757**	**220.966**	**294.328**	**302.804**
Receitas financeiras		**97.434**	106.558	**140.977**	121.930
Despesas financeiras		**(168.686)**	(274.321)	**(181.872)**	(309.400)
Resultado financeiro, líquido	**31**	**(71.252)**	**(167.763)**	**(40.895)**	**(187.470)**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**183.505**	**53.203**	**253.433**	**115.334**
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	32.a				
Corrente		**(25.869)**	–	**(110.899)**	(69.871)
Diferido		**8.897**	27.907	**23.970**	35.653
		(16.972)	27.907	**(86.929)**	(34.218)
Lucro líquido do exercício		**166.533**	**81.110**	**166.504**	**81.116**
Resultado atribuível aos acionistas controladores		**166.533**	81.110	**166.533**	81.110
Resultado atribuível aos acionistas não controladores		**–**	–	**(29)**	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do resulado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Lucro líquido do exercício	**166.533**	81.110	**166.504**	81.116
Outros resultados abrangentes	**–**	–	**–**	–
Total do resultado abrangente do exercício	**166.533**	**81.110**	**166.504**	**81.116**
Atribuível a:				
Acionistas controladores	**166.533**	81.110	**166.533**	81.110
Acionistas não controladores	**–**	–	**(29)**	6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.

CNPJ: 00.025.841/0001-53

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

	Notas	Capital Social	Transações de capital	Reserva legal	Fundo de resgate de parte beneficiárias	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Lucros acumulados	Patrimônio líquido da Controladora	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido Consolidado
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2024		634.854	30.967	–	553	–	(124.551)	–	541.822	(7.600)	534.222
Aumento de Capital	25.a	406.265	–	–	–	–	–	–	406.265	–	406.265
Lucro líquido do Exercício		–	–	–	–	–	81.110	–	81.110	6	81.116
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024		**1.041.118**	**30.967**	**–**	**553**	**–**	**(43.442)**	**–**	**1.029.197**	**(7.594)**	**1.021.602**
Lucro líquido do Exercício		–	–	–	–	–	–	**166.533**	**166.533**	**(28)**	**166.505**
Compensação de prejuízos acumulados	25.b	–	–	–	–	–	**44.845**	**(44.845)**	–	–	–
Constituição de reserva legal	25.b	–	–	**6.084**	–	–	–	**(6.084)**	–	–	–
Dividendos a Distribuir	25.d	–	**37.335**	–	–	–	–	**(107.275)**	**(69.940)**	–	**(69.940)**
Retenção de lucros	25.b	–	–	–	–	**8.329**	–	**(8.329)**	–	–	–
Transações entre sócios	25.c	–	**277.666**	–	–	–	–	–	**277.666**	–	**277.666**
Outros efeitos em controladas		–	–	–	–	–	**(1.403)**	–	**(1.403)**	–	**(1.403)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		**1.041.118**	**345.968**	**6.084**	**553**	**8.329**	–	–	**1.402.052**	**(7.622)**	**1.394.430**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: O Hospital Santa Lúcia S.A. ("Companhia" ou "Controladora" e conjuntamente com suas subsidiárias "Grupo") é uma sociedade anônima de capital fechado, com registro CNPJ n° 00.025.841/0001-53, constituída em 06 de novembro de 1963, com sede em Brasília, Distrito Federal, na Asa Sul. A Companhia tem como sua finalidade principal e exclusiva a prestação de serviços hospitalares completos e internação, bem como a participação em outras sociedades. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía as seguintes controladas:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
M2 Participações e Investimentos S.A. ("M2")	100%	–	100%	–
Hospital Medicina Especializada S.A. ("HME")	–	100%	–	100%
Ânima Centro Hospitalar Ltda. ("Ânima")	100%	–	100%	–
Hospital Ortopédico Ltda. ("Ortopédico")	100%	–	100%	–
Procárdio Centro Cardio Respiratório Ltda. ("Procárdio")	100%	–	100%	–
Clínica Campo Grande S.A. ("CCG")	–	99,46%	–	99,46%
Hospital Prontonorte S/A ("Prontonorte")	100%	–	100%	–
Hospital Maria Auxiliadora S.A. ("HMA")	100%	–	100%	–
Centro Radiológico de Brasília S.A. ("Radiológico Brasília")	100%	–	100%	–
Centro Radiológico do Gama S.A. ("Radiológico Gama")	100%	–	100%	–
Vaga Certa Serviços de Estacionamento Ltda. ("Vaga Certa")	100%	–	100%	–

1.1. Unidade avançada Santa Lucia Taguatinga: Filial da unidade Hospital Santa Lúcia S.A com registro CNPJ n° 00.025.841/0006-68, fundado em 14 de outubro de 2019, com sede em Brasília-DF, tem por objeto a prestação de serviços hospitalares de atendimentos a urgência. **1.2. M2 Participações e Investimentos S.A.:** Companhia com registro CNPJ n° 22.704.470/0001-79, constituída em 19 de junho de 2015, sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Cuiabá-MT, tem por objeto a participação em instituições não financeiras que detém como subsidiária o Hospital de Medicina Especializada S.A. **1.3. Hospital de Medicina Especializada S.A.:** Companhia com registro CNPJ n° 70.524.145/0001-77, fundado em 18 de agosto de 1993, sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Cuiabá-MT, tem por objeto a prestação de serviços hospitalares completos e internação. ***1.3.1. Unidade avançada Santa Rosa:*** Filial da unidade Hospital de Medicina Especializada S.A com registro CNPJ n° 70.524.145/0007-62, fundado em 14 de outubro de 2021, com sede em Várzea Grande - MT, tem por objeto a prestação de serviços hospitalares de atendimentos a urgência e ambulatório. **1.4. Ânima Centro Hospitalar Ltda.:** Companhia com registro CNPJ n° 18.034.143/0001-80, fundado em 29 de abril de 2013, sob a forma de sociedade limitada, com sede em Anápolis-Goiás, tem por objeto a prestação de serviços hospitalares completos e internação. **1.5. Hospital Ortopédico Ltda.:** Companhia com registro CNPJ n° 01.377.357/0001-56, fundado em 04 de junho de 1993, sob a forma de sociedade limitada, com sede em Cuiabá/MT, tem por objeto a prestação de serviços hospitalares. **1.6. Procárdio Centro Cardio Respiratório Ltda.**: Companhia com registro CNPJ n° 36.820.967/0001-67, fundado em 25 de novembro de 1991, sob a forma de sociedade limitada, com sede em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, tem por objeto a prestação de serviços hospitalares completos e internação. **1.7. Clínica Campo Grande S.A.:** Companhia com registro CNPJ n° 00.860.841/0001-79, fundado em 15 dezembro de 1976, sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, tem por objeto a prestação de serviços hospitalares completos e internação. **1.8. Hospital Prontonorte S.A.:** Companhia com registro CNPJ n° 00.511.816/0001-80, fundado em 25 de julho de 1978, sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Brasília, Distrito Federal, na Asa Norte, tem por objeto a prestação de serviços hospitalares completos e internação. **1.9. Hospital Maria Auxiliadora S.A.:** Companhia com registro CNPJ n° 38.000.485/0001-96, fundado em 14 de maio de 1993, sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, com sede no Gama, Distrito Federal, tem por objeto a prestação de serviços hospitalares completos e internação. **1.10. Centro Radiológico de Brasília S.A.:** Companhia com registro CNPJ n 00.117.242/0001-60, fundado em 19 de fevereiro de 1976, sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Brasília, Distrito Federal, tem por objeto a prestação de serviços de diagnóstico por imagem e de radiologia. **1.11. Centro Radiológico do Gama S.A.:** Companhia com registro CNPJ n 03.111.336/0001-10, fundado em 15 de abril de 1999, sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Brasília, Distrito Federal, tem por objeto a prestação de serviços de diagnóstico por imagem e de radiologia. **1.12. Vaga Certa Serviços de Estacionamento Ltda.:** Companhia com registro CNPJ n° 07.371.443/0001-38, fundado em 01 de abril de 2005, sob a forma de sociedade limitada, com sede em Brasília, Distrito Federal, tem por objeto a prestação de serviços locação de vagas de estacionamento para veículos. **2. Base de preparação e apresentação das políticas contábeis materiais: 2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que contemplam os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades do Grupo. A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 02 de abril de 2026. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais ("R$"), que é a moeda funcional e moeda de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos contábeis:** Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Os principais elementos patrimoniais que envolvem julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia são os Seguintes: • **Nota Explicativa nº 05** – Mensuração de perda esperada de crédito do contas a receber e glosas: conforme avaliação de risco de crédito descrito na nota 3.2.a; • **Nota Explicativa nº 16** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis; • **Nota Explicativa nº 24** – Reconhecimento e mensuração de provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • **Nota Explicativa nº 32** – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **2.4. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis vigentes, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. • **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 9 - instrumentos financeiros derivativos; • Nota explicativa 14 - Propriedade para investimento. **2.5 Base de mensuração** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de maneira diferente. **2.6 Políticas contábeis materiais** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a) Base de consolidação** As demonstrações financeiras incluem as informações do Grupo. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementadas pelos seguintes ajustes: • As transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas são eliminadas; • Os saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas são eliminados; e • A participação dos acionistas não controladores é segregada do patrimônio líquido e resultado consolidado. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações contábeis das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle da Companhia sobre as controladas são registradas como transação patrimonial diretamente no patrimônio líquido. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. Todas as empresas consolidadas têm o mesmo exercício fiscal e possuem as mesmas políticas contábeis da Controladora. **b) Combinação de negócios** Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pelo valor justo dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos na data de aquisição e devidos aos então acionistas controladores da adquirida, e das participações emitidas em troca do controle da adquirida, quando aplicável. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos) é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração do resultado do exercício em que ocorre a aquisição. ***Demonstrações financeiras individuais*** Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. **c) Ágio na aquisição de investimentos societários** O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado pelo custo na data da combinação do negócio. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável ("*impairment*"). Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ou em um ano a partir da combinação de negócios a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indícios de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. **d) Classificação circulante e não circulante** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado em até doze meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos como no não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **e) Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa compreendem caixa, saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a risco insignificante de mudança de valor, com vencimento original de até três meses a partir da data da aplicação. Esses recursos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos. As aplicações financeiras são registradas pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o respectivo valor de mercado ou de realização. **f) Instrumentos financeiros *Ativos financeiros*** *Ativo financeiro - Reconhecimento inicial e mensuração.* Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado - VJR, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou abrangente. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação. *Ativo financeiro - Mensuração subsequente* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais). • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado* São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas especificas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. *Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. *Redução ao valor recuperável* A Companhia reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim. ***Passivos financeiros*** *Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e outros débitos. *Passivos financeiros - Mensuração subsequente* Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (empréstimos e financiamentos)* Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. *Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; o • O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **g) Contas a receber de clientes** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a provisão para redução ao valor recuperável e glosas. Uma provisão para redução ao valor recuperável é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber e uma provisão para glosa é registrada com base na experiência histórica de glosa da Companhia. **h) Glosas** A Companhia está exposta a perdas devido à glosa de contas a receber. As glosas consistem em perdas de transações decorrentes das operadoras de planos de saúde, que questionam itens das contas alegando não serem devidos. As provisões para esses itens representam a estimativa de perdas futuras com base na experiência histórica. Essas provisões para glosas são registradas como redução de receita. **i) Estoques** Os estoques são compostos por materiais hospitalares e medicamentos e avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. Dada a natureza dos estoques da Companhia, a Administração efetua a baixa dos itens vencidos ou obsoletos. **j) Propriedade para investimento** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. A Companhia adota como prática manter suas propriedades para investimento ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de eventual provisão para perda por redução ao valor recuperável. **k) Imobilizado** Terrenos, edificações, benfeitorias, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. A depreciação dos ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao fim de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. O imobilizado é reclassificado para propriedade para investimento quando não for destinado para uso. **l) Ativos intangíveis** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, que é em média de 20% ao ano. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é baixado na competência de sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. **m) Investimentos** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são reconhecidos inicialmente ao custo e contabilizados subsequentemente com base no método da equivalência patrimonial. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido a partir da data de aquisição. O ágio relativo é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos. A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e a controlada são eliminados em proporção à participação. A soma da participação do Grupo nos resultados é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado final após os tributos e as participações de não controladores nas controladas. As demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as do Grupo. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento do Grupo. O Grupo determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.

CNPJ: 00.025.841/0001-53

perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil, e reconhece a perda na demonstração do resultado. Ao perder influência significativa sobre o investimento, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado. **n) Arrendamentos.** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. ***Grupo como arrendatário.*** O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. ***Grupo como arrendador.*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'. ***Ativos de direito de uso.*** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo em questão está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova reavaliação dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Unidade máquinas: 1 a 20 anos; • Veículos automotores e outros equipamentos: 2 a 5 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. ***Passivos de arrendamento.*** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é recalculado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. ***Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor.*** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de dez anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o décimo ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. **p) Provisões.** ***Geral.*** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, quando seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. ***Provisões para demandas judiciais.*** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. ***Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios.*** Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25) ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, a amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita. ***Garantia de reembolso de contingência - ativo indenizatório.*** Os reembolsos esperados por outras partes necessários para liquidar uma provisão são reconhecidos somente quando for praticamente certo que o reembolso será recebido. O reembolso é tratado como um ativo separado e não ultrapassa o valor da provisão. **q) Reconhecimento de receita.** As receitas são reconhecidas conforme estabelece o CPC 47 e decorrem da prestação de serviços hospitalares, inclusive do uso de medicamentos e materiais hospitalares. A receita é reconhecida no momento da prestação dos serviços médicos, na extensão ou proporção que satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o serviço prometido ao cliente, sendo registradas líquidas da expectativa de abatimentos, glosas e descontos comerciais. As receitas decorrentes de contratos com clientes são reconhecidas por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito, em troca de transferência de serviços para um cliente e são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos correspondentes, glosas e encargos estimados. A Companhia controla os produtos ou serviços antes de transferi-los para o cliente, sendo que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços hospitalares. Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Convênios, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber. A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com glosas e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis. Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade do regime contábil da competência. **r) Tributos** ***Impostos correntes.*** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes ao final do exercício. O regime de tributação adotado pela Companhia e pelas controladas é pelo lucro real, cuja apuração é efetuada de forma individual por cada empresa do Grupo. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. Algumas controladas apuram o lucro tributável pelo regime de lucro presumido. ***Tributos diferidos ativos e passivos.*** É gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação e negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados a taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária. **s) Benefícios a empregados.** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **t) Receitas financeiras e despesas financeiras.** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros; • Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia reconhece os juros pagos como atividade de financiamento em suas demonstrações de fluxo de caixa tais encargos representam o custo de obtenção de recursos financeiros e estão intrinsecamente associados às decisões de financiamento da Companhia, e não à geração operacional de caixa. **2.7 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas.** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras. ***Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.*** O "CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis" será substituído pelo "CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis" e se aplicará a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacionais, de investimento, de financiamento, de operações de descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. ***Outras Normas Contábeis.*** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40); • Reforma Tributária sobre o Consumo. Em 16 de janeiro de 2025 foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que institui um novo modelo de tributação sobre o consumo no Brasil. A referida legislação estabelece a substituição gradual de tributos atualmente incidentes sobre bens e serviços, incluindo PIS, COFINS, ICMS, ISS e parcialmente o IPI, pelos novos tributos sobre valor agregado: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios, além do Imposto Seletivo (IS), de competência federal. O novo sistema tributário será implementado de forma gradual, com período de transição previsto entre 2026 e 2032, durante o qual haverá coexistência entre o regime tributário atual e o novo modelo. A Administração do Grupo Santa vem acompanhando a evolução da regulamentação da reforma tributária e avaliando os potenciais impactos em suas operações e estrutura tributária. Considerando que diversos aspectos relevantes ainda dependem de regulamentação complementar e definição de alíquotas efetivas, até o presente momento não é possível mensurar de forma confiável os efeitos financeiros decorrentes dessas mudanças nas demonstrações financeiras. **3. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: 3.1 Instrumentos Financeiros:** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes, contas a receber, fornecedores e, empréstimos e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante tem liquidez imediata ou vencimento, em prazos não superiores há 12 meses. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos, vide abaixo:

Controlador		**Valor contábil**		**Valor Justo**	
Ativos financeiros	**Classificação**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	96.585	230.588	96.585	230.588
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	415.637	404.995	415.637	404.995
Adiantamentos	Custo amortizado	38.058	27.826	38.058	27.826
Transação entre sócios e outros	Custo amortizado	192.916	6.853	192.916	6.853
Instrumentos financeiros derivativos	VJR	23.467	64.068	23.467	64.067
Outros créditos	Custo amortizado	31.814	31.326	31.814	31.326
Passivos financeiros	**Classificação**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Fornecedores	Custo amortizado	85.848	89.464	85.848	89.464
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	857.893	962.151	857.893	962.151
Instrumentos financeiros derivativos	VJR	13.537	32.824	13.537	32.824
Parcelamentos tributários	Custo amortizado	22.812	25.884	22.812	25.884
Obrigações com partes relacionadas	Custo amortizado	5.304	–	5.304	–
Obrigações a pagar por aquisição	Custo amortizado	104.348	167.121	104.348	167.121
Outras obrigações	Custo amortizado	51.368	49.713	51.368	49.713
Consolidado		**Valor contábil**		**Valor Justo**	
Ativos financeiros	**Classificação**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	389.449	432.750	389.449	432.750
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	986.365	905.423	986.365	905.423
Adiantamentos	Custo amortizado	56.493	44.039	56.493	44.039
Transação entre sócios e outros	Custo amortizado	192.916	6.694	192.916	6.694
Instrumentos financeiros derivativos	VJR - Nível I	23.467	64.068	23.467	64.068
Outros créditos	Custo amortizado	40.508	46.815	40.508	46.815
Passivos financeiros	**Classificação**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Fornecedores	Custo amortizado	192.091	168.839	192.091	168.839
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	858.570	968.744	858.570	968.744
Instrumentos financeiros derivativos	VJR - Nível I	13.537	32.824	13.537	32.824
Parcelamentos tributários	Custo amortizado	112.149	119.401	112.149	119.401
Obrigações com partes relacionadas	Custo amortizado	49.975	–	49.975	–
Obrigações a pagar por aquisição	Custo amortizado	104.348	167.121	104.348	167.121
Outras obrigações	Custo amortizado	132.684	139.509	132.684	139.509

3.2. Fatores de risco financeiro. As atividades do Grupo expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O Grupo segue controle de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos deste controle, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. O controle de gerenciamento de risco do Grupo foi definido pela administração. Nos termos deste controle, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. ***a. Risco de crédito.*** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O Grupo adota a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obtenham garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim como as garantias contratadas, as aplicações financeiras do Grupo são realizadas com instituições financeiras de primeira linha visando a redução de risco. As operações de derivativos contratadas pelo Grupo são exclusivamente vinculadas a empréstimos contratados junto a instituições financeiras visando a redução do custo financeiro do seu endividamento. O Grupo não realiza operações de futuros e opções. Por meio de controles internos, o Grupo monitora permanentemente o nível das suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A Administração registra perdas esperadas de créditos consideradas prováveis. O Grupo possui um comitê para avaliação das provisões considerando: (i) o risco jurídico, (ii) o risco de crédito, (iii) o risco de financeiro, (iv) o risco do paciente particular, (v) risco operacional, e (vi) o risco temporal da carteira de recebíveis. A análise do comitê tem por objetivo trazer maior veracidade para as provisões considerando todos os aspectos citados acima. Portanto, o Grupo reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data-base e avalia, através do comitê, se são necessários ajustes adicionais para que todas as contas a receber reflitam sua real recuperabilidade em cada fechamento. A exposição máxima do risco de crédito do Grupo é representada pelos valores contábeis das contas a receber de R$ 986.365 (R$ 905.423 em 31 de dezembro de 2024). ***b. Risco de mercado (taxa de juros).*** O Grupo está exposto ao risco de taxa de juros, uma vez que elas possuem empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como com pós-fixadas. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de um "mix" apropriado de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas. Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, como também sobre as receitas financeiras, oriundas de suas aplicações financeiras. Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes do CDI, IPCA e variação cambial. A Companhia tem como indexador financeiro de suas operações a variação do CDI, IPCA e variação cambial. A Companhia considera o risco de variações das taxas como fatores de riscos de mercado relevantes. Em 31 de dezembro de 2025, foi obtido o CDI para os próximos 360 dias, de 13,45%, conforme obtido na B3 e as demais taxas foram obtidas com base em fontes de referência. Para realização da análise de sensibilidade abaixo, consideramos valorização e deterioração da ordem de 25% e 50% das taxas acumuladas e deste modo, os efeitos no resultado poderiam ser assim observados:

		Controladora			
Operação	**Base de cálculo**	**Cenário I Deterioração de 25%**	**Cenário II Deterioração de 50%**	**Cenário I Apreciação de 25%**	**Cenário II Apreciação de 50%**
Aplicações indexadas ao CDI	95.812	**9.665**	**6.443**	**16.108**	**19.330**
Empréstimos indexados ao CDI	(854.871)	**(86.235)**	**(57.490)**	**(143.725)**	**(172.470)**
Empréstimos indexados ao IPCA	(3.022)	**(92)**	**(61)**	**(153)**	**(183)**
		(76.662)	**(51.108)**	**(127.769)**	**(153.323)**
	Cenário provável	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário I**	**Cenário II**
Taxa anual do CDI em dezembro de 2025	13,45%	10,09%	6,73%	16,81%	20,18%
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		3,36%	6,73%	-3,36%	-6,73%
Cotação do dólar em dezembro de 2025	5,5	4,125	2,0625	6,875	8,25
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		-1,375	-3,4375	1,375	2,75
Cotação do IPCA em dezembro de 2025	4,04%	3,03%	2,02%	5,05%	6,06%
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		-1,01%	-2,02%	1,01%	2,02%

		Consolidado			
Operação	**Base de cálculo**	**Cenário I Deterioração de 25%**	**Cenário II Deterioração de 50%**	**Cenário I Apreciação de 25%**	**Cenário II Apreciação de 50%**
Aplicações indexadas ao CDI	384.890	**38.826**	**25.884**	**64.710**	**77.652**
Empréstimos indexados ao CDI	(855.003)	**(86.248)**	**(57.499)**	**(143.747)**	**(172.497)**
Empréstimos indexados ao IPCA	(3.344)	**(101)**	**(68)**	**(169)**	**(203)**
Empréstimos Pré-fixado	(222)	**–**	**–**	**–**	**–**
Empréstimos indexados à variação cambial		**–**	**–**	**–**	**–**
		(47.524)	**(31.683)**	**(79.207)**	**(95.048)**
	Cenário provável	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário I**	**Cenário II**
Taxa anual do CDI em dezembro de 2025	13,45%	10,09%	6,73%	16,81%	20,18%
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		3,36%	6,73%	-3,36%	-6,73%
Cotação do dólar em dezembro de 2025	5,5	4,125	2,0625	6,875	8,25
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		-1,375	-3,4375	1,375	2,75
Cotação do IPCA em dezembro de 2025	4,04%	3,03%	2,02%	5,05%	6,06%
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		-1,01%	-2,02%	1,01%	2,02%

Em 31 de dezembro de 2024, foi obtido o CDI, para os próximos 360 dias, de 15,18%, conforme obtido na B3 e as demais taxas foram obtidas com base em fontes de referência. Para realização da análise de sensibilidade abaixo, consideramos valorização e deterioração da ordem de 25% e 50% das taxas acumuladas e deste modo, os efeitos no resultado poderiam ser assim observados:

		Controladora			
Operação	**Base de cálculo**	**Cenário I Deterioração de 25%**	**Cenário II Deterioração de 50%**	**Cenário I Apreciação de 25%**	**Cenário II Apreciação de 50%**
Aplicações indexadas ao CDI	226.924	25.835	17.224	43.059	51.671
Empréstimos indexados ao CDI	(888.478)	(101.153)	(67.435)	(168.589)	(202.306)
Empréstimos indexados ao IPCA	(4.947)	(163)	(109)	(272)	(327)
Empréstimos indexados à variação cambial	–	–	–	–	–
		(75.481)	**(50.321)**	**(125.802)**	**(150.962)**
	Cenário provável	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário I**	**Cenário II**
Taxa anual do CDI em dezembro de 2024	15,18%	11,39%	7,59%	18,98%	22,77%
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		3,80%	7,59%	-3,80%	-7,59%
Cotação do dólar em dezembro de 2024	5,6	4,2	2,1	7	8,4
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		-1,4	-3,5	1,4	2,8
Cotação do IPCA em dezembro de 2024	4,40%	3,30%	2,20%	5,50%	6,60%
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		-1,10%	-2,20%	1,10%	2,20%

		Consolidado			
Operação	**Base de cálculo**	**Cenário I Deterioração de 25%**	**Cenário II Deterioração de 50%**	**Cenário I Apreciação de 25%**	**Cenário II Apreciação de 50%**
Aplicações indexadas ao CDI	396.695	45.049	30.032	75.081	90.097
Empréstimos indexados ao CDI	(888.478)	(168.674)	(202.409)	(168.674)	(202.409)
Empréstimos indexados ao IPCA	(4.947)	(177)	(118)	(295)	(354)
Empréstimos Pré-fixado	(5.733)	–	–	–	–
Empréstimos indexados à variação cambial	–	–	–	–	–
		(123.802)	**(172.495)**	**(93.888)**	**(112.665)**

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.

CNPJ: 00.025.841/0001-53

	Cenário provável	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Taxa anual do CDI em dezembro de 2024	15,18%	11,39%	7,59%	18,98%	22,77%
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		3,80%	7,59%	-3,80%	-7,59%
Cotação do dólar em dezembro de 2024	5,6	4,2	2,1	7	8,4
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		-1,4	-3,5	1,4	2,8
Cotação do IPCA em dezembro de 2024	4,40%	3,30%	2,20%	5,50%	6,60%
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		-1,10%	-2,20%	1,10%	2,20%

c. ***Risco de liquidez.*** A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A seguir, posição dos passivos financeiros por vencimento:

Controladora

31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Até 12 meses*	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	**857.893**	**207.546**	**211.475**	**504.985**	**368.655**
Fornecedores	**85.848**	**85.848**	**–**	**–**	**–**
Contas a pagar por aquisição de empresas	**104.348**	**13.356**	**40.181**	**78.548**	**–**
Parcelamentos tributários	**22.812**	**6.721**	**7.307**	**12.622**	**–**
Outras contas a pagar	**51.368**	**20.554**	**8.652**	**5.592**	**23.163**

31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Até 12 meses*	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	962.151	204.593	261.576	604.947	173.170
Fornecedores	89.464	89.464	–	–	–
Contas a pagar por aquisição de empresas	167.121	146.638	27.801	3.410	–
Parcelamentos tributários	25.884	6.018	6.710	19.950	–
Outras contas a pagar	49.714	15.095	1.212	15.520	17.888

Consolidado

31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Até 12 meses*	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	**858.570**	**207.897**	**211.581**	**505.144**	**368.655**
Fornecedores	**115.640**	**115.640**	**–**	**–**	**–**
Contas a pagar por aquisição de empresas	**104.348**	**13.356**	**40.181**	**78.548**	**–**
Parcelamentos tributários	**112.149**	**33.366**	**34.363**	**55.393**	**4.115**
Outras contas a pagar	**132.683**	**48.380**	**17.959**	**10.802**	**66.098**

31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Até 12 meses*	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	968.744	210.158	261.933	605.266	173.170
Fornecedores	168.839	168.839	–	–	–
Contas a pagar por aquisição de empresas	167.121	146.638	27.801	3.410	–
Parcelamentos tributários	119.402	29.838	31.623	82.989	10
Dividendos a pagar	24.781	24.781	–	–	–
Outras contas a pagar	139.509	16.734	59.542	6.204	57.029

d. Risco de variação cambial. O risco de variação cambial decorre da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio impactarem ativos, passivos ou fluxos de caixa denominados em moeda estrangeira, especialmente relacionados à aquisição de equipamentos e insumos hospitalares importados. Com o objetivo de mitigar essa exposição, parte das obrigações da Companhia possui operações de swap cambial associadas, estruturadas para converter a exposição originalmente referenciada em moeda estrangeira para encargos financeiros em moeda local, reduzindo os impactos decorrentes de oscilações nas taxas de câmbio. Dessa forma, a Administração entende que a exposição líquida da Companhia ao risco cambial, na data-base das demonstrações financeiras, não é considerada relevante em relação à sua posição patrimonial e financeira, em linha com as práticas de divulgação previstas no CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. **3.3. Gestão de capital.** A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros. A administração do capital da Companhia tem como objetivos principais salvaguardar a capacidade de continuidade, oferecer retorno aos acionistas e manter uma estrutura de capital ideal para otimizar os custos incorridos. A Companhia ajusta a estrutura do capital conforme as mudanças nas condições econômicas e os requerimentos de manutenção de índices financeiros. Como controladora do grupo econômico "Grupo Santa", a Companhia realiza análises centralizadas para alocação e uso do seu capital, visando maior eficiência e retorno sobre os investimentos de cada unidade hospitalar. A administração acompanha os quocientes de alavancagem de cada unidade, bem como o comportamento da geração de caixa operacional e aging da carteira de recebíveis.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	**857.893**	962.151	**858.570**	968.744
Instrumentos derivativos	**(9.929)**	(31.244)	**(9.929)**	(31.244)
Dívida financeira	**847.964**	**930.907**	**848.640**	**937.500**
(–) Caixa e equivalentes de caixa	**(96.585)**	(230.588)	**(389.449)**	(432.750)
Dívida Líquida financeira	**751.379**	700.319	**459.191**	504.750
Patrimônio líquido	**1.402.051**	1.029.197	**1.394.429**	1.021.603
Quociente de alavancagem	0,54	0,68	0,33	0,49

A gestão de capital da Companhia, entre outras coisas, visa assegurar que o Grupo tenha capacidade financeira de cumprir com todos os compromissos financeiros associados aos empréstimos, financiamentos e quaisquer obrigações que possua para a operacionalização de suas atividades.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	**773**	3.665	**4.663**	37.055
Aplicações financeiras de curto prazo	**95.812**	226.924	**384.786**	395.695
	96.585	**230.588**	**389.449**	**432.750**

As aplicações financeiras possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A carteira de aplicações financeiras possui taxa média de remuneração de 100,64% (100% em 2024) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Convênios de assistência	**246.737**	257.361	**615.252**	578.624
Clientes particulares	**20.603**	16.177	**47.429**	39.352
Atendimentos não faturados	**199.765**	176.973	**498.507**	430.271
Perdas por redução ao valor recuperável e glosas	**(55.638)**	(49.000)	**(185.367)**	(151.910)
Total contas a receber de clientes	**411.467**	401.511	**975.821**	896.337
Cheques a receber	**–**	–	**32**	130
Cartões de crédito	**4.170**	3.484	**10.512**	8.956
	415.637	404.995	**986.365**	905.423

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A Vencer	**237.926**	226.370	**596.947**	540.240
Vencidos até 30 dias	**62.469**	54.001	**125.128**	125.914
Vencidos de 31 até 60 dias	**29.667**	34.022	**78.105**	91.920
Vencidos de 61 até 90 dias	**16.748**	18.264	**59.376**	49.685
Vencidos de 91 até 180 dias	**27.450**	28.847	**85.761**	66.598
Vencidos de 181 até 360 dias	**24.401**	25.784	**69.921**	66.371
Vencidos acima de 361 dias	**68.294**	63.222	**145.709**	107.519
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	**(55.488)**	(49.000)	**(185.124)**	(151.910)
	411.467	**401.511**	**975.822**	**896.337**

O registro contábil dos valores a receber de clientes é sensibilizado com o risco de perda, controlado pela Companhia. A movimentação da perda por redução ao valor recuperável e glosas é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**(49.000)**	(41.344)	**(151.910)**	(131.736)
(+) Provisão de perdas	**(14.048)**	(8.799)	**(65.690)**	(44.791)
(–) Reversão de perdas	**8.560**	926	**36.072**	26.799
(=) Provisão de perdas	**(5.487)**	(7.873)	**(29.618)**	(17.992)
Estimativa de perda sobre Atendimentos não faturados	**(1.150)**	218	**(3.839)**	(2.182)
(=) Resultado redução por valor recuperável do contas a receber	**(6.638)**	(7.655)	**(33.457)**	(20.174)
Saldo final	**(55.638)**	**(49.000)**	**(185.367)**	**(151.910)**

Perdas reconhecidas	Controladora 31/12/2025	31/12/2024	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Baixa (perdas efetivas)	**(7.105)**	(4.185)	**(18.278)**	(7.546)
Reversão de baixa (perdas efetivas)	**1.837**	201	**26.593**	21.008
(=) Total baixa (perda efetiva)	**(5.268)**	(3.984)	**8.315**	13.462

6. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos fornecedores de materiais	**7.973**	9.755	**15.433**	17.844
Adiantamentos fornecedores de serviços (a)	**28.791**	14.350	**38.204**	20.934
Adiantamentos a funcionários	**331**	2.683	**332**	2.707
Outros adiantamentos	**963**	1.038	**2.524**	2.554
	38.058	**27.826**	**56.493**	**44.039**

(a) Em 10 de setembro de 2025, a Companhia assinou acordo de Investimento e Outras Avenças com o REDE ONE CARE S.A , na cidade Bauru, São Paulo. O investimento será integralizado somente após o fechamento da operação, previsto para 2026, entretanto, até o presente momento a Companhia já realizou adiantamentos para Rede One Care SA, as quais serão integralmente reembolsadas caso a operação não seja concluída entre as Partes.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Medicamentos e material hospitalar	**24.099**	17.590	**52.678**	36.544
Almoxarifado em geral	**780**	1.257	**2.869**	3.689
Outros Estoques	**79**	80	**81**	79
	24.958	**18.927**	**55.628**	**40.312**

8. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS e COFINS a recuperar	**1.429**	1.746	**2.475**	3.020
ISS a recuperar	**32**	214	**240**	514
INSS a recuperar	**–**	–	**–**	114
Outros impostos a recuperar	**27**	26	**167**	114
	1.488	**1.986**	**2.882**	**3.762**

A Companhia possui créditos tributários dos impostos retidos na fonte sobre serviços prestados aos seus clientes, que são convênios de assistência à saúde, tanto públicos quanto privados. A realização ocorrerá por meio de compensação com tributos a recolher.

8.1. Impostos a recuperar sobre o lucro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ	**19.111**	10.258	**36.295**	33.025
CSLL	**5.642**	6.745	**10.556**	13.971
	24.753	**17.003**	**46.851**	**46.996**

Referem-se a créditos decorrentes de pagamentos a maior de IRPJ e CSLL. A Administração estima a sua compensação com tributos federais no prazo de até doze meses.

9. Instrumentos financeiros derivativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo				
Contrato de SWAP - Moeda	**23.467**	64.068	**23.467**	64.068
	23.467	64.068	**23.467**	64.068
Passivo				
Contrato de SWAP - Taxa de Juros (i)	**(13.537)**	(32.824)	**(13.537)**	(32.824)
	(13.537)	(32.824)	**(13.537)**	(32.824)
Instrumentos financeiros, líquidos	**9.929**	31.243	**9.929**	31.243

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo anterior	**(31.243)**	(3.756)	**(31.243)**	(3.756)
Novas contratações	–	5.530	–	5.530
Liquidações do instrumento financeiro	**(5.752)**	(5.793)	**(5.752)**	(5.793)
Mensuração a valor justo	**27.066**	(27.223)	**27.066**	(27.223)
	(9.929)	(31.243)	**(9.929)**	(31.243)

(i) A Companhia possui contratos de swaps atrelados especificamente a contratos de empréstimo bancário, com o mesmo *notional* e vigência. Dessa forma, a Companhia fica protegida contra oscilações de moeda estrangeira. Os swaps trocam: (a) fluxo de juros e principal em moeda estrangeira por reais mais um percentual do CDI ou CDI + spread; (b) taxas de juros pré-fixadas por pós-fixadas.

10. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Valores a receber (a)	**29.881**	31.326	**37.211**	45.783
Despesas antecipadas	**–**	–	**284**	11
Top life corretoras de seguros	**1.900**	–	**1.900**	–
Depósito Garantia	**33**	–	**1.113**	1.022
	31.814	**31.326**	**40.508**	**46.815**
Circulante	**29.881**	**31.326**	**37.495**	**46.063**
Não Circulante	**1.933**	**–**	**3.013**	**752**

(a) São valores a receber oriundos das transações com empréstimo de mercadorias hospitalares entre empresas do Grupo e terceiros. A transação é realizada pelo valor de custo dos estoques e a quitação ocorre no curso normal dos negócios.

11. Transações com partes relacionadas. Os principais ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como, as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de prestação de serviços hospitalares, empréstimos de produtos hospitalares, empréstimos e financiamentos bancários, e mútuos. Todas as transações são pactuadas com preços e condições acordadas entre as partes ou a valor de mercado, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber				
Hospital Maria Auxiliadora S.A.	**1.233**	5.002	**–**	–
Hospital Prontonorte S.A.	**3.072**	4.140	**–**	–
Bradesco Seguros S/A. (e)	**28.882**	23.491	**28.882**	23.491
Banco Bradesco S/A. (Atendimentos a faturar) (e)	**3.507**	23.471	**3.507**	23.471
	36.694	**56.104**	**32.389**	**46.962**
Ouras contas a receber				
Empréstimos de produtos hospitalares (c)	**29.881**	10.378	**37.211**	–
Transação com sócios				
Aportes de Capital a Receber - Atlântica Participações S/A; (g)	**189.433**	–	**189.433**	–
Mútuo a receber - Centro Radiológico de Brasília S.A. (a)	**–**	1.340	**–**	–
Mútuo a receber - JPL Administração (a)	**3.102**	4.105	**3.102**	4.105
Mútuo a receber - Acionistas (b)	**–**	1.061	**–**	1.953
Mútuo a receber - Outros (a)	**382**	348	**382**	636
	192.916	**6.854**	**192.916**	**6.694**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores				
Vertical DF Soluções para saúde	**3.729**	2.527	**7.072**	**4.856**
Viva Comércio e importação Ltda	**2.101**	1.958	**7.743**	**5.914**
	5.830	**4.485**	**14.815**	**10.770**
Empréstimos e financiamentos - com instituições financeiras				
Empréstimos e financiamentos - Bradesco S/A	**296.679**	296.886	**296.679**	296.886
Outras contas a pagar				
JPL Administração (Arrendamentos) (d)	**5.002**	1.542	**5.002**	1.542
Empréstimo de produtos hospitalares (c)	**17.657**	6.372	**34.305**	–
	22.659	**7.914**	**39.307**	**1.542**
Dividendos a pagar acionistas	**69.940**	–	**69.940**	24.781
Obrigações com acionistas	**5.304**	–	**5.304**	–
Valores a serem convertidos em ações (f)	**–**	–	**44.670**	–
	5.304	**–**	**49.975**	**–**
Resultado				
Receitas de prestações de serviços				
Prestação de serviços para Hospital Prontonorte S.A.	**3.941**	3.234	**–**	–
Prestação de serviços para Hospital Maria Auxiliadora S.A.	**2.184**	2.744	**–**	–
Prestação de serviços para o Bradesco Saúde	**152.172**	150.099	**245.898**	231.111
	158.297	**156.077**	**245.898**	**231.111**
Custos dos serviços				
Custos medicamentos e materiais hospitalares (Vertical)	**19.055**	15.183	**32.012**	25.638
Custos medicamentos e materiais hospitalares (Viva)	**13.286**	11.543	**40.236**	26.103
	32.341	**26.726**	**72.248**	**51.741**
Resultado Financeiro				
Receita de Juros incorridos sobre mútuos	**168**	–	**157**	336
Juros incorridos sobre empréstimos - Bradesco S/A	**37.456**	32.824	**37.456**	32.824
Despesas de juros incorridos sobre mútuos	**–**	–	**(244)**	(6)
	37.624	**32.824**	**37.369**	**33.154**

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados: (a) Saldos são provenientes de mútuos. Estas transações são apresentadas pelo valor nominal acrescido de 1% de juros a.a. O contrato de mútuo tem por objetivo a concessão de crédito rotativo para empresas de mesmos controladores, ou seja, exclusivamente para custeio de capital de giro. O empréstimo segue contratos formais, com liberação de recursos conforme necessidade do mutuário e possibilidade do mutuante. O vencimento é revisto periodicamente pela Administração, sem expectativa de liquidação nos próximos 12 meses. (b) Saldos a receber junto a pessoas físicas decorrente de empréstimos. Seu prazo de vencimento e tratado regularmente pela administração. (c) Refere-se medicamentos fornecidos pela Companhia por meio de empréstimos. As transações são realizadas pelo valor de custo dos medicamentos e sua liquidação ocorre no curso normal dos negócios. (d) Refere-se a contrato de aluguel de prédio administrativo da unidade HSL o qual é reconhecido de acordo com o CPC 06(R2) - Arrendamentos. (e) O acionista da Companhia, a Atlântica Hospitais e Participações S.A, é controlada diretamente pelo Bradesco Gestão de Saúde S.A que tem como controlador final o Banco Bradesco S.A., considerado pela Administração como parte relacionada para fins de divulgação. (f) Refere-se ao imóvel do Hospital de Medicina Especializada, anteriormente detido pelos acionistas da família Leal e utilizado nas operações da unidade. Em 2025, o referido imóvel foi integralizado ao patrimônio da Companhia, passando a compor seu ativo imobilizado. O valor correspondente à obrigação registrada será posteriormente convertido em ações da Companhia, conforme deliberação societária, de forma a preservar o equilíbrio da participação societária entre os acionistas. (g) Em 31 de agosto de 2023, o Hospital Santa Lúcia S.A. celebrou acordo de investimento com a Atlântica Hospitais e Participações S.A., por meio do qual a investidora assumiu o compromisso de realizar aportes de capital, composto por uma parcela integralizada no Fechamento e por uma parcela complementar, conforme definido na Cláusula 2.2(ii) do Acordo de Investimento. O valor residual de R$ 242.239, será integralizado pela Atlântica em 3 parcelas anuais e sucessivas, corrigidas pelo CDI e ajustadas pelo "Resultado Líquido Incremental", conforme previsto nos itens "a", "b" e "c" da Cláusula 2.2(ii). Cada parcela será integralizada mediante subscrição de novas ações em até 60 dias após cada aniversário da data de fechamento da operação. Em linha com o CPC 05 (R1) – Partes Relacionadas e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e considerando que o compromisso de aporte representa um direito contratual presente da Companhia perante a investidora, o saldo remanescente é reconhecido no ativo não circulante. O saldo registrado em 31/12/2025 é composto da seguinte forma:

Descrição	**Saldo R$**
Montante Diferido Original	242.239
(-) Parcela já integralizada	(93.537)
(+/-) Atualização CDI e ajustes contratuais	40.731
Saldo a Receber - Atlântica Participações	**189.433**

O valor será integralizado conforme cronograma contratual durante os 3 aniversários subsequentes ao Fechamento, estando a investidora obrigada à subscrição das ações correspondentes, conforme previsto no Acordo. Não existem incertezas relevantes quanto ao recebimento, uma vez que as obrigações encontram-se formalizadas contratualmente, sem condições suspensivas remanescentes.

Remuneração do pessoal-chave da Administração. A administração compreende os Conselheiros de Administração e os Diretores Estatutários. A remuneração paga ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários e outros benefícios	**16.862**	19.379	**20.113**	23.280
	16.862	19.378	**20.113**	23.281

Controlador final. O controle final da Companhia pertence à Família Leal (pessoas físicas). **12. Garantia de reembolso de ativo indenizatório.** A Companhia e suas controladas mantêm direitos contratuais de reembolso relacionados a contingências identificadas em combinações de negócios realizadas em exercícios anteriores. Esses direitos decorrem de cláusulas de indenização previstas nos contratos de aquisição de determinados hospitais incorporados ao Grupo, pelas quais os vendedores originais assumiram a responsabilidade por contingências existentes até a data da aquisição. Esses contratos estabelecem que, caso a Companhia seja obrigada a realizar pagamentos ou reconhecer provisões decorrentes de processos trabalhistas, cíveis, tributários ou outras contingências originadas antes da data de aquisição, os vendedores deverão indenizar integral ou parcialmente a Companhia. Os reembolsos são considerados praticamente certos, razão pela qual são registrados como ativo indenizatório, nos termos da ICPC 22. A Companhia avalia periodicamente a validade jurídica desses direitos de reembolso, incluindo: • vigência contratual; • possibilidade de execução; • histórico de recebimento de indenizações; • postura dos antigos sócios quanto ao cumprimento das obrigações. Com base nessa avaliação, a Administração conclui que o direito permanece válido e executável. **12.1 Critérios de mensuração.** O ativo indenizatório é mensurado pelo valor presente do reembolso esperado, limitado ao montante da gastos ocorridos nas investidas. A Administração utiliza informações fornecidas pelos assessores jurídicos, histórico de acordos, decisões judiciais relevantes e análise da capacidade de cumprimento dos vendedores. Não há evidências de risco material de não recebimento. O valor registrado representa a melhor estimativa do fluxo de benefícios econômicos futuros decorrentes da cobertura contratual. **12.2 Riscos associados.** Embora o direito seja considerado praticamente certo, a Companhia monitora os seguintes riscos: • divergências interpretativas sobre quais contingências estão cobertas; • prescrição de direitos de reembolso se não executados tempestivamente; • mudanças de entendimento jurídico envolvendo processos antigos. Até a data-base, a Administração não identificou indícios de perda do direito. **12.3 Saldo e Movimentação do exercício.** O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, de garantia de reembolso de ativo indenizatório está composto por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo indenizatório aquisição M2 Participações	**7.698**	36.140	**8.890**	37.293
Ativo indenizatório aquisição Procardio	**14.707**	12.823	**14.707**	12.823
Ativo indenizatório aquisição Ânima	**1.416**	674	**1.416**	674
Ativo indenizatório aquisição Hospital Ortopédico	**880**	854	**880**	854
	24.702	50.491	**25.893**	51.644

A movimentação do ativo indenizatório consolidado foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**50.491**	24.817	**51.681**	25.970
Reconhecimento do direito a reembolso	**16.469**	25.674	**16.469**	25.674
(–) Realização de indenizações (a)	**(42.258)**	–	**(42.257)**	–
Saldo final	**24.702**	50.491	**25.893**	51.644

(a) A redução líquida reflete principalmente acordos concluídos no período.

13. Investimentos

	Controladora		
Participações em controladas	Participação societária	31/12/2025	31/12/2024
M2 Participações Societárias	100%	**455.036**	435.168
Ânima Centro Hospitalar	100%	**167.554**	147.483
Hospital Ortopédico	100%	**23.434**	21.937
Hospital Prontonorte S/A	100%	**319.229**	265.202
Hospital Maria Auxiliadora S/A	100%	**266.368**	208.509
Centro Radiológico de Brasília S/A	100%	**7.856**	7.253
Centro Radiológico do Gama S/A	100%	**7.031**	6.885
Vaga certa serviços de estacionamento Ltda.	100%	**3.219**	2.481
Procardio Centro Cardio Respiratório	100%	**141.572**	124.890
		1.391.299	**1.219.808**

Composição dos investimentos

	31/12/2025			
Composição dos investimentos	**Patrimônio líquido**	**Ágio**	**Mais valia de ativos**	**Saldo de investimentos**
M2 Participações Societárias	**150.343**	**299.135**	**5.559**	**455.036**
Ânima Centro Hospitalar	**107.681**	**35.094**	**24.779**	**167.554**
Hospital Ortopédico	**10.101**	**8.748**	**4.585**	**23.434**
Procardio Centro Cardio Respiratório	**63.161**	**75.225**	**3.186**	**141.572**
Hospital Prontonorte S/A	**318.439**	**–**	**790**	**319.229**
Hospital Maria Auxiliadora S/A	**266.368**	**–**	**–**	**266.368**
Centro Radiológico de Brasília S/A	**7.856**	**–**	**–**	**7.856**
Centro Radiológico do Gama S/A	**7.031**	**–**	**–**	**7.031**
Vaga certa serviços de estacionamento	**3.219**	**–**	**–**	**3.219**
	934.199	**418.202**	**38.899**	**1.391.299**

	31/12/2024			
Composição dos investimentos	**Patrimônio líquido**	**Ágio**	**Mais valia de ativos**	**Saldo de investimentos**
M2 Participações Societárias	132.627	299.135	3.406	435.168
Ânima Centro Hospitalar	87.873	35.094	24.516	147.483
Hospital Ortopédico	8.508	8.748	4.681	21.937
Procardio Centro Cardio Respiratório	46.389	75.225	3.278	124.891
Hospital Prontonorte S/A	265.202	–	–	265.202
Hospital Maria Auxiliadora S/A	208.509	–	–	208.509
Centro Radiológico de Brasília S/A	7.253	–	–	7.253
Centro Radiológico do Gama S/A	6.885	–	–	6.885
Vaga certa serviços de estacionamento	2.481	–	–	2.481
	765.726	**418.202**	**35.881**	**1.219.808**

Teste de Recuperação dos Investimentos (*Impairment*). A Administração avaliou, na data-base de 31 de dezembro de 2025, se existiam indícios de perda por redução ao valor recuperável dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e no CPC 18 – Investimento em Coligada, Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto. A análise considerou indicadores internos e externos, incluindo desempenho operacional das investidas, evolução de margens, perspectivas de geração de caixa futura, estrutura de capital, mudanças regulatórias e demais fatores relevantes. Para as investidas que apresentaram sinais de deterioração ou volatilidade significativa de resultados, a Companhia estimou o valor recuperável com base no valor em uso,

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.

CNPJ: 00.025.841/0001-53

utilizando projeções de fluxo de caixa aprovadas pela Administração para um horizonte de 10 anos, taxa de desconto correspondente ao custo médio ponderado de capital do setor hospitalar e crescimento de longo prazo compatível com o mercado. Após essa avaliação, a Administração concluiu que o valor recuperável dos investimentos excede seus respectivos valores contábeis, não havendo necessidade de reconhecimento de perda por *impairment* na presente data-base.

Movimentação do investimento

	M2 Participações Societárias	Ânima Centro Hospitalar	Hospital Ortopédico	Procardio	Hospital Prontonorte S/A	Hospital Maria Auxiliadora S/A	Centro Radiológico de Brasília S/A	Centro Radiológico do Gama S/A	Vaga certa serviços de estacionamento Ltda	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2024	**391.049**	**132.153**	**21.787**	**99.365**	**222.530**	**161.045**	**5.476**	**6.263**	**1.271**	**1.040.939**
Adiantamento para futuro aumento de capital	40.317	13.849	5.610	23.970	1.500	–	1.800	–	–	87.046
Equivalência patrimonial	3.928	2.048	(5.364)	2.586	53.885	62.248	(23)	816	1.210	121.334
Depreciação mais valia de ativos	(126)	(567)	(96)	(1.031)	–	–	–	–	–	(1.820)
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	(12.798)	(14.784)	–	(194)	–	(27.776)
Outros	–	–	–	–	85	–	–	–	–	85
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**435.168**	**147.483**	**21.937**	**124.890**	**265.202**	**208.509**	**7.253**	**6.885**	**2.481**	**1.219.808**
Adiantamento para futuro aumento de capital	**25.631**	**17.400**	**3.780**	**24.590**	**–**	**–**	**400**	**–**	**–**	**71.801**
Equivalência patrimonial	**(7.915)**	**2.407**	**(2.187)**	**(7.305)**	**69.819**	**75.880**	**266**	**192**	**1.631**	**132.788**
Dividendos distribuídos	**–**	**–**	**–**	**–**	**(16.582)**	**(18.022)**	**(63)**	**(45)**	**–**	**(34.712)**
Depreciação mais valia de ativos	**(122)**	**(736)**	**(96)**	**(92)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(1.046)**
Perda por impairment ágio	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Capitalização de juros obras	**2.274**	**1.000**	**–**	**–**	**790**	**–**	**–**	**–**	**–**	**4.064**
Outros	**–**	**–**	**–**	**(511)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(893)**	**(1.404)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**455.036**	**167.554**	**23.434**	**141.572**	**319.229**	**266.367**	**7.856**	**7.032**	**3.219**	**1.391.299**

Demonstrações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024. As demonstrações financeiras resumidas relativas as controladas nas quais a Companhia possui participação são as seguintes:

	31/12/2025				31/12/2024			
Empresas	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Resultado do exercício**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio líquido**	**Resultado do exercício**
M2 Participações	**279.378**	**129.160**	**150.083**	**(7.915)**	206.474	73.847	132.627	3.928
Hospital Ortopédico	**11.602**	**1.501**	**10.101**	**(2.187)**	10.504	1.995	8.508	(5.365)
Ânima Centro Hospitalar	**144.647**	**36.966**	**107.681**	**2.408**	126.208	38.336	87.873	2.048
Procardio Centro Cardio Respiratório	**80.670**	**25.131**	**55.539**	**(7.307)**	68.035	29.241	38.794	2.588
Hospital Prontonorte S/A	**512.209**	**197.019**	**318.383**	**69.819**	445.156	179.954	265.202	53.885
Hospital Maria Auxiliadora S/A	**422.700**	**158.255**	**266.109**	**75.880**	342.407	133.898	208.509	62.247
Centro Radiológico de Brasília S/A	**9.522**	**1.666**	**7.856**	**266**	10.116	2.862	7.253	(23)
Centro Radiológico do Gama S/A	**8.361**	**1.331**	**7.031**	**192**	8.251	1.366	6.885	816
Vaga certa serviços de estacionamento	**3.403**	**184**	**3.219**	**1.631**	2.627	146	2.481	1.209
	1.472.492	**551.213**	**926.002**	**132.787**	**1.219.778**	**461.645**	**758.132**	**121.333**

14. Propriedades para investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Imóveis – terrenos	**32.809**	32.809	**35.289**	35.289
(-) Redução ao valor recuperável	**(2.097)**	(2.742)	**(2.097)**	(2.742)
	30.712	30.067	**33.192**	32.547

Reconhecidas inicialmente pelo método do custo, as propriedades para investimento, compostas por imóveis que são mantidas para rendimentos e não são ocupadas pela Companhia. O valor justo da propriedade para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos e independentes, a nível na hierarquia do valor justo nível 3, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. As propriedades para investimento referem-se a terrenos que no momento não se encontram arrendados a terceiros e, portanto, não geraram receitas no exercício.

Técnica de avaliação

Técnica utilizada na elaboração do laudo de avaliação patrimonial que embasou a mensuração pelo valor justo foi a precificação média de mercado, através do método comparativo direto de dados do mercado. Esse método foi determinado a partir da análise técnica do comportamento do mercado imobiliário relativo a imóveis assemelhados, de mesmo segmento e que estejam enquadrados no mesmo universo mercadológico.

Dados observáveis significativos

Terreno na Asa Norte:
- Modelo: Terrenos assemelhados de mesmo segmento corporativo.
- Dados e variáveis: Total de dados/considerados = 14/14 preços de mercado. Total de variáveis/considerados = 4/4.
- Variável: Área total: 7.000 valor justo: R$ 38.939

Terreno em Ceilândia:
- Modelo: Terreno semelhantes na cidade-satélite Ceilândia.
- Dados e variáveis: Total de dados/considerados = 17/17 preços de mercado. Total de variáveis/considerados = 4/4.
- Variável: Área total: de 5.000 e valor justo: R$ 8.653.

15. Imobilizado

	Controladora				Consolidado				
	2025			2024	2025			2024	Taxa anual de depreciação
Descrição do Bem	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Líquido**	**Líquido**	**Custo**	**Depreciação Acumulada**	**Líquido**	**Líquido**	
Edificações e Construções	**126.564**	**(31.819)**	**94.745**	97.019	**424.624**	**(68.758)**	**355.866**	273.553	2%
Imóveis de Terceiros - Direito de Uso	**7.123**	**(2.330)**	**4.793**	1.231	**15.283**	**(2.904)**	**12.379**	1.235	5,6%
Terrenos	**4.887**	**–**	**4.887**	4.887	**23.191**	**–**	**23.191**	23.191	0%
Móveis e utensílios	**18.244**	**(10.796)**	**7.448**	6.951	**44.880**	**(24.163)**	**20.717**	20.698	10%
Máquinas e equipamentos hospitalares	**184.334**	**(106.651)**	**77.682**	85.351	**348.472**	**(199.559)**	**148.913**	160.352	11,96%
Máquinas e equipamentos diversos	**–**	**–**	**–**	–	**449**	**(183)**	**266**	307	10%
Equipamentos de refrigeração	**6.416**	**(3.106)**	**3.310**	2.982	**13.088**	**(6.322)**	**6.767**	6.661	10%
Equipamentos de informática	**13.736**	**(10.307)**	**3.429**	3.532	**28.925**	**(21.199)**	**7.725**	8.588	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**572**	**(42)**	**531**	500	**17.365**	**(42)**	**17.323**	500	10%
Benfeitorias em imóveis próprios	**16.765**	**–**	**16.765**	–	**28.272**	**–**	**28.272**	–	10%
Elevadores	**1.198**	**(822)**	**377**	496	**2.553**	**(1.478)**	**1.075**	1.330	10%
Veículos	**738**	**(731)**	**7**	47	**2.307**	**(1.727)**	**580**	750	20%
Instalações	**28.104**	**(5.817)**	**22.287**	23.284	**50.554**	**(11.211)**	**39.343**	41.980	10%
Construções em andamento (a)	**55.030**	**–**	**55.030**	36.124	**98.094**	**–**	**98.094**	119.808	0%
Ferramentas	**14**	**(9)**	**5**	8	**42**	**(19)**	**23**	22	10%
Outras imobilizações	**395**	**–**	**394**	1.258	**443**	**(34)**	**408**	1.214	0%
Total	**464.120**	**(172.430)**	**291.690**	**263.670**	**1.098.542**	**(337.599)**	**760.942**	**660.189**	

(a) Construções em andamento, são gastos com modernização, expansões e revitalizações do prédio atual. Incluídos neste montante estão capitalizados custos de empréstimos no montante de R$ 8.863, calculados utilizando uma taxa de capitalização de 15,33%.

15.1 Análise de impairment do imobilizado: A Administração avaliou a existência de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para fins avaliação da recuperabilidade dos ativos não financeiros, não indicando a necessidade de qualquer provisionamento. **15.2 Movimentação patrimonial:**

Controladora			2025			
Descrição do Bem	**31/12/2024**	**Aquisições**	**Baixa**	**Transferências**	**Dep.Período**	**31/12/2025**
Edificações e Construções	**97.019**	**–**	**–**	**–**	**(2.273)**	**94.745**
Imóveis de Terceiros - Direito de Uso	**1.231**	**5.817**	**–**	**–**	**(2.256)**	**4.793**
Terrenos	**4.887**	**–**	**–**	**–**	**–**	**4.887**
Móveis e utensílios	**6.951**	**1.881**	**(130)**	**–**	**(1.253)**	**7.448**
Máquinas e equipamentos hospitalares	**85.351**	**10.631**	**–**	**–**	**(18.300)**	**77.682**
Equipamentos de refrigeração	**2.982**	**802**	**–**	**–**	**(474)**	**3.310**
Equipamentos de informática	**3.532**	**1.134**	**–**	**–**	**(1.237)**	**3.429**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**500**		**–**	**51**	**(21)**	**531**
Benfeitorias em imóveis próprios		**–**	**–**	**16.765**	**–**	**16.765**
Elevadores	**496**	**–**	**–**	**–**	**(120)**	**377**
Veículos	**47**	**–**	**–**	**–**	**(40)**	**7**
Instalações	**23.284**	**1.281**	**–**	**396**	**(2.674)**	**22.287**
Construções em andamento	**36.124**	**36.119**	**–**	**(17.212)**	**–**	**55.030**
Ferramentas	**8**	**–**	**–**	**–**	**(3)**	**5**
Outras	**1.258**	**–**	**(864)**	**–**	**–**	**394**
Total	**263.670**	**57.665**	**(994)**	**–**	**(28.651)**	**291.690**

Controladora			2024			
Descrição do Bem	**31/12/2023**	**Aquisições**	**Baixa**	**Transferências**	**Dep.Período**	**31/12/2024**
Edificações e Construções	99.292	–	–	–	(2.273)	97.019
Imóveis de Terceiros - Direito de Uso	1.847	–	–	–	(616)	1.231
Terrenos	4.887	–	–	–	–	4.887
Móveis e utensílios	7.233	948	–	61	(1.291)	6.951
Máquinas e equipamentos hospitalares	87.548	9.763	–	4.372	(16.331)	85.351
Equipamentos de refrigeração	2.740	591	–	83	(432)	2.982
Equipamentos de informática	3.257	1.296	–	264	(1.285)	3.532
Benfeitórias em imovéis de terceiros	521	–	–	–	(21)	500
Elevadores	551	60	–	–	(114)	496
Veículos	87	–	–	–	(40)	47
Instalações	25.381	526	–	–	(2.622)	23.284
Construções em andamento	27.160	8.964	–	–	–	36.124
Ferramentas	10	–	–	–	(3)	8
Outras	5.022	1.068	(52)	(4.780)	–	1.258
Total	**265.536**	**23.216**	**(52)**	**–**	**(25.028)**	**263.670**

Consolidado			2025			
Descrição do Bem	**31/12/2024**	**Aquisições**	**Baixa**	**Transferências**	**Dep.Período**	**31/12/2025**
Edificações e Construções	**274.011**	**49.215**	**–**	**39.201**	**(6.561)**	**355.866**
Imóveis de Terceiros - Direito de Uso	**1.235**	**13.935**	**–**	**–**	**(2.791)**	**12.379**
Terrenos	**23.191**	**–**	**–**	**–**	**–**	**23.191**
Móveis e utensílios	**20.699**	**3.564**	**(171)**	**8**	**(3.383)**	**20.717**
Máquinas e equipamentos hospitalares	**160.338**	**22.099**	**(28)**	**79**	**(33.575)**	**148.913**
Máquinas e equipamentos diversos	**350**	**–**	**–**	**–**	**(84)**	**266**
Equipamentos de refrigeração	**6.661**	**1.220**	**(12)**	**–**	**(1.102)**	**6.767**
Equipamentos de informática	**8.552**	**2.081**	**(5)**	**(6)**	**(2.897)**	**7.725**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**501**	**–**	**–**	**16.843**	**(21)**	**17.323**
Benfeitorias em imóveis próprios	**–**	**321**	**–**	**28.366**	**(7)**	**28.680**
Elevadores	**1.330**	**–**	**–**	**–**	**(255)**	**1.075**
Veículos	**1.105**	**82**	**(102)**	**(356)**	**(149)**	**580**
Instalações	**42.179**	**1.883**	**–**	**399**	**(5.118)**	**39.343**
Construções em andamento	**119.264**	**63.279**	**–**	**(84.449)**	**–**	**98.094**
Ferramentas	**22**	**8**	**–**	**–**	**(7)**	**23**
Outras	**751**	**198**	**(864)**	**(85)**	**–**	**–**
Total	**660.189**	**157.885**	**(1.182)**	**–**	**(55.950)**	**760.942**

Consolidado			2024				
Descrição do Bem	**31/12/2023**	**Aquisições**	**Baixa**	**Transferências**	**Dep. Período**	**Implantação**	**31/12/2024**
Edificações e Construções	282.051	–	–	(1.502)	(6.561)	23	274.011
Imóveis de Terceiros - Direito de Uso	1.876	–	–	–	(641)	–	1.235
Terrenos	23.191	–	–	–	–	–	23.191
Móveis e utensílios	20.753	2.645	(24)	412	(3.406)	319	20.699
Máquinas e equipamentos hospitalares	169.216	15.952	(24)	4.610	(29.866)	450	160.338
Máquinas e equipamentos diversos	319	6	(5)	–	(41)	71	350
Equipamentos de refrigeração	5.684	1.216	(20)	198	(962)	545	6.661
Equipamentos de informática	8.282	1.930	(12)	549	(2.855)	658	8.552
Benfeitorias em imóveis de terceiros	522	–	–	–	(21)	–	501
Elevadores	1.232	149	–	175	(226)	–	1.330
Veículos	1.085	190	(1)	–	(169)	–	1.105
Instalações	44.512	793	(6)	1.535	(4.655)	–	42.179
Construções em andamento	82.833	36.451	(1)	(19)	–	–	119.264
Ferramentas	33	17	(5)	–	(19)	(4)	22
Outras	5.333	1.806	(396)	(5.957)	(35)	–	751
Total	**646.922**	**61.155**	**(494)**	**1**	**(49.457)**	**2.062**	**660.189**

16. Intangível

		Controladora					
		31/12/2025			31/12/2024		
Descrição	**Prazo de amortização**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Valor contábil líquido**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Valor contábil líquido**
Vida útil definida							
Softwares	20%	1.576	(735)	841	1.538	(652)	886

		Consolidado					
		31/12/2025			31/12/2024		
Descrição	**Prazo de amortização**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Valor contábil líquido**	**Custo**	**Amortização acumulada**	**Valor contábil líquido**
Vida útil definida							
Softwares	20%	3.682	(2.159)	1.524	4.511	(2.146)	2.366
Vida útil indefinida							
Ágio goodwill M2 Participações		301.099	–	301.099	301.138	–	301.138
Ágio goodwill Hospital Anima Participações		35.094	–	35.094	35.094	–	35.094
Ágio goodwill Hospital Ortopédico		8.748	–	8.748	8.748	–	8.748
Ágio goodwill Clinica Procardio		75.225	–	75.225	75.225	–	75.225
		423.848	**(2.159)**	**421.690**	**424.716**	**(2.146)**	**422.571**

Redução ao valor recuperável. Os ágios são alocados as Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas pela Administração, como sendo cada um dos hospitais, conforme demonstrado na tabela acima. O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, a mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período entre oito e dez anos em função da necessidade de estabilização da curva de reinvestimento do imobilizado, dado que o resultado poderia ser impactado por um valor não normalizado, numa projeção de período menor. As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor de carregamento do dinheiro e os riscos individuais dos ativos subjacentes que não foram incorporados nas estimativas de fluxo de caixa. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (CCMP). O CCMP considera tanto o custo de dívida quanto de capital próprio. O custo de capital próprio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento hospitalar é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta. Os fatores betas são avaliados anualmente com base nos dados de mercado disponíveis ao público. Em 31 de dezembro de 2024 as taxas de desconto utilizadas foram de 12,81% a.a. a 3,5% a.a. e em 31 de dezembro de 2025 as taxas de desconto utilizadas foram de 13,2% a.a. e a taxa de crescimento considerada foi 3,5% a.a. As premissas utilizadas no cálculo contemplam indicadores macroeconômicos que são obtidos com base em índices publicados, além de considerar riscos no mercado atual e riscos individuais do negócio, crescimento orgânico e verticalização da Companhia. As estimativas de resultado levam em consideração a experiência passada, ajustado principalmente pelos seguintes fatores: • Crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento históricos e o plano de negócios atualizado do Grupo; • Presume-se que o preço dos serviços aumente em linha com a inflação prevista para os próximos anos; • As premissas de custos e despesas operacionais seguiram a linha das utilizadas para receita de modo que venham a refletir os comportamentos históricos, efeitos do plano de negócios do Grupo para os próximos anos, assim como condições mercadológicas; • As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. Para um período acima de dez anos, é usada uma taxa que baliza um cenário de crescimento conservador em níveis da inflação, que foi estimada para os períodos subsequentes, e esta taxa é de 3,5% a.a. A Administração acredita que as taxas de crescimento são justificadas com base no planejamento estratégico do Grupo para os próximos anos e de projeções de mercado, resultando assim na conclusão de que não foi identificada a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Materiais e medicamentos	**38.765**	44.595	**104.382**	85.431
Serviços médicos	**28.785**	33.159	**57.315**	49.540
Serviços de exames e laboratórios	**1.743**	1.721	**2.294**	12.640
Imobilizado	**2.278**	895	**2.718**	1.586
Serviços de manutenção	**561**	390	**1.198**	755
Materiais diversos	**4.486**	3.676	**4.725**	3.939
Serviços contratos de pessoa jurídica	**9.097**	4.870	**11.448**	5.828
Serviços partes relacionadas	**–**	–	**–**	6
Outros serviços de pessoa jurídica	**133**	156	**8.010**	9.114
	85.848	89.464	**192.091**	168.839

18. Empréstimos e financiamentos

			Controladora		Consolidado	
Modalidade	**Taxa média de encargos %**	**Vencimento**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Moeda Estrangeira						
Capital de giro estrangeiro	3,86% a 5,56% a.a	2023-2029	**297.780**	366.999	**297.780**	366.999
Moeda Nacional:						
FCO obras e construções	de 3,53% a.a indexado TFC	2015-2022	**–**	–	**222**	2.833
FCO equipamentos hospitalares	de 2,0% a 3,70% a.a indexado SWAP	2022-2027	**3.022**	4.947	**3.344**	5.358
Nota comercial (a)	1,90% a.a. indexado CDI	2032	**260.412**	–	**260.412**	–
Capital de giro	de 1,07% a 14,72% a.a indexado CDI	2019-2029	**296.679**	590.205	**296.812**	593.554
			857.893	**962.151**	**858.570**	**968.744**
Circulante			**115.146**	**196.364**	**115.640**	**202.098**
Não circulante			**742.747**	**765.787**	**742.930**	**766.646**

(a) Emissão de notas comerciais escriturais, em 25 de agosto de 2025, a Companhia realizou sua 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, no montante total de R$ 265 milhões, com vencimento final em agosto de 2032. A oferta pública foi realizada sob o rito de registro automático, destinada a investidores profissionais, regida pela regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os empréstimos são garantidos por aval de sócios. Em algumas operações cuja captação foi realizada para a aquisição de máquinas e equipamentos, estes bens são dados em garantia para o financiamento contratado. Os títulos são remunerados por 100% da taxa DI acrescida de 1,90% ao ano, com pagamento mensal de juros e amortização do principal a partir do 24º mês após a emissão, não possuindo garantias.

(i) Movimentação dos empréstimos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldo anterior	**962.151**	846.828	**968.744**	878.071
Captações	**259.914**	311.000	**259.914**	311.000
Juros incorridos	**55.899**	126.578	**56.177**	128.697
Pagamento de principal	**(301.729)**	(264.515)	**(307.075)**	(288.837)
Pagamento de juros	**(118.341)**	(109.151)	**(119.189)**	(111.598)
Variação cambial	**–**	51.411	**–**	51.411
	857.893	962.151	**858.570**	968.744

(ii) Dívida por ano de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
2025	–	196.364	–	202.243
2026	115.146	164.683	115.640	165.210
2027	125.914	171.797	126.001	171.885
2028	154.712	164.896	154.800	164.995
2029	462.121	264.411	462.181	264.411
	857.893	**962.151**	**858.570**	**968.744**

a. Covenants: O Grupo possui contratos de empréstimos com cláusulas restritivas financeiras (*covenants*) e não financeiras que estão relacionadas ao atendimento do índice Dívida líquida consolidada / EBTIDA e cláusulas de cross default que dá o direito ao credor executar antecipadamente a dívida. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo testou e cumpriu com todas as obrigações contratualizada com seus credores que pudessem antecipar o vencimento da dívida.

19. Obrigações trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Salários e ordenados	**6.820**	6.413	**18.483**	16.969
Renumeração variável	**9.944**	7.915	**11.982**	9.833
Provisão trabalhistas e encargos	**13.531**	13.178	**34.008**	32.568
FGTS	**949**	927	**2.467**	3.265
INSS	**2.947**	2.828	**7.685**	6.496
	34.191	**31.261**	**74.625**	**69.131**

20. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
PIS e COFINS a recolher	**10.621**	14.291	**27.985**	32.210
ISS a recolher	**5.594**	5.041	**17.145**	11.615
Tributos retidos na fonte	**2.573**	1.610	**4.997**	6.092
Outras obrigações tributarias	**–**	1.042	**–**	1.048
	18.788	21.984	**50.127**	50.965

21. Parcelamentos tributários

	Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Parcelamento ordinário previdenciário (a)	**11.533**	14.771
Parcelamento de Impostos retidos na fonte (b)	**4.812**	6.605
Parcelamento de PIS e COFINS (c)	**1.017**	1.920
Parcelamento de Simples nacional (d)	**262**	828
	17.624	**24.123**
Circulante	**7.031**	**9.909**
Não circulante	**10.593**	**14.214**

(a) Refere-se substancialmente pela adesão de parcelamento do FGTS em janeiro de 2013, originado dos valores do FGTS sobre folha de pagamentos dos anos anteriores a 2013 (incluindo 13º salário), que foi integralmente liquidado em 2023, assim como, 45 parcelamentos realizados por meio de adesão a parcelamento ordinário previdenciário simplificado. Os saldos foram divididos em até 180 parcelas, com início a partir de 01/11/2009 e com vencimento final em 29/01/2030. (b) Refere-se a 18 parcelamentos tributários formalizados pela Companhia junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, relativos a tributos retidos na fonte, incluindo IRRF, CSRF e INSS. Os parcelamentos foram constituídos com prazo de pagamento de até 84 parcelas mensais e sucessivas, com início em 31 de janeiro de 2018 e vencimento final previsto para 30/07/2027. (c) Refere-se a 8 parcelamentos efetuados pela HME juntos a PGFN decorrente de débitos

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.

CNPJ: 00.025.841/0001-53

de PIS e COFINS com início a partir de 28/12/2017 e com vencimento final em 30/12/2024, assim como, 5 parcelamentos aderidos junto a PGFN e RFB pela Procardio, referente a débitos de PIS e COFINS, com início partir de 31/10/20219 e com vencimento final em 25/02/2028. (d) Refere-se a parcelamentos, realizados pela controlada Hospital Medicina Especialista, por meio de adesão a parcelamento REFIS do simples nacional de unidades incorporadas pela entidade em 2020, em até 180 parcelas, com início em 01/11/2009 e com vencimento final em 28/07/2030. **Cronograma de vencimento dos parcelamentos**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
2025	–	9.543
2026	**7.031**	7.489
2027	**6.613**	6.177
Acima 2028	**3.980**	914
	17.624	**24.123**

22. Contas a pagar por aquisição de empresas: As contas a pagar por aquisição de empresas referem-se às obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas decorrentes de combinações de negócios realizadas em exercícios anteriores. Esses valores representam parcelas vincendas contratadas com os antigos acionistas das adquiridas, incluindo componentes fixos e variáveis quando aplicável. As obrigações são mensuradas inicialmente pelo valor justo na data da aquisição e subsequentemente atualizadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, conforme previsto no CPC 15 – Combinação de Negócios e CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A composição dos saldos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações Aquisições da M2 Participações	**74.529**	139.388	**74.529**	139.388
Obrigações Aquisições da Hospital Ânima Ltda.	**1.892**	4.200	**1.892**	4.200
Obrigações Aquisições da Procardio	**23.354**	20.526	**23.354**	20.526
Obrigações Aquisições da Hospital Ortopédico Ltda.	**717**	629	**717**	629
Obrigações Aquisições da G14 Empreendimentos Ltda.	**2.456**	2.378	**2.456**	2.378
Obrigações Aquisições da Top Life	**1.400**	–	**1.400**	–
	104.348	167.121	**104.348**	167.121
Circulante	**36.646**	141.672	**36.646**	141.672
Não circulante	**67.702**	25.449	**67.702**	25.449
	104.348	167.121	**104.348**	167.121

Cronograma de pagamento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	–	141.672	–	141.673
2026	36.646	13.019	36.646	13.019
2027	13.573	12.430	13.573	12.430
2028	10.200	–	10.200	–
2029	43.929	–	43.929	–
	104.348	**167.121**	**104.348**	**167.121**

Os valores são atualizados de acordo com cada contrato de compra e venda, utilizando os respectivos índices: • M2 Participações: 100% do IGP-M; • Hospital Ânima Ltda.: 100% do IGP-DI; • Procardio centro cardio respiratório: 100% do CDI; • Hospital Ortopédico Ltda. e G14 Empreendimentos Ltda.: 100% do IPCA.

23. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos de Clientes	**1.599**	1.292	**6.922**	3.866
Obrigações com GGSH participações S/A (a)	**20.588**	21.038	**64.029**	65.429
Obrigações com fornecedores a longo prazo	**6.055**	12.537	**6.055**	12.537
Contrato Exclusividade Folha de pagamento (b)	–	–	**6.103**	6.814
Arrendamentos (f)	**5.002**	1.542	**12.512**	1.542
Parcelamento Energisa (c)	–	–	–	373
Parcelamento Hospital das Clinicas (d)	–	–	**445**	1.349
Empréstimos tomados de produtos (e)	**17.657**	13.270	**34.305**	46.274
Outros obrigações a pagar	**467**	35	**2.314**	1.326
	51.368	49.713	**132.685**	139.509
Circulante	**20.465**	15.825	**67.764**	55.640
Não circulante	**30.903**	33.888	**64.920**	83.869
	51.368	49.713	**132.685**	139.510

(a) Em agosto de 2021 o Grupo Santa e o Grupo Gestor em Serviços de Hemoterapia ("GGSH") firmaram contrato com objetivo de regular a prestação dos serviços de Hemoterapia e fornecimento de hemocomponentes a serem utilizados em pacientes atendidos pelo hospital. Parte do valor negociado foi recebido antecipadamente pela Companhia e será amortizado ao longo da vigência contratual (50 anos) pelo método linear. (b) Em fevereiro de 2022 foi firmado convênio junto a uma instituição financeira com objetivo de ceder a exclusividade do processamento da folha de pagamento da Companhia e suas partes relacionadas. O montante de R$10.000 foi recebido à vista e será amortizado ao longo da vigência contratual de 7 anos. (c) Em outubro de 2019 foi firmado junto a Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. contrato com objetivo de negociar às faturas de fornecimento de energia elétrica vencidas até outubro de 2019. O contrato prevê a liquidação da dívida em 70 parcelas mensais, a partir de novembro de 2019. (d) Em outubro 2019 foi firmado acordo judicial junto ao Hospital das Clínicas de Mato Grosso com objetivo de negociar indenização contratual. O contrato prevê liquidação do saldo em 80 parcelas mensais e consecutivas, a partir da assinatura do acordo. (e) Refere-se aos medicamentos adquiridos pela Companhia por meio de operações de empréstimo com grupo Santa Lúcia e terceiros. A transação é realizada por valor de custo dos estoques e a realização ocorre com a devolução dos medicamentos, no curso normal dos negócios. (f) Refere-se aos contratos de arrendamentos do grupo abrangidos pelo CPC 06 (R2), abaixo segue a movimentação:

	Controlador	Consolidado
Saldo inicial	**1.542**	**1.552**
Novos contratos e atualizações	**5.817**	**13.935**
Juros incorridos	**1.324**	**1.511**
Pagamentos	**(3.682)**	**(4.485)**
Saldo final	**5.002**	**12.512**

24. Provisão para demandas judiciais: O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributárias, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Administração do Grupo adotou os critérios de provisionamentos de provisões trabalhistas e cíveis, por meio de critérios internos administrativos e acompanhamentos jurídicos, mantendo os controles e aprimorando os critérios de avaliação, nos controles internos, nos critérios de reconhecimento e nas bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências. Abaixo apresentamos as principais características:

	Controladora		Consolidado	
Natureza	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	**2.547**	2.356	**10.778**	14.301
Cíveis	**3.619**	4.114	**5.251**	5.520
Administrativas	**20**	20	**745**	745
	6.186	**6.491**	**16.774**	**20.565**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais (Ativo não circulante)	**6.839**	**5.601**	**14.428**	**11.688**

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial de contingências trabalhistas	**2.356**	**4.210**	**14.301**	**17.831**
Provisão de contingências trabalhistas	**1.583**	1.330	**2.550**	3.638
(-) Reversão contingências trabalhistas	**(1.392)**	(3.184)	**(6.073)**	(7.168)
(=) Provisões contingências trabalhistas	**2.547**	**2.356**	**10.778**	**14.301**
Saldo Inicial de contingências cíveis	**4.114**	**14.496**	**5.520**	**16.382**
Provisão de contingências cíveis	**2.122**	832	**3.808**	1.378
(-) Reversão contingências cíveis	**(2.617)**	(11.213)	**(4.077)**	(12.241)
(=) Provisões contingências cíveis	**3.619**	**4.114**	**5.251**	**5.520**
Saldo Inicial de contingências administrativas	**20**	**–**	**745**	**–**
Provisão de contingências cíveis	**–**	20	**–**	745
(=) Provisões contingências cíveis	**20**	**20**	**745**	**745**
Movimentação demandas judiciais	**(304)**	**(12.215)**	**(3.792)**	**(13.648)**
Saldo Final	**6.186**	**6.491**	**16.774**	**20.565**

As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a outros pleitos indenizatórios. **Processos classificados como possíveis de perda e não provisionados contabilmente:** De acordo com a posição dos consultores jurídicos da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as ações com possibilidade de perda possível estavam assim resumidas:

	Controladora		Consolidado	
Natureza	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista (a)	**13.475**	12.759	**39.761**	36.410
Cíveis (b)	**4.795**	4.962	**12.977**	5.704
Tributário (c)	**15.121**	23.077	**36.034**	78.187
	33.390	40.798	**88.772**	120.301

(a) Trabalhista: O Grupo possui ações trabalhistas que envolvem discussões sobre pretensões de diferenças salariais e outros pleitos. (b) Cíveis Processos relacionados a indenizações por danos materiais e morais. A Companhia contesta as alegações em juízo. (c) Tributários: Os processos tributários referem-se, principalmente, a questionamentos da Receita Federal do Brasil sobre a existência de vínculo empregatício entre o Grupo e médicos que prestam serviços em seus hospitais por meio de prestação de serviços de pessoa jurídica. Diante disso, o órgão fiscalizador emitiu autuações exigindo o pagamento de contribuições sociais e encargos. Atualmente, o Grupo está judicialmente contestando essas exigências. **25. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, totalmente subscrito e integralizado de R$ 1.041.118 (R$ 1.041.118 em 31 de dezembro de 2024), representada por 954.113.698 ações nominativas ordinárias (954.113.698 em 31 de dezembro de 2024). Durante o exercício de 2024, houve o incremento do capital da Companhia no montante de R$ 406.265, sendo esse ocorrido nos eventos e datas descritas a seguir: • Em 25 de junho de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social em R$ 6.264 mediante a emissão de 5 novas ações normativas ordinárias. Assim nesta data, o capital social integralizado e subscrito é de R$ 641.118, representado por 789.000.010 ações ordinárias; e • Em 30 de setembro de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social no valor de R$ 400.000 mediante a emissão de 165.114.688 novas ações normativas ordinárias. Consequentemente, nesta data, o capital social integralizado e subscrito é de R$ 1.041.118, representado por 954.113.698 ações ordinárias. **b. Reserva de Lucros: Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 2024 a reserva de lucros foi integralmente compensada com prejuízos. Após compensação total do prejuízo, a Companhia voltará a construir reserva legal. Em 2025 a reserva de lucros foi constituída no valor de R$ 6.084 após compensação dos prejuízos acumulados. **Reserva de retenção lucros:** A reserva de retenção de lucros é constituída anualmente em conformidade com a proposta de destinação do resultado do exercício conforme deliberado em assembleia-geral ordinária. Após a constituição da reserva legal, distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio o saldo remanescente é destinado como reserva de retenção de lucros. Em 2025 a reserva de lucros foi constituída no valor de R$ 8.329 após compensação dos prejuízos acumulados. **Fundo de resgate de parte beneficiárias:** A Companhia possui fundo de resgate de partes beneficiárias emitidas nos termos do Estatuto Social. O saldo histórico em 2025 é de R$ 553. **c. Transação de capital:** Em 2023, a Administração da Companhia realizou transações societárias as quais tiveram como objeto a realização de uma reorganização no organograma societário, onde os acionistas família Leal passaram as ações das demais unidades para o Hospital Santa Lucia S.A. Gerando transação de capital no patrimônio da Companhia no valor de R$ 30.967. Em 2025, houve o incremento na transação entre sócios da Companhia no montante de R$ 315.001, sendo esse ocorrido nos eventos e datas descritas a seguir: • Administração reconheceu no patrimônio líquido da Companhia uma transação de capital no montante de R$ (5.304), decorrente do acordo de investimento firmado com a Atlântica Hospitais e Participações S.A., correspondente a superveniências ativas que serão futuramente pagas aos acionistas da Família Leal. • Administração reconheceu a transação de capital no patrimônio líquido da Companhia no valor de R$ 282.970, referente aos efeitos do acordo de investimento com a Atlântica Hospitais e Participações S.A., conforme detalhado na Nota Explicativa 11.g), sendo que as integralizações serão realizadas mediante subscrição de novas ações. • Ainda durante o exercício, a Administração reconheceu no patrimônio líquido da Companhia o efeito do ajuste a valor presente no montante de R$ 37.335, referente aos dividendos deliberados em AGE – Assembleia Geral Extraordinária, cujo pagamento está previsto até 2028. Para fins de mensuração do ajuste, foi utilizada como taxa de desconto a taxa média de captação de recursos da Companhia. Consequentemente, com as transações de capital realizadas em 2025, o saldo atualizado é de R$ 345.968. **d. Dividendos mínimos obrigatórios:** Conforme disposição estatutária aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A movimentação dos dividendos está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Dividendos a pagar - 31 de dezembro de 2024	**–**	**24.781**
Pagamentos no exercício	–	(24.781)
Dividendo mínimos obrigatórios do exercício	26.906	26.906
Dividendo complementares	80.369	80.369
Dividendos distribuídos em 2025	**107.275**	**107.275**
(-) Ajuste a valor presente	(37.335)	(37.335)
Dividendos a pagar - 31 de dezembro de 2025	**69.940**	**69.940**

26. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas de serviços hospitalares	**999.829**	941.137	**2.241.578**	2.108.481
Receitas com estacionamento	**–**	–	**4.725**	3.212
Recuperação de glosas de convênios	**44.674**	36.923	**91.684**	64.406
(-) Glosas	**(85.260)**	(92.967)	**(200.711)**	(191.150)
Receita Bruta	**959.243**	**885.093**	**2.137.276**	**1.984.949**
(-) Impostos sobre a receita	**(55.116)**	(51.116)	**(127.901)**	(119.149)
(-) Descontos e abatimentos	**–**	(88)	**(240)**	(1.313)
Receita Liquida	**904.127**	**833.889**	**2.009.135**	**1.864.487**

27. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos medicamentos e materiais hospitalares	**(261.485)**	(232.371)	**(551.480)**	(477.551)
Custos com Serviços Médicos	**(168.941)**	(165.411)	**(367.391)**	(351.751)
Custos com pessoal	**(84.024)**	(82.645)	**(236.247)**	(225.097)
Custos com Lavanderia	**(3.421)**	(3.270)	**(11.460)**	(11.831)
Custos com Alimentação Hospitalar	**(123)**	(138)	**(5.455)**	(5.351)
Custos com Exames	**(9.292)**	(8.232)	**(16.054)**	(14.466)
Custos com Esterilização	**(4.865)**	(4.535)	**(9.793)**	(10.204)
Custos com Radiologia/Radioterapia	**(3.916)**	(3.897)	**(12.340)**	(12.159)
Custos com serviços de terceiros	**(6.398)**	(2.183)	**(8.517)**	(3.520)
Custo com depreciação	**(20.355)**	(18.384)	**(35.363)**	(30.607)
Outros custos aplicados	**(7.249)**	(8.668)	**(11.237)**	(14.176)
	(570.069)	**(529.733)**	**(1.265.338)**	**(1.156.715)**

28. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e encargos sociais	**(74.805)**	(66.420)	**(189.870)**	(169.504)
Serviços de manutenção e conservação	**(13.970)**	(11.185)	**(34.590)**	(31.164)
Serviços de terceiros	**(79.082)**	(98.234)	**(116.831)**	(138.385)
Depreciação e amortização	**(9.425)**	(8.547)	**(20.903)**	(19.297)
Despesas tributárias	**(4.345)**	(4.323)	**(8.564)**	(7.069)
Materiais de uso consumo	**(8.959)**	(8.293)	**(16.337)**	(15.380)
Locação de máq e equip.	**(2.448)**	(2.046)	**(8.264)**	(7.417)
Energia elétrica	**(7.604)**	(7.602)	**(17.569)**	(17.181)
Água e esgoto	**(4.436)**	(4.088)	**(9.199)**	(7.836)
Viagens e estadias	**(1.135)**	(1.201)	**(1.263)**	(1.318)
Outras despesas	**(7.990)**	(6.349)	**(17.644)**	(15.163)
	(214.198)	**(218.289)**	**(441.035)**	**(429.714)**

29. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de alugueis	**1.605**	537	**5.896**	4.094
Ativo indenizatório aquisições	**13.724**	22.064	**13.724**	22.064
Receita de direto de uso (Folha de pagamento)	**–**	–	**1.741**	1.603
Atualização valor justo propriedades para investimento	**645**	–	**645**	–
Resultado na alienação de ativo imobilizado	**–**	52	**–**	56
Reversão (provisão) contingencias trabalhistas e cíveis	**–**	11.503	**–**	12.675
Reversão de perdas efetivas de convênios e clientes	**–**	–	**18.802**	19.973
Recuperação de perdas	**1.515**	–	**1.515**	–
Outras receitas operacionais	**22**	22	**3.960**	4.379
	17.512	**34.177**	**46.283**	**64.843**

(a) As receitas de ativo indenizatório de aquisições são constituídas pelo reconhecimento das garantias de reembolso de contingências e ativo indenizatório conforme nota explicativa 12.

30. Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão contingencias trabalhistas e cíveis	**(3.296)**	–	**(12.951)**	–
Perdas efetivas de convênios e clientes	**(5.268)**	(3.984)	**(10.486)**	(6.511)
Perda por impairment	**–**	(233)	**–**	(233)
Resultado na alienação de ativo imobilizado	**(14)**	–	**(34)**	(2.345)
Provisão de perda de adiantamentos	**–**	(8.191)	**–**	(8.191)
Perdas de investimentos	**–**	–	**–**	(3.900)
Perdas de adiantamentos	**(523)**	–	**(600)**	–
Outras despesas operacionais	**(813)**	(214)	**(1.022)**	(925)
	(9.915)	**(12.622)**	**(25.094)**	**(22.105)**

31. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Descontos obtidos	**7.933**	7.710	**16.574**	15.545
Rendimentos de aplicações financeiras	**14.130**	8.371	**41.981**	11.635
Rendimentos sobre aquisições de empresas	**3.095**	4.082	**3.095**	4.082
Juros ativos	**4.871**	1.450	**11.313**	5.349
Juros ativos s/ depósitos judiciais	**595**	–	**1.099**	–
Valor justo de instrumentos financeiro derivativos	**66.611**	82.024	**66.611**	82.024
Variação monetária ativa	**–**	585	**33**	731
Variação cambial ativa	**175**	2.336	**179**	2.336
Outras receitas financeiras	**24**	–	**91**	226
Receitas Financeiras	**97.434**	**106.558**	**140.977**	**121.930**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Juros sobre aquisições de empresas	**(1.314)**	(12.048)	**(1.314)**	(12.048)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	**(47.036)**	(126.858)	**(47.322)**	(129.362)
Despesas taxas e impostos sobre transações financeiras	**(4.819)**	(21.562)	**(7.748)**	(29.013)
Juros sobre acordos judiciais	**–**	–	**–**	(602)
Variação cambial passiva	**(17.379)**	(58.291)	**(17.379)**	(58.404)
Juros sobre arrendamentos	**(1.324)**	(170)	**(1.511)**	(172)
Valor justo de instrumentos financeiro derivativos	**(93.677)**	(54.363)	**(93.677)**	(54.363)
Juros sobre parcelamentos tributários	**(2.949)**	(931)	**(12.700)**	(23.975)
Outras despesas financeiras	**(189)**	(96)	**(221)**	(1.462)
Despesas Financeiras	**(168.686)**	**(274.321)**	**(181.872)**	**(309.400)**
Total resultado financeiro	**(71.252)**	**(167.763)**	**(40.895)**	**(187.470)**

32. Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social e da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**183.505**	53.203	**253.433**	115.334
Alíquota nominal combinada dos tributos - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	**(62.391)**	(18.089)	**(86.167)**	(39.213)
Ajuste para cálculo da alíquota efetiva:				
- Equivalência patrimonial	**45.148**	41.253	**–**	–
- Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	**–**	–	**–**	–
- Adições permanentes, líquidas	**272**	4.742	**(761)**	4.995
- Imposto de renda e contribuição apurado pelo lucro presumido	**–**	–	**–**	–
Alíquota efetiva combinada dos tributos - %	**9,25%**	-52,45%	**34,30%**	29,67%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**(16.972)**	27.907	**(86.929)**	(34.218)
Imposto de renda e contribuição social corrente	**(25.869)**	–	**(110.899)**	(69.871)
Imposto de renda e contribuição social diferido	**8.897**	27.907	**23.970**	35.653

b. Composição e movimentação do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo Inicial	**25.079**	50.540	**69.476**	145.737
Provisão IRPJ e CSLL	**25.869**	–	**110.899**	69.871
IRPJ e CSLL pagos	**(15.032)**	(9.727)	**(80.308)**	(85.986)
IRPJ e CSLL Pagamento a maior	**–**	9.727	**–**	20.711
Compensação de IRPJ e CSLL	**(16.763)**	(10.503)	**(26.630)**	(15.616)
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	**7.571**	5.368	**9.565**	5.368
Multa e Juros	**–**	6.939	**580**	25.122
Parcelamentos	**–**	(27.265)	**(2.144)**	(95.731)
Aquisição de controladas	**–**	–	**–**	–
	26.724	25.079	**81.438**	69.476

c. Tributos diferidos

	Controladora em 31 de dezembro de 2025				
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Compensação	Saldo final
Ativos de tributos diferidos					
Depreciação - Mais valia de imobilizado	**2.847**	**444**	**(89)**	**–**	**3.202**
Provisão de glosas	**3.670**	**805**	**(414)**	**–**	**4.062**
Provisão de ISS	**1.351**	**302**	**(222)**	**–**	**1.431**
Provisão para remuneração variável	**2.691**	**3.099**	**(2.409)**	**–**	**3.381**
Provisão para tributos sobre prejuízo fiscal	**43.031**	**–**	**–**	**(7.451)**	**35.580**
Provisão para devedores duvidosos	**8.998**	**3.961**	**(1.671)**	**–**	**11.288**
Provisão para demandas judiciais - ativo	**2.207**	**670**	**(774)**	**–**	**2.103**
Provisão para honorários médicos	**12.634**	**3.181**	**(5.592)**	**–**	**10.223**
Provisão para instrumentos financeiros - ativo	**11.160**	**7.332**	**(13.890)**	**–**	**4.603**
Outras diferenças temporárias	**2.785**	**604**	**(432)**	**–**	**2.957**
Total dos ativos de tributos diferidos	**91.374**	**20.398**	**(25.493)**	**(7.451)**	**78.830**
Passivos de tributos diferidos					
Diferidos sobre nova avaliação de vida útil	**3.213**	**474**	**(660)**	**–**	**3.027**
Provisão para instrumentos financeiros - passivo	**21.783**	**9.273**	**(23.077)**	**–**	**7.979**
Diferidos sobre Compra vantajosa	**27.080**	**–**	**–**	**–**	**27.080**
Total dos passivos de tributos diferidos	**52.076**	**9.747**	**(23.737)**	**–**	**38.086**
Total de tributos diferidos (líquido)	**39.298**	**10.651**	**(1.756)**	**(7.451)**	**40.744**

HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.

CNPJ: 00.025.841/0001-53

Controladora em 31 de dezembro de 2024

	Saldo inicial	Constituição	Realização	Compensação	Saldo final
Ativos de tributos diferidos					
Depreciação - Mais valia de imobilizado	2.228	619	–	–	2.847
Provisão de glosas	3.744	627	(701)	–	3.670
Provisão de ISS	1.461	264	(373)	–	1.351
Provisão para remuneração variável	3.091	2.691	(3.091)	–	2.691
Prejuízo fiscal e base negativa acumulada	22.194	44.716	(13.376)	(10.503)	43.031
Provisão perdas por redução ao valor recuperável	7.605	8.039	(6.646)	–	8.998
Provisão para demandas judiciais - ativo	6.360	573	(4.726)	–	2.207
Provisão para honorários médicos	5.256	12.172	(4.793)	–	12.634
Provisão para instrumentos financeiros - ativo	–	11.160	–	–	11.160
Provisão de outras diferenças temporárias	–	2.785	–	–	2.785
Total dos ativos de tributos diferidos	**51.938**	**83.646**	**(33.707)**	**(10.503)**	**91.374**
Passivos de tributos diferidos					
Diferidos sobre avaliação de vida útil	(2.963)	(367)	117	–	(3.213)
Provisão para instrumentos financeiros - passivo	–	(21.783)	–	–	(21.783)
Diferidos sobre compra vantajosa	(27.080)	–	–	–	(27.080)
Total dos passivos de tributos diferidos	**(30.043)**	**(22.149)**	**117**	**–**	**(52.076)**
Total de tributos diferidos (líquido)	**21.895**	**61.497**	**(33.590)**	**(10.503)**	**39.298**

Consolidada em 31 de dezembro de 2025

	Saldo inicial	Constituição	Realização	Compensação	Saldo final
Ativos de tributos diferidos					
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	8	–	–	–	8
Depreciação - Mais valia de imobilizado	2.847	444	(89)	–	3.202
Provisão de glosas	9.518	8.683	(2.988)	–	15.212
Provisão de ISS	4.105	1.552	(731)	–	4.926
Provisão para remuneração variável	3.343	3.774	(3.015)	–	4.102
Provisão para tributos sobre prejuízo fiscal	45.381	8.649	(5.767)	(7.451)	40.812
Provisão para devedores duvidosos	32.045	21.797	(10.951)	–	42.892
Provisão para demandas judiciais - ativo	6.882	1.320	(2.608)	–	5.594
Provisão para honorários médicos	19.466	7.683	(9.125)	–	18.024
Provisão para instrumentos financeiros - ativo	11.160	7.332	(13.890)	–	4.603
Outras diferenças temporárias	6.190	2.013	(3.810)	–	4.392
Total dos ativos de tributos diferidos	**140.945**	**63.247**	**(52.974)**	**(7.451)**	**143.767**
Passivos de tributos diferidos					
Diferidos sobre nova avaliação de vida útil	7.802	1.425	(1.320)	–	7.908
Provisão para instrumentos financeiros - passivo	21.783	9.273	(23.077)	–	7.979
Diferidos sobre reavaliação patrimonial	818	–	–	–	818
Diferidos sobre Compra vantajosa	27.080	–	–	–	27.080
Total dos passivos de tributos diferidos	**57.483**	**10.698**	**(24.397)**	**–**	**43.785**
Total de tributos diferidos (líquido)	**83.462**	**52.549**	**(28.577)**	**(7.451)**	**99.982**

Consolidado em 31 de dezembro de 2024

	Saldo inicial	Constituição	Realização	Compensação	Saldo final
Ativos de tributos diferidos					
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	8	–	–	–	8
Depreciação - Mais valia de imobilizado	2.228	619	–	–	2.847
Provisão de glosas	8.734	4.887	(4.103)	–	9.518
Provisão de ISS	3.334	1.575	(804)	–	4.105
Provisão para remuneração variável	3.761	3.343	(3.761)	–	3.343
Prejuízo fiscal e base negativa acumulada	24.884	45.203	(13.376)	(11.331)	45.381
Provisão para devedores duvidosos	28.303	18.159	(14.417)	–	32.045
Provisão para demandas judiciais - ativo	11.394	1.432	(5.951)	–	6.876
Provisão para honorários médicos	9.625	21.810	(11.970)	–	19.466
Provisão para instrumentos financeiros - ativo	–	11.160	–	–	11.160
Outras diferenças temporárias	1.430	4.780	(13)	–	6.196
Total dos ativos de tributos diferidos	**93.701**	**112.969**	**(54.394)**	**(11.331)**	**140.945**
Passivos de tributos diferidos					
Diferidos sobre nova avaliação de vida útil	6.662	1.256	(117)	–	7.801
Provisão para instrumentos financeiros - passivo	–	21.783	–	–	21.783
Diferidos sobre reavaliação patrimonial	818	–	–	–	818
Diferidos sobre Compra vantajosa	27.080	–	–	–	27.080
Total dos passivos de tributos diferidos	**34.561**	**23.039**	**(117)**	**–**	**57.483**
Total de tributos diferidos (líquido)	**59.140**	**89.931**	**(54.278)**	**(11.331)**	**83.462**

O saldo acumulado de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social terão a compensação limitada a 30% do lucro tributável gerado em cada exercício fiscal e não possui prazo de prescrição. A expectativa do Grupo Santa é que os créditos fiscais diferidos decorrentes dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sejam realizados da seguinte maneira:

Projeção do consumo do prejuízo

	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Controladora	1.783	11.435	19.991	27.864	43.574	104.647
Consolidado	4.704	22.740	21.152	27.864	43.574	120.034

Projeção da provisão para tributos sobre o prejuízo fiscal (34%)

	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Controladora	606	3.888	6.797	9.474	14.815	35.580
Consolidado	1.599	7.731	7.192	9.474	14.815	40.812

d. Parcelamento de imposto de renda e contribuição social. Durante o exercício de 2024, o Grupo optou pela adesão de parcelamento de imposto de renda e contribuição social, com pagamento em 60 parcelas mensais e consecutivas, com vencimento inicial em agosto de 2024 e com vencimento final em julho de 2029. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a pagar decorrente desse parcelamento está apresentado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Parcelamento IRPJ e CSLL	**22.812**	25.883	**94.525**	95.279
	22.812	25.883	**94.525**	95.279
Circulante	**5.836**	5.177	**22.995**	19.183
Não circulante	**16.976**	20.707	**71.530**	76.095

Deyvisson Machado Guimarães
Contador CRC-DF 021226/O

Gustavo Fiuza
CEO

Glauber Carmo
CFO

Pedro do Rego Leal
Diretor Corporativo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e administradores do Hospital Santa Lúcia S.A. Brasília – DF. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Hospital Santa Lúcia S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Hospital Santa Lúcia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).** Veja a Nota n° 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria.** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia incluem valores de ativos intangíveis com vida útil indefinida, que são compostos por ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*, cuja realização está suportada por projeção de fluxo de caixa futuro baseada no plano de negócios preparado pela Companhia. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa e das demais premissas relevantes, como taxas de desconto e margens brutas utilizadas no período de projeção e na perpetuidade, para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto.** Nossos procedimentos incluíram, entre outros: - Obtenção do entendimento dos controles internos chave relacionados à elaboração das projeções de fluxo de caixa preparadas e aprovadas pela Companhia para a determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa. - Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas: • avaliamos as premissas utilizadas no estudo realizado pela Companhia. • avaliamos a razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, tais como taxa de desconto, volumes, preços projetados e custos em relação às práticas usuais de mercado e às características do negócio. • comparamos o valor recuperável apurado pela Administração, com base nos fluxos de caixa descontados, com o respectivo valor contábil das unidades geradoras de caixa. - Avaliamos a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação às premissas utilizadas para determinar o valor em uso. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os julgamentos e premissas utilizadas para determinação da estimativa dos valores recuperáveis dos ativos intangíveis, assim como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações individuais e consolidadas tomadas em conjunto, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. No entanto, no decorrer de nossa auditoria identificamos certos ajustes imateriais relativos ao valor recuperável do ágio, os quais não foram registrados pela Administração e que foram reportados como deficiência de controle. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores.** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 02 de abril de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-027666/F

Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

MarceloChaves

@colunamarcelochaves
@marcelochavess
@marcelochaves
marcelochaves@grupojbr.com

Dia especial

Quem celebra mais um ano de vida nesta sexta-feira é o diretor-geral da Record Brasília, Luciano Ribeiro Tonon, um dos nomes mais respeitados do segmento da comunicação na capital da República. À frente da emissora no Distrito Federal, Luciano tem se destacado pela liderança estratégica e pela capacidade de inovação, consolidando a TV Record Brasília como uma das principais referências no cenário televisivo local.

ARQUIVO PESSOAL

Diretor-geral da Record Brasília Luciano Ribeiro Tonon é o aniversariante do dia

Aprovado

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que institui o Estatuto do Aprendiz, consolidando um avanço para a política pública de inclusão produtiva de adolescentes e jovens no Brasil. O texto aprovado preserva a estrutura original da proposta e não incorpora emendas.

Encontro

A Copa Brasília de Ginástica 2026 avança em sua preparação cercada de expectativa dentro e fora das áreas de apresentação. Marcado para os dias 23 e 24 de maio, no Colégio Marista, em Brasília, o evento chega à 41ª edição consolidado como vitrine da ginástica.

Delícias...

No Lucca Restaurante, no Brasil 21, em Brasília, às terças-feiras, surgiu um novo destino: a Itália. É nesse espírito que a casa apresenta o Pastamania, uma experiência gastronômica que convida o público a percorrer diferentes regiões italianas sem ser preciso sair da mesa.

...italianas

A proposta é um bufê livre e completo, pensado para valorizar a tradição e a abundância da culinária italiana. Logo na chegada, o visitante é recebido por uma mesa de antepastos que reúne uma seleção especial de frios, queijos, focaccias e pães artesanais.

ARQUIVO PESSOAL

Jornalista Fabiana Ceyhan com o embaixador do Azerbaijão Rashad Novrus

Jantar no Lago Sul

A jornalista Fabiana Ceyhan será a anfitriã desta sexta-feira no Lago Sul. Ela recebe cerca de 100 convidados em sua residência para celebrar o Dia do Azerbaijão. O evento contará com um dueto de músicos azerbaijaneses.

O cardápio do jantar com delícias típicas do país será preparado pelo chef Halil Ceyhan. A noite contará ainda com uma apresentação folclórica trazendo um grupo de personagens que usarão roupas típicas da pérola do Cáucaso.

Esquenta

O Festival Micarê Brasília já começou: pelo menos no som. A produção do evento lançou a playlist oficial no Spotify, reunindo clássicos do axé e hits que marcaram gerações, como Bell Marques, Durval Lelys e Timbalada. A seleção antecipa a atmosfera da micareta.

ALÊ ALVES

Bruno De Luca, Augusto Cesar Moncaio Filho e Claudia Salomão na vernissage da Casa Niemeyer, residência projetada por Oscar Niemeyer, no Lago Sul

Visita

A *Heavenly International School* promove, às 17h, um encontro especial com o ex-jogador e líder esportivo Diego Ribas, reunindo alunos e famílias em um momento de inspiração, valores e reflexão. Ele é reconhecido dentro e fora dos campos pela sua trajetória exemplar.

Conexões

Com foco em resultados e posicionamento estratégico, o Teatro Brasília Shopping será palco do Conexão que Vende – Marketing & Vendas na Prática, hoje, partir das 10h. A proposta é reunir profissionais e empreendedores interessados em aprimorar suas estratégias.